

BRASIL S.A.

uma

ECONOMIA PARTICIPATIVA

MANIFESTO

A Economia Participativa é uma proposta para resolver os dilemas entre TRABALHO, TERRA e CAPITAL introduzindo a TECNOLOGIA como diferencial e tendência atual na solução destes conflitos para frear a distorção criada pela ideologia capitalista que tornou o CAPITAL o valor objeto de nossa sociedade.

É a proposta de uma sociedade solidária e participativa baseada em TODOS OS VALORES HUMANOS.

Tem como objetivo básico propiciar discussão a respeito da Riqueza da Coletividade e conceitos sobre o que sejam determinados valores que atuam sobre os indivíduos ditando o seu comportamento, a sua formação, a sua adequação ou marginalização no ambiente social. Como objetivo secundário, mas não menos importante desejo apresentar uma alternativa de distribuição de riqueza fomentadora de desenvolvimento produzindo coletividades autossustentáveis baseadas nos fatores básicos e históricos que impulsionam a Economia – Terra, Capital, Trabalho e Tecnologia - e nas relações econômicas que estes fatores criam relações de produção, consumo e desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas em ambientes determinados por identidade social e política.

ESTUDO DE UMA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA – ECONOMIA PARTICIPATIVA

JOSÉ RICARDO CUNHA DE OLIVEIRA – CRC RS-027096/O-0 T-SP

BRASIL S.A.

Manifesto ECONOMIA PARTICIPATIVA (Terra – Capital – Trabalho – Tecnologia)

Além dos discursos, das certezas e das incertezas, estão as ações.

“Estou com a idéia de que é preciso criar um novo tipo de professor: professor de espanto. O que é o professor de espanto? É o professor que não sabe nada, ele não precisa saber nada, ele não precisa saber as respostas, mas ele fica espantado. A missão do professor seria pegar os alunos e mostrar os espantos para eles. Por exemplo: o espanto da mosca azul, o espanto dos caramujos, fazer as crianças pensarem. Ou quem sabe não professor de espanto, cada professor devia ser um professor de espantos, antes de serem professores que dão as respostas.” Rubem Alves - vídeo Os quatro pilares - Aprender, Fazer, Conviver, Ser...

Mesmo antes de ouvir falar de Rubem Alves sempre me senti movido pelo espanto, pela curiosidade em desmontar para conhecer, montar para exercitar, criar para experimentar. Temos que ter a mente curiosa e livre para podermos ouvir e filtrar o que afeta a nossa razão e não somente as nossas emoções. Nos dias de hoje, em que somos diariamente transformados em repósitos de milhares de notícias entre milhões daquelas produzidas, é mais do que um exercício de sobrevivência abrir espaços para que a mente possa filtrar “o que é semente do que somente é uma repetição do que se mente”. É uma necessidade.

Algumas coisas que fazemos são reproduzir histórias. Aquelas histórias que se contam de pai para filho, de amigo para amigo ou de amigas para amigas ou que se ouvem das mães. Estas histórias valem mais do que noticiários de jornais, pois geralmente tem começo, tem meio, tem fim e, algumas vezes, tem uma mensagem de inteligência ou de valor para justificá-la. Livros também contam histórias entretanto, ao ler, você não está em contato direto com o autor. Alguns são bons autores e estes parecem pegar nossa mão e nos arrastar para dentro de suas histórias, bem contadas, que nos movem no tempo e no espaço através delas.

Apesar de todos os recursos tecnológicos e naturais que hoje temos não é fácil decodificar tudo aquilo que lemos ou que ouvimos e, tampouco, é fácil representar o que vemos. Uma atitude de submissão voluntária a uma ofensa gratuita, algumas vezes, pode ser uma manifestação amorosa de perdão e de tolerância e não de aceitação da ofensa.

Hoje há uma tendência deformista em toda a mídia empresarial – mídia de negócios – em criar imagens e ideias de realidades que afrontam a razão para vender produtos, serviços ou até mesmo como propaganda para manipulação de grupos. Noticiários intercalados entre desastres de uns, sucessos de outros, mortes violentas, desrespeito ao próximo e uma propaganda de carro, cujo valor excede a capacidade aquisitiva de mais do que 90% de seus ouvintes, espectadores ou assinantes.

Chamo este comportamento social de “deformismo”. Só temos a razão como uma espécie de anteparo para nos salvar de uma aceitação de miserabilidade econômica/social que a publicidade e propaganda nos arrasta para uma servidão voluntária que tende a uma servidão compulsória se não lutarmos por mudanças.

Mudar o quê? Do que será que estes parágrafos estão falando?

Mudar a ECONOMIA.

Estes parágrafos falam da vontade e da necessidade de mudar.

Se temos vontade e/ou a necessidade de mudar, podemos mudar. Entretanto, para mudar é preciso contar uma história. Pelo menos contar histórias que ouvi e que senti lendo pessoas, tanto quanto lendo livros.

Óbvio que cada um pode interpretar o que ouve ou o que lê de acordo com a vontade que tem ou de acordo com o seu interesse pelo assunto. Esta história é mais endereçada ao segundo grupo. Àqueles que gostam de Sociedade, de Economia e de Política.

Sempre que referencio a “homem”, refiro-me a humanos na sua universalidade de gêneros, crenças, raças e escolhas que fazem de suas vidas.

Sempre que eu me refiro a uma “época” ou “era” eu refencio um espaço de tempo independentemente de um local ou ano específico.

Ao me referir a “história” quero dizer uma “visão pessoal” sobre o que eu li, ouvi e considero uma espécie de consciência coletiva sobre relatos de fatos passados ou presentes.

Isto posto, vamos ao que importa para a compreensão de uma alternativa para resolver as dificuldades atuais que a economia enfrenta, tornando a vida mais difícil para um imenso número de pessoas para privilegiar uns poucos em razão de posses que foram apropriadas e, expropriadas em geral por antepassados e não por esforço ou por necessidade de sobreviver ou viver.

Ninguém precisa acumular bens ou valores que não irá usufruir e menos ainda se o que acumulam é produto de uma ideologia de acúmulo, de privilégios, subtraídos dos demais de forma predatória e injustificável.

Em 1999 na véspera deste milênio escrevi uma mensagem para todos e para mim mesmo para que tivéssemos uma realidade compartilhada. Uma mensagem ao **NOVO MILÊNIO**

Que a **PRESENÇA**
Se revele através do **CONHECIMENTO**
E assim, percebamos em todos, a **VIDA...**

Que a **ARTE** se manifeste
Desvelando a **ALMA**,
Na sua dimensão **INFINITA...**

Que o **PODER** se transforme
Em instrumento de **JUSTIÇA**
E faça do **VERBO**, realizações...

Que a **NATUREZA**
Que se manifesta, às vezes, em **DOR**,
Permita **TRANSCENDER...**

Que o **AMOR**
realize a **HARMONIA** em todas as relações...
E, que tudo isso seja **VERDADE**.

(Publicada na **Revista Virtual** na INTERNET em fins de 1999)

Nosso universo existencial e referencial não está cingido, como o universo das máquinas, em **ZERO** e **UM**. Não somos binários, como querem nos embretar as análises religiosas, econômicas ou políticas de representação. Somos múltiplos em um.

Somos uma evolução que resiste até um próximo salto. Teremos que saltar se quisermos melhorar. Temos que superar em nós a dicotomia do BEM ou MAL, do CERTO e ERRADO, do BOM e MAU indivíduo. Temos que perceber, no outro, o seu valor e o quanto ele importa e acrescenta a todos nós. Fazendo isso, não deixamos de ser o que somos e de fazer o que precisamos fazer.

As conversas de botequim ou de academia não conseguirão quebrar a regra que todos temos gravados em nós como valores coletivos. Não nascemos uns com QUATRO OLHOS ou DEZ OLHOS (porque é uma conquista familiar) e todos os demais com apenas DOIS OLHOS. Não nascem uns com direito a comer e outros com “direito” à fome e ao desabrigo. Nascemos todos iguais ao respirar. Morremos todos iguais quando paramos de respirar. Não há razão alguma para dividirmos a sociedade entre aqueles que comem e vivem e outros que, se quiserem comer, terão que lutar, matar, roubar, pois tudo lhes é negado.

A vida é o percebimento de existir. Ela requer ação constante. Algumas destas ações incorporamos já em nossos corpos. Os movimentos do sistema respiratório, circulatório e digestivo são automáticos. Outros movimentos fazemos a partir de nossa vontade ou condição de realizá-los. Andar, ler, repousar.

As escolhas que precisamos, ou que devemos, podemos ou não podemos fazer em relação às consequências de nossas ações e nossas omissões determinam a vida. Muitos sabem disso e alguns tiram vantagens porque acreditam que os demais sejam ignorantes ou incapazes. Esquecem que uma jornada coletiva é a vida que nos move.

O que isso tem a ver com a nossa experiência econômica, que reflete o nosso trabalho, a nossas posses, o nosso capital e a nossa tecnologia? Tudo a ver.

Segundo a Contabilidade, tudo a HAVER e, igualmente, ao mesmo tempo, tudo a DEVER.

O desenvolvimento humano se realiza através de cooperação e oportunidade e não através de desperdício de oportunidades em razão de medos ou de interesses pessoais.

Não nego, e tampouco quero discursar sobre competição natural ou desejos reprimidos. Quero explorar a possibilidade de construirmos uma transição que permita reparar o dano já produzido e diminuir as diferenças entre todos que a ideologia absurda de acúmulo de riquezas por uns à custa da privação de quase todos construiu ao nosso redor. Vamos dizer mais especificamente, no BRASIL até hoje, ano de 2018.

O “Mundo da Tecnologia” é diferente do “Mundo do Capital”, do “Mundo da Terra” e do “Mundo do Trabalho”.

O “Mundo das Coisas” é binário. A Tecnologia é o melhor exemplo e justificativa para que nele se estabeleça a correspondência entre HAVER e DEVER, entre DIREITO e OBRIGAÇÃO para que possamos manter uma sociedade de respeito a cada um de seus membros e em harmonia e justiça.

O Conhecimento advém da experiência e só podemos experimentar qualquer coisa se estivermos presentes nos eventos. Podemos aceitar como verdade a experiência dos outros, mas se não aceitarmos não representará nada para qualquer um de nós.

A natureza nos traz oportunidades que podemos ou não aproveitar e, algumas vezes, ela nos traz dor e alguns transcendem enquanto outros perdoam por amor. Em meio a tudo isso, mal formados ou mal informados, desenvolvemos antipatias ao invés de empatias pessoais ou coletivas.

Divido a “História da Economia” (minha visão) em quatro períodos (épocas) a saber:

1. Pré História - Economia de Sobrevivência - TRABALHO
2. História Antiga – Economia de Ocupação e Cultura - TERRA
3. História Moderna – Economia de Trocas - CAPITAL
4. História Atual – Economia de Desenvolvimento - TECNOLOGIA

Apesar de sempre terem compartilhado Terra – Capital – Trabalho – Tecnologia nas divisões aqui elencadas, cada um dos fatores que hoje reconhecemos como modo de produção econômica exerceu uma prevalência, como o modelo determinante.

Pré História - Economia de Sobrevivência - TRABALHO

Existiam recursos naturais, a natureza e seus bens estavam presentes, mas colher, catar, caçar demandava trabalho. Quem tinha condição de TRABALHO dominava a “produção” e o consumo. Determinava a sobrevivência pessoal e do grupo ao qual fizesse parte. Com certeza os grupos poderiam realizar trocas entre indivíduos ou, com outros grupos, e alguns podiam ter inclusive ferramentas de trabalho como facas, lanças e alguma criatividade para improvisar estas tecnologias.

Talvez queiram alguns dizer que é uma visão romântica de um mundo de privações e de luta pela sobrevivência. Não me espantaria. Quero, como Rubem Alves, espantá-los para que descubram melhor o que

acontece no mundo de hoje, ao nosso redor, onde ao invés do “romantismo” assistimos uma visão “deformista” tal qual a visão “romantizada” por Gorge Orwell em seu livro 1984, onde, a “paz” significava “guerra” e, a tecnologia seria uma espécie de instrumento de dominação e destruição de indivíduos. O “capitalismo” usou muito este discurso.

Que superemos juntos as nossas limitações e que façamos uma crítica racional de nossa realidade.

História Antiga – Economia de Ocupação e de Cultura - TERRA

Quando a humanidade superou os primeiros desafios de sobrevivência, compreendendo a Natureza e os seus ciclos, podemos dizer que demos um salto. O trabalho continuou importante, entretanto onde trabalhar para colher ou para plantar passou a ser relevante e saindo das cavernas passamos a ocupar territórios. Deslocavam-se os animais ferozes, as florestas eram derrubadas e construíam-se abrigos para proteção com mais tecnologia, com mais trocas e alguns, mais espertos, ou com mais condição de força, começaram a dominar a terra e o que ela podia produzir. As trocas de produção ou de bens (suas posses) permitiu que alguns comessem a acumular riquezas. Acumular capital. O capital provém de relações de trocas em boa parte, mas naquela época, o capital, muitas vezes vinha de saques de outros povos ou de outros indivíduos. Espanha, Inglaterra e Portugal exploravam o mundo e acumulavam capitais – moedas, madeiras, especiarias - e se sentiam donos do Mundo. dominavam e a posse de todos e de tudo que sobre elas havia.

Esta cultura de proprietários que hoje temos vem desta época. Domínio sobre alguma coisa não importando se este domínio é ou não do possuidor do ponto de vista legal, natural, legítimo ou mesmo por necessidade.

Se na **Economia de Sobrevivência** eramos “**todos trabalhadores**”, nesta segunda fase na **Economia de Ocupação e de Cultura** ou “**seríamos proprietários**” ou “**seríamos trabalhadores**”, ou ainda, de acordo com a cultura, seríamos “**senhores**” ou “**escravos**”, ou mesmo, “**nobres**” ou “**servos**”.

Desde antes dos romanos, dos gregos e dos egípcios existia moedas para representar valor nas trocas. Muitas trocas eram feitas de uma forma de escambos de outros bens que atendessem as necessidades daquelas culturas.

História Moderna – Economia de Trocas – CAPITAL

Mais particularmente na época da Revolução Industrial ,na Inglaterra, como um marco importante, com o surgimento de tecnologias de maquinarias a vapor, e mesmo antes dela, aliados a outros processos de controle de produção, como apoio da Contabilidade e o Direito, começou a fase do CAPITAL. Talvez poucos se apercebam de que esta prevalência do CAPITAL sobre o TRABALHO e a TERRA em função de estreita ligação com as estruturas de ESTADO que, através de “Leis de negócios”, permitia a uns o domínio de produção e impedia e reprimia aos demais produzir, ainda que fosse para sobreviver. Como faziam ou fizeram isso? Basta olhar os relatos históricos da transição entre a História Antiga e a História Atual da Economia.

Não é objeto deste estudo discutir especificamente as tramas que o **CAPITAL** criou e a ideologia que ele produziu e reproduziu, o “**capitalismo**” para se contrapor a outras formas de ideológicas de produção que utilizavam as mesmas tecnologias existentes àquela época, mais especificamente o “**comunismo**” e o “**socialismo**”. Os termos aqui citados são apenas referências às formas ideológicas e não temporais.

Com avanços da **TECNOLOGIA**, que se expande em qualquer frente, como uma resposta criativa e geralmente revolucionária do indivíduo pela sobrevivência na sociedade tivemos nesta época, um pouco antes e durante ela o desenvolvimento revolucionário de:

1. da **IMPrensa** por **Johannes Gutenberg** (1398 – 1468),
2. do **ESTADO** mais explicitado como forma de **GOVERNO** por **Nicolau Maquiavel** (1469 – 1527) e da sua **DIVISÃO** por **Charles de Montesquieu** (1689 – 1755),

3. da **CONTABILIDADE** através do **Método das Partidas Dobradas**, ou **Método Veneziano** ("el modo de Vinegia") descrito pela primeira vez por **Luca Pacioli** (1445-1517) em 1494.

Ficarei nestas três grandes criações da **TECNOLOGIA** como mais relevantes, sem entrar no mérito de tantas outras que seguiram a estas no desenvolvimento da coletividade, pois a proposta aqui apresentada é um estudo de alternativas e não uma justificativa de razões.

O CAPITAL teve uma "visão de oportunidade" e utilizou os recursos existentes para produzir riquezas e expandir, ao mesmo tempo, territórios e domínios. Nesta ocasião utilizou-se dos recursos tecnológicos para estabelecer sua vantagem por sobre os demais meios de produção que atendiam comunidades menores e iniciou uma expansão global por toda a humanidade. Não importava onde ficasse a TERRA (territórios e bens de produção) ou onde houvesse ou não TRABALHO (força coletora ou operacional). A TECNOLOGIA era sempre portátil. Desta forma o CAPITAL levava os bens para o Novo Mundo, levava os trabalhadores através da escravidão ou banimento de suas origens ou, ainda, através da destruição de suas aldeias e meios de produção obrigava a migrarem ou imigrarem para novas Terras. Com apoio da tecnologia, o CAPITAL criava, ditava e reproduzia as novas regras de produção e de acúmulo de riquezas através da ideologia.

Do século XVII até o século XX vivemos o florescimento do CAPITAL como um elemento dominador e determinante de toda a atividade econômica. Ele gerou muitos conflitos, muitas conquistas e muita destruição de valores na sociedade.

Com as facilidades tecnológicas provocadas pela IMPRENSA, precursora da MIDIA, e o pelo desenvolvimento do DIREITO não poucas vezes associados ao CAPITAL introduziu o viés ideológico fundamentado no trabalho de **Adam Smith** (1723 – 1790) considerado como o pai da economia moderna, e que é considerado o mais importante teórico do liberalismo econômico.

O liberalismo econômico tomou para si o apelido de "capitalismo" e em oposição a outras formas de produção "comunista" ou "socialista", virou o mote a ser reproduzido pela sociedade para estabelecer esta ideologia como a que produzia os melhores resultados, ainda que para isso tivesse que esconder a enorme manipulação e a extrema concentração de rendas através da exploração desmedida e desproporcional do TRABALHO e da TERRA.

A TECNOLOGIA era uma aliada, como um sócio oculto, sustentado por este CAPITAL.

Poucas pessoas tinham acesso às mídias da época a livros, boletins/jornais e aos meios de comunicação como telefone, rádio, televisões. Isso permitia que os detentores de CAPITAL determinassem os caminhos que a TECNOLOGIA deveria seguir para dela sempre estar ao seu dispor.

Então, através da MÍDIA, o CAPITAL criou vários discursos eletivos para justificar a ideologia "capitalista" e destruir outras ideias de produção comunitária ou que fizessem prevalecer o interesse social sobre o interesse individualista.

Deu certo para o "CAPITALISMO" como uma ideologia de produção econômica acumulativa onde poucos controlam a vida de muitos e concentram quase toda a RENDA de CAPITAL produzida por toda a sociedade.

Entre os discursos criados e reproduzidos, talvez o mais perverso tenha sido a desassociação do MERCADO da figura do ESTADO.

O retorno em qualquer época do desenvolvimento social se trocamos a palavra ESTADO, como governo, por MERCADO, onde se definem trocas, veremos que há uma correspondência direta. Há quase uma identidade única nesta visão da Economia.

O "capitalismo" como ideologia nega ter se desenvolvido sob a proteção do ESTADO/MERCADO e nega, até hoje, atuar diretamente como aliados permanentes gerando seus resultados em atendimento aos seus interesses. Discursam os "capitalistas" uma independência do MERCADO como algo diferente de ESTADO onde está em jogo e negociação tudo que a sociedade cria, produz, troca e onde acumulam a riqueza gerada por todos.

As conquistas da TECNOLOGIA obtidas no final do século XX e início do século XXI criaram a possibilidade de um novo salto na economia. Do final da segunda Grande Guerra, da ida ao espaço, do avanço das comunicações, tivemos uma imersão na realidade virtual e instantânea de uma forma quase incontável. Podemos, em segundos, estar numa conferência com pessoas em qualquer canto do Mundo. Podemos conhecer centenas de línguas e ter traduções diretas com auxílio de aplicativos de celular. Posso falar com um chinês ou um norueguês sem necessidade de intérpretes. Podemos nos informar com centenas de milhares de fontes pessoais ou coletivas de mídia.

Tentando manter seu domínio cada vez mais ostensivamente desafiado, o CAPITAL ainda utiliza o “capitalismo” como instrumento de cooptação, de subversão, de corrupção comprando conquistas tecnológicas seja na área do ESTADO/MERCADO, seja na área do DIREITO e de seus representantes seja na área de MÍDIA através de empresas e de seus representantes lá colocados para a defesa de seus propósitos cada vez mais explícitos e insustentáveis ou seja: TUDO para poucos e NADA para muitos

História Atual – Economia de Desenvolvimento – TECNOLOGIA

O quarto elemento na teorização da Economia, a **TECNOLOGIA**, vem hoje ocupar um espaço de prevalência, embora o “capitalismo” queira atrelar ela ao seu domínio e, através da ideologia, dizer que o desenvolvimento tecnológico é o resultado de seu esforço. Não é. Nem se pode dizer que este discurso expresse um falso positivo.

Este discurso expressa apenas a tendência que o CAPITAL replica na MÍDIA empresarial para defender sua posição como matriz do desenvolvimento econômico.

Diferente do CAPITAL, que gerou uma ideologia “capitalista” e veio prevalecer nos últimos séculos concentradora de RIQUEZA para uns e de miserabilidade para todos os demais, a **TECNOLOGIA** tem um viés próprio de geração de expansividade.

A **TECNOLOGIA** representa conhecimento compartilhado. Ela é uma distribuidora de rendas, de produção, de trocas e de desenvolvimento.

Assim como o CAPITAL através da ideologia “capitalista” se apropriou do TRABALHO e da TERRA para acumular riqueza, ele fez e faz o mesmo com a TECNOLOGIA, entretanto, esta escapa do CAPITAL por não ter ela a mesma natureza. A TECNOLOGIA pode ser gerada do zero e produzir resultados de alto valor para qualquer um dos meios de produção.

Associada ao TRABALHO, à TERRA e ao CAPITAL, a TECNOLOGIA produz resultados econômicos e, até mesmo por si só ela produz resultados que podem reproduzir outros resultados econômicos. Uma mensagem de celular, por exemplo, trocada por dois indivíduos pode gerar um contrato que renderá um resultado econômico.

As MÍDIAS SOCIAIS deixaram as MÍDIAS EMPRESARIAIS em dificuldades pela teimosia destas em privilegiarem o “capitalismo” como forma de desenvolvimento econômico, criando uma sociedade deformada através de um padrão de notícias e espetáculos que privilegiam interesses de CAPITAL sobre qualquer outro valor social, seja ele a INFORMAÇÃO, a FORMAÇÃO, o CONHECIMENTO e a RAZÃO, como juiz de tudo e de todos.

Aliadas à ideologia “capitalista” reproduziram, as MÍDIAS empresariais, para si mesmas um desenvolvimento monopolista e censor a partir do MERCADO (ESTADO) que lhe concedeu o direito de exploração exclusivo de certos ambientes em todo o território. Curiosamente, a partir do mesmo discurso deformista vemos as MÍDIAS empresariais falarem mal do ESTADO dizendo defender o MERCADO, parecendo que falam de duas coisas diferentes. O **ESTADO é o MERCADO** onde todos nós estamos a realizar trocas.

Apesar de querer se mostrar como um PODER independente e moderador, a MÍDIA empresarial sempre se mostrou alinhada à ideologia econômica que estava em predomínio. No caso do BRASIL, desde sempre, esteve subserviente à ideologia do “capitalismo”.

Os conflitos de interesses entre a TECNOLOGIA e o CAPITAL observados criou um jogo de transferência de responsabilidades sobre toda a sociedade.

Hoje, cidadãos de todas as classes e de todas as ideologias tem acesso a informações sobre fatos e sobre atos e, também, sofrem estímulos produzidos pelo “capitalismo” para distorcer, desqualificar e manipular dados e informações que a MÍDIA empresarial agora associada a todas as mídias produzem ou reproduzem pela sociedade.

A sensação de angústia e de desconforto na sociedade parecem o anúncio de um parto. Alguém ou alguma coisa vai nascer e vai gritar para o mundo a sua chegada.

Vejo a TECNOLOGIA, praticamente livre e sem controle. Livre no sentido de não estar mais na dependência do CAPITAL para se impor ou se manifestar na sociedade. Pode escolher novos aliados assim como fez a TERRA e o CAPITAL na História Antiga e Moderna aqui divididas apenas para entendimento didático.

Se desejamos e desejarmos uma sociedade mais harmonizada precisamos:

1. Saltar ou se preferir, transcender os limites pequenos e miseráveis dos discursos e da ideologia “capitalista” que tem sido a grande responsável pelo permanente agravamento da condição civilizatória.
2. Escapar do das mídias que proclamam em suas linhas e entrelinhas o “deformismo” como um movimento para subverter a razão e defender as pulsões humanas para tirar vantagens do MERCADO/ESTADO.
3. Contestar e enfrentar as distorções do MERCADO/ESTADO que se move independente da vontade dos cidadãos, criando regras o EXECUTIVO, o LEGISLATIVO e o JUDICIÁRIO em defesa de seus próprios interesses representados, por seus agentes eleitos ou não, como sombra, sem qualquer freio ou respeito, até mesmo pela norma constitucional que os limita.
4. Introduzir e institucionalizar a MIDIA, manifestação da coletividade, como um QUARTO PODER que vai compor o ESTADO/MERCADO gerando mais equilíbrio nos meios de produção atuando na mediação de conflitos, de forma dinâmica, utilizando a TECNOLOGIA com apoio.
5. Aperfeiçoar o DIREITO sob a visão da NORMA OBJETIVA usando a TECNOLOGIA na avaliação dos resultados do JUDICIÁRIO, para o ESTADO/MERCADO, introduzindo eleições e/ou votações.
6. Manter e aperfeiçoar as GARANTIAS PESSOAIS de todos que pertençam ao MERCADO/ESTADO atribuindo, ao nascer, um CAPITAL INICIAL que será a moeda de troca necessária à sobrevivência e ao seu desenvolvimento e de toda a sociedade.

Acreditando ter expressado os elementos que colhi ao longo de minhas observações sobre a forma que nos movemos socialmente, apresento este estudo para desenvolver uma **ECONOMIA PARTICIPATIVA** onde todos e cada um estejam integrados na sociedade EMPRESA/ESTADO/MERCADO.

Parte I Apresentação

Economia – Elementos

Conceituações

Uma pequena história

Moeda e sua função

Equivalência

Dimensionamento

Parte II Introdução

Cenário

A Moeda

Capital Social

Sócios Acionistas

Ações Preferenciais e outras

Objeto Social

Missão

Funcionamento

Custos Sociais

Infância

Adolescência

Maturidade

Velhice

Quadro Geral 2010

Quadro Geral 2018

Necessidades

Alimentação

Saúde e Higiene

Educação

Vestuário

Lazer

Mercado

Apresentação

Ontem, Atual e Futuro

Mercado de Oportunidades

Equiparação de valores

Parte III Resultados

Projeções

Fluxo de Produção

Fluxo de Trocas

Fluxo de Criações

Fluxo de Manutenção

Fluxo de Responsabilidades

Retro Alimentação (Tributos)

Bem Estar Social

Parte IV Transição

Medidas

Reconstituente

Reordenamento Jurídico

Reordenamento Institucional

Gestão Administrativa

Gestão Social

Diretivas Econômicas

Empreendedorismo

ECONOMIA - ELEMENTOS

CONCEITUAÇÕES

Terra – Capital – Trabalho – Tecnologia

Terra – Além de simbolizar o Planeta, o termo Terra, em Economia, representa todos os bens reais disponíveis na Natureza. Com a evolução do ser humano e grupos, em famílias, em comunidades e em sociedades, em razão das capacitações individuais e coletivas foram os humanos se apossando dos bens disponíveis que encontravam pela frente. Num primeiro momento, através da posse pacífica ou da disputa com ‘outros animais’ para ocuparem ambientes mais seguros ou que lhes trouxessem maior chance de sobrevivência. Ainda no processo evolutivo, organizando-se e grupos e famílias tribais criaram regras de acesso, domínio e posse de terras e outros bens nelas existentes como animais e frutos que elas produzissem bem como iniciaram processos de extração de minérios. Passo seguinte, organizando-se os grupos e famílias tribais ou reais em Estados ou Sociedades, construíram regras de Direito e de Economia para justificar e legitimar este Meio de Produção como elemento pertencente a determinados grupos e não a toda a Coletividade. Desde esta época, parou a evolução do ser humano e aguarda-se, com urgência novas sinalizações para o porvir.

Capital – Capital, em economês e grosso modo, significa disponibilidades. Estas disponibilidades ou reservas diferem do fator Terra porque se constitui através do acúmulo de bens ou numa conversão deles, em valores (dinheiro). Durante o desenvolvimento social humano, grupos e famílias, pelas mais diversas razões acumularam Bens de Capital ou, simplesmente Capital, tais como: construções, obras de arte, colheitas, minerais e, não sendo isso suficiente, criaram também a moeda como elemento representativo de valor que passaram além de cunhar, a acumular e a poupar. O Capital teve significativo uso como fator de produção a partir do desenvolvimento da Revolução Industrial. Nesta efervescente etapa do desenvolvimento uniu-se Terra e Capital para produzir riqueza e transformar, revolucionando, a sociedade. Modernamente, construções outras se utilizam do elemento Capital para simbolizar outros elementos que integram, mas não definem o funcionamento das relações econômicas, mais atrapalham do que ajudam numa busca em prol do desenvolvimento e produção de riquezas.

Trabalho – O que deveria significar para cada um de nós o termo trabalho que parece escondido nos livros de economia ou livros de filosofia? Será que o dicionário traz alguma ajuda? Parece que não. Vamos então tentar uma definição e analisá-la frente às realidades. Trabalho é o processo que transforma elementos quanto a sua natureza específica e uso, em novos bens de natureza similar ou diferente com novas utilizações ou, que introduz, do mundo das idéias à materialidade, criações intelectuais dando-lhes forma. Esta definição aqui elaborada vai ‘de encontro’ à definição no dicionário na sua primeira significação, que diz: *1 esforço incomum; luta, lida, faina* (**Dicionário HOUAISS da Língua Portuguesa: Datação** sXIII cf. FichIVPM). Olhando assim a acepção da palavra no dicionário é possível até entender o porquê, as pessoas, normalmente evitam o trabalho como algo que seja depreciativo e incomum. O trabalho, genericamente falando é todo esforço físico realizado do nascimento até a morte do homem. Pode-se inclusive afirmar que o Trabalho seja o ponto de partida da jornada humana em busca da Vida, da Riqueza e da realização individual e coletiva, que seja, o reconhecimento de sua individualidade/personalidade.

Tecnologia – Derivada do Conhecimento, a tecnologia trouxe progressos consideráveis à humanidade. Abstraindo-se à dicotomia do Bem e do Mal, do Certo e do Errado, a tecnologia também trouxe variáveis que criaram grandes danos sociais. Uma das variáveis que provocaram danos é a separação que fazem entre Tecnologia e Trabalho. Toda a tecnologia é resultante do trabalho de um ou de muitos. Não é produto decorrente da Terra ou do Capital no incremento da produção econômica de Bens e Serviços. O seu subproduto, uma máquina, podem ser agregados aos fatores de produção como Terra e Capital mas não o produto em si. O desenvolvimento tecnológico é resultante do Trabalho intelectual e físico. Caso seja um trabalho mecânico pode ser realizado por um homem ou por uma máquina, mas será sempre a realização de um trabalho que poderá render Lucro.

Mercado – Riqueza – Informação – Conhecimento

Mercado – O que significa mercado num sentido comum a todas as pessoas? O mercado é delimitação do espaço social determinada pela oferta de bens e serviços. Mercado é o espaço definido por Oferta e Procura de quaisquer bens ou serviços disponibilizados para troca? Oferta e Procura, esta expressão é sinônimo de Mercado em termos de Economia? Acredito que sim. Onde houver Procura e Oferta de qualquer bem ou de qualquer serviço há, do ponto de vista econômico, aquilo que pode ser chamado de Mercado. Entendendo o conceito principal ou primitivo, os conceitos derivados serão mais compreensíveis e sempre mais delimitados. Mercado de Capitais, Mercado Imobiliário, Mercado de Trabalho, Mercado de Peixes, etc. Todos os derivados agregados ao conceito principal de Mercado indicarão, no caso, um determinado tipo de bem ou serviço disponibilizado para troca. Da mesma forma, podemos agregar ao termo ‘mercado’ valores que indiquem disponibilidades de bens e serviços, tais como: Mercado Ideal, Mercado Real, Mercado Possível. No Mercado Ideal teríamos o equilíbrio entre a Oferta e Procura. No Mercado Real teríamos a efetiva oferta e a efetiva procura dos bens e serviços. No Mercado Possível teríamos o exercício da criatividade humana em estabelecer fontes alternativas de bens e criação de novos hábitos de consumo gerando novos mercados.

Riqueza – Riqueza significa tão somente disponibilidade. Ter disponibilidade de bens, de capitais, de saúde, de significados, representa ‘ser rico’. Quanto mais conseguirmos perceber o significado das palavras em sua origem mais primitiva, aquela marcada no Consciente Coletivo, tanto mais chances teremos de referenciar termo para com as demais pessoas. A coletividade transmite um senso comum sobre valores. A cultura privilegia, temporalmente, alguns valores sobre outros e os mantém mediante coerção ou cooptação. São as pessoas que se dedicam ao Conhecimento que atuam na coletividade para transformar valores ideais em valores reais. A associação de riqueza com ‘posse’ ou ‘propriedade privada’ não é adequada para o estudo da economia ou para proposição de desenvolvimento social. Ter a posse não significa ter disponibilidade ou riqueza.

Conhecimento – O “saber fazer”. Nada mais. Ao acúmulo de ‘saber’ ou de informações dá-se o nome de Biblioteca ou de Banco de Dados. O Conhecimento deve ser lido e entendido com base na composição: percepção e ação. Prefiro o termo Conhecimento ao termo sabedoria para indicar o caminhar da humanidade na execução/condução de realização de obras individuais e coletivas. Um homem ou uma mulher de Tem Conhecimento aquele ou aquela que faz. Faz e acerta a receita sem precisar olhar. Executa a tarefa por conhecer e não por ler um manual. Neste caso, se há a necessidade de um manual temos a técnica. A técnica é a adequação do Conhecimento para todos ainda que não saibam a razão e origem do procedimento adotado. É óbvio que a cada significado que tentarmos expor aqui outros podem ser levantados, entretanto, esta e outras definições aqui têm apenas um caráter didático e orientador para as apresentações que se deseja fazer para o tema proposto. O Conhecimento é a materialização de um esforço/trabalho intelectual que envolve observação e a construção de um caminho para executar a materialidade dos sonhos e da criação. Equivale à Tecnologia.

Informação – Temperatura de 100º. Isto é uma informação. Para que ela serve? Onde? Para quem? Os significados da linguagem devem atender a simplicidade dos símbolos/ideias. Na Sociedade da “Era da Informação” o que mais acontece é estarmos desinformados a respeito de quase tudo. Sabemos de acontecimentos depois de que eles se encerram. Sabemos os danos provocados na sociedade por métodos e regras ditadas por ‘cientistas’ depois que suas ideias são derrubadas pelas realidades. Inventamos palavras pomposas para significar ‘penduricalhos’ para valorizar diplomas e especialidades sem que nos envolvamos profundamente nas relações sociais, políticas e econômicas que atribulam a humanidade. Enfim, informação é apenas um dado para que possamos relacioná-lo às necessidades humanas em busca de respostas.

Produção – Transformação – Consumo – Necessidade – Supérfluo

Produção – O dicionário, na maioria das vezes não adianta muito. Explica-se o que já se sabe ou nada daquilo que se busca saber. Um dicionário não é uma enciclopédia. O verbete para Economia dá boa definição: 7 Rubrica: economia. - criação de bens e de serviços para suprir as necessidades do ser humano (Dicionário HOUAISS da Língua Portuguesa: Datação 1720 cf. RB). Podemos estender este conceito para: Produção é a criação ou transformação de bens ou de serviços mediante emprego de Trabalho buscando atender interesses de Mercados. Nem toda a produção visa satisfazer necessidades do ser humano. Às vezes, a produção visa atender desejos e se produz bens supérfluos ou serviços supérfluos. Da mesma forma, uma árvore frutífera e o seu fruto, nascido no meio da mata não deve ser considerada produção agrícola salvo se for destinada a atender demandas de mercado e for para a feira ser ofertada. Desta forma, por definição econômica, produção deve estar intimamente ligada ao Trabalho e a Mercados. Podemos usar ainda a figura que Produção está ligada à Oferta de Bens e Serviços oferecidos ao Mercado quanto o consumo está para a Procura de Bens e de Serviços. Desta forma, se pode fazer uma analogia entre Produção & Consumo e Oferta & Procura como elementos **básicos do Mercado**.

Transformação – É o processo que dá nova forma a um bem ou serviço. Através da transformação há saltos tecnológicos e culturais. Transformar vai além de modificar embalagens ou melhorar aspectos de produtos e serviços. Transformar agrega valores novos e introduz novos elementos ao Mercado. Transformações produzem alterações comportamentais nos mercados necessitando por parte de seus administradores ou participantes que se adequem às novas regras para manter ou aumentar sua participação no Mercado.

Consumo – Todo o bem ou serviço produzido e ofertado ao Mercado é objeto de consumo. Então, podemos dizer que Consumo é a utilização final ou intermediária de toda Produção. Produção e Consumo definem mercados e tanto um quanto outro elemento utiliza-se dos fatores de produção: Terra, Capital e Trabalho. Produção demanda por Trabalho e Consumo gera Trabalho e, ambos, determinam o ritmo da Economia e dos Mercados.

Necessidade – Talvez aqui devêssemos olhar o aspecto jurídico da questão. O Direito fala sobre o que seja Estado de Necessidade: “O estado do agente ao cometer ato descrito como criminoso, para salvar - de perigo atual que não provocou por sua vontade nem podia de outro modo evitar – direito próprio ou alheio cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se (Código Penal 23-I; Código Penal Militar 39,43)” (Em, Dicionário Compacto do Direito, Sérgio Sérulo da Cunha, 4ª edição, revista e atualizada 2005, Editora Saraiva). Por que citar aqui uma norma jurídica? Porque acredito ser relevante. É obrigação da Sociedade, através da Ciência Econômica, desenvolver mecanismos de produção para atender as necessidades de consumo da comunidade. A falência na consecução destes objetivos produz distorções profundas nos atendimentos do Mercado de Bens e Serviços em Geral. Principalmente quando atingem as necessidades básicas de consumo. Necessidades, sob o aspecto Econômico e de Mercado deve significar bens e serviços cuja produção e consumo digam respeito à manutenção da Vida e, por extensão, Educação, Liberdade, Saúde, Habitação e Vestuário. Atuando na produção e desenvolvendo o consumo de bens e serviços que garantam as necessidades do indivíduo em suas comunidades estará a Economia justificando os seus fatores de produção. Se, ao invés disso virarmos as costas para o Mercado das Necessidades, nenhum outro Mercado merecerá acolhida ou salvaguardas pelo Estado ou pela Coletividade.

Supérfluo – Quase como o oposto de necessário, bens e serviços supérfluos são produzidos e disponibilizados ao Mercado. Aqui não estaríamos classificando o ‘supérfluo’ senão de forma absoluta. Não cabe a discussão que o discurso vazio propõe de que o supérfluo para um é o necessário para outro. Todo bem ou serviço supérfluo é precedido de uma transformação de hábitos ou de cultura e desta forma criam-se oportunidades econômicas de lucro. Este é um objetivo de empresas em geral, o Lucro e não necessariamente a satisfação de necessidades subjetivas ou objetivas do Mercado. Há de se reconhecer avanços Tecnológicos e de produção de Conhecimento no desenvolvimento de bens e serviços supérfluos eventualmente ou definitivamente. Regras de Controle de Mercados que a sociedade pode e deve criar definirão preço e regras de consumo. O Mercado não é um ‘ente’ coletivo tal qual é Sociedade, Comunidade e Coletividade. O Mercado é a abstração de fatores de produção que atuam num ambiente social e por esta razão deve estar sujeito às regras que a sociedade determinar mediante o estudo e análise dos interesses desta mesma sociedade.

Dinheiro – Moeda

Dinheiro – Qual o mais popular significado de dinheiro. Para chegar a este significado da forma mais simples poderíamos optar pelo viés negativo: **Não tenho dinheiro**. Usualmente ao se declarar isso significa não ter qualquer coisa de valor para troca: nem moeda, nem vale transporte, nem ‘ticket’ refeição, nada. Socialmente, equivale a não ter qualquer valor ou representação de valor na sociedade. Certa feita, perguntei a minha companheira por vinte anos, contabilista também, o que significava/representava para ela o termo, Dinheiro. Queria a percepção de uma pessoa ao termo. Ela respondeu: - **Representa poder**. Poucas palavras e imenso conteúdo. Reflete esta representação muito do que ouvimos no dia a dia: Poder de Compra, Poder Aquisitivo. Ter dinheiro representa poder comprar, representa poder adquirir bens e serviços necessários ou supérfluos. Não ter dinheiro passa então a sensação de impotência. Passa a sensação popular de ‘ser nada’ e não de não ‘ter nada’. Podemos então conceituar aqui que: Dinheiro é a representação de qualquer valor para aquisição de bens e serviços existentes em qualquer Mercado.

Moeda – Muitas podem ser as definições sobre moeda, entretanto, vamos à origem dela. “À semelhança do contrato e da propriedade, a moeda é instituto jurídico.” (Sérgio Sérulo da Cunha em apontamentos sobre Moedas Alternativas). **A moeda nasce, com o Estado, para criar uma referência de valor quantitativamente representado e aceito entre os que compartilham este espaço social nas relações econômicas de trocas.** E será ‘real a moeda’ se for entendida como a instituição de um padrão de valoração de bens, de serviços num sentido amplo e contemple um sistema econômico de produção e distribuição, objetivo quanto as necessidades básicas do mercado e subjetivo quanto a aplicação de reservas ou utilização do capital excedente. De outra forma a ‘moeda’ padecerá de valorações apenas subjetivas e não atenderá às necessidades da sociedade. As disputas políticas entre detentores dos fatores de produção Terra – Capital – Trabalho, provocaram na linha da História a evolução das teorias econômicas e valorações de cada um destes fatores como ‘principal’ para o desenvolvimento humano. A moeda, como uma instituição jurídica institui o valor a se atribuir a cada um destes elementos. Tal valor é representado pela moeda. Na era pré-industrial valia mais a Terra (propriedade e bens acumulados) que eram representados por ‘mais moeda’. Na era da revolução industrial, até mesmo para justificar uma nova valoração e transferências de valores representativos da riqueza produzida, ‘mais moeda’ foi transferida para detentores de Capital (reservas de moeda e ou de bens de produção como maquinários). Desta forma, o Capital empregado gerava ‘mais moeda’ do que a simples existência dos bens representados pela Terra (propriedades em geral). O reconhecimento de fatores de produção propostos por Jean Baptist Say (1767-1832), economista francês, secundado por Adam Smith que deu maior visibilidade ao tema através do livro Riqueza das Nações não conferiu ao Trabalho um posto de equivalência e dignidade que hoje ele detêm em qualquer Economia. A falta de uma efetiva valoração do Trabalho é causa do desequilíbrio dos Mercados e da Economia nas comunidades em que o Trabalho é mero Custo de Produção e não elemento representativo do Universo do Mercado como Consumidor. Este conceito é o cerne do projeto e será complementado adiante. Hoje a moeda representa quase que fundamentalmente Capital e privilegia a propriedade e a posse em detrimento dos demais fatores de produção influenciando negativamente na expansão do Mercado de Bens e Serviços sejam eles necessários ou supérfluos, mas sempre determinantes da Riqueza Coletiva.

Pagamento – Preço – Valor

Pagamento – Pagamento é algo de valor que fazemos ou entregamos em troca de algum bem ou de algum serviço disponível na sociedade através das suas relações econômicas, ou seja, o Mercado. Pagamos Terra, pagamos Capital, pagamos Trabalho. A moeda é o elemento de valor que é instituído para representar as relações entre os fatores de produção e os bens e serviços oferecidos ao Mercado. Para que não tenhamos que pagar com TERRA ou CAPITAL ou mesmo com TRABALHO, pagamos com moeda ou dinheiro ou o que esteja representando valor naquela sociedade. Para que possamos pagar algo que desejamos ou precisamos adquirir no Mercado, precisamos de Moeda ou então, algo que a represente. E este o funcionamento que se espera do Mercado para que as necessidades e/ou desejos possam ser realizados.

Preço – O que é preço? Podemos dizer que é o valor de um bem ou de um serviço disponibilizado para consumo. Mas que valor? Quanto representa o preço e como ele é composto, na verdade? Dizem que o preço é o valor que o Mercado se dispõe a pagar, mas todos nós sabemos que se não pagam o ‘preço justo’ não vale a pena produzir ou vender e assistimos produtores queimando estoques, retendo produtos, negando-se a realizar serviços. O preço justo é o preço de Mercado. Seria a composição dos meios de produção – Terra – Capital – Trabalho na razão dos valores que ali são aplicados e uma margem de valor para remunerar o lucro quando as empresas forem privadas e não públicas e devem atender também os critérios de necessidade ou o quanto supérfluos podem ser. Olhando os preços de Mercado, entretanto, vemos que não é bem assim. Os preços variam até para um mesmo produto em razão do Lucro, de sobre valor ou supervalorização do CAPITAL, da TERRA e, quase sempre, em razão do sistema político adotado, o valor do TRABALHO quase nunca determinam o preço. Desta forma, poderíamos então acrescentar um detalhe ao conceito de preço declarando-o assim: Preço é o valor que o Mercado se dispõe a pagar por um bem ou por um serviço em razão da disponibilidade de moeda circulante.

Valor – Valor é a representação que se dá para alguma coisa de forma a substituí-la por alguma coisa equivalente. Ao trocarmos uma galinha por uma camiseta podemos dizer que aquela galinha tem o valor daquela camiseta. Quando dizemos que a moeda americana determinada como US\$ 1 (um dólar americano) vale R\$ 2,15 (dois reais e quinze centavos), dizemos que o valor atribuído a esta moeda equivale a 115% a mais que o valor que atribuímos à nossa moeda. O valor depende de algumas variáveis. Depende da TERRA – CAPITAL e TRABALHO. Depende, também, da necessidade e da disponibilidade. A execução do processo econômico deve fazer com que os fatores de produção gerem riquezas. Desta forma, nações com TERRA – CAPITAL e TRABALHO são nações ricas salvo se for negada a elas a participação no Mercado. Ao valorizarem TERRA, valorizarem CAPITAL e desvalorizarem TRABALHO para estabelecer a moeda destrói-se assim o Mercado naquela nação ou nesta nação se aplicado ao Brasil este sistema de valoração. Quando se declara que o TRABALHO não merece moeda suficiente para realizar a Vida no que toca à Alimentação, à Saúde, à Habitação, à Educação e, todo o esforço de trabalho não merece reconhecimento de valor social condenamos a sociedade à falência. Tudo que o Mercado puder oferecer não encontrará consumidor para dar a ele o funcionamento que precisa para existir. A razão da existência do Mercado. A Oferta e a Procura. Então, o que seria valor para a Economia? O que seria valor para uma sociedade? Valor é a representação que se dá através da moeda para que a sociedade tenha funcionamento gerando e distribuindo riquezas. Sem valor, sem mercado, sem riquezas.

Tesouro – Subsídio – Reserva

Tesouro – Tesouro representa um ganho originário. Algo que surge e recebe uma valoração social e em dinheiro por ser revelado ou descoberto. Um tesouro é algo que escapa da esfera econômica. A ele atribuíse valor econômico à medida das necessidades ou disponibilidades de moeda ou algo de valor para seu reconhecimento. Não se confunde com o lucro, com o juro, com o Trabalho (salvo se o que se revela tem valor para ser aplicado economicamente), com a Terra (salvo se o bem natural passa a ter relevância econômica) ou ainda com o Capital (salvo se este capital for disponibilidade total). Quando nos defrontamos com super-valorização de bens ou de serviços nos encontramos defronte de tesouros ou de especulações ou blefes que disponibilidades de moeda podem nos sugerir. A visão de Mercados trans-nacionais em comparações com outros mercados nos leva muitas vezes a imaginar uma economia de privilégios. Em geral, tesouros são raros e a invenção de alguns deles serve para esconder deformações profundas na sociedade através de ‘venderem-se tesouros’ tais quais prêmios de loterias, contratos bilionários para criar uma sensação de esperança vazia para uma solução de realização pessoal. Existem tesouros, mas a criação de ‘tesouros monetários’ geram inflação e crises na sociedade e nos mercados, pois alimentam inflação e tornam o supérfluo social como objeto de mais valia (se preferirem, mais valor, desde que este valor não seja representando por moeda) e desejo.

Subsídio – Em razão de cada sociedade atribuir valores diferentes ao TRABALHO, ao CAPITAL e a TERRA, nem sempre, no Mercado Internacional o valor ou o preço dos bens e serviços tem equivalência. Às vezes, o valor oferecido é inferior ao custo de produção. Isto acontece também em razão da Oferta e Procura no Mercado Nacional. Para minimizar estes efeitos que poderiam gerar prejuízos para produtores de bens ou de serviços, Governos distribuem valores em moeda para compensar as perdas em busca de conquistar mercados. Subsídio é, portanto, um auxílio que a sociedade dá através do governo para determinados produtores objetivando que o bem ou o serviço, produzidos, possam ser consumidos. Através de políticas públicas de subsídios ou dos tributos o governo se propõe a controlar de certa forma o Mercado e nesta representação, não poucas vezes entra em choque e contradição com o sistema econômico que adota. Ao não regularizar o Mercado através do valor à moeda e sua equiparação aos fatores de produção quase que só resta ao governo adotar subsídios e políticas assistencialistas que se minimizam a ineficiência e ausência do Mercado não permitem que a Economia faça a sociedade prosperar através do TRABALHO, do CAPITAL e da TERRA existente para tal fim.

Reserva – Reserva, poupança, saldo comercial, lucro, juro, estoques, enfim, tudo que acrescenta valor e não é necessário o consumo imediato diz-se: reservas. Reservas devem ser consideradas como ‘moeda’ para a economia. Existindo reservas disponíveis podemos ter moeda para representar este valor e servir de elemento de troca para ativar a economia e gerar riquezas. Se entendermos este conceito poderemos então afirmar que : TERRA é reserva e tem um valor em moeda atribuído a ela. CAPITAL é reserva e tem um valor em moeda atribuído a ele. TRABALHO é reserva e tem um valor em moeda atribuído a ele. A quem deveria caber atribuir o montante de reservas, em moeda, de um país e simbolizar este valor de forma justa ou verdadeira? Cabe ao Estado esta tarefa. Na falta de homens públicos de visão o Estado acaba abrindo mão desta função tão importante quanto manter a sua estrutura política. O Brasil é uma nação de muita riqueza em razão de suas reservas de todos os fatores de produção. Tem um mercado imenso para todo e qualquer tipo de produção. Cabe à sociedade determinar o sistema que deseja adotar e sua moeda para o seu desenvolvimento.

Inflação – Dívida – Tributo

Inflação – Para justificar as transferências de valores entre especialistas de produção: especialistas em capitais, especialistas em trabalho, especialistas em propriedades construiu-se através da valorização de alguns bens e serviços, a desvalorização da moeda. O desajuste na representação da moeda e sua disponibilidade no que toca a capacidade do governo emitir moeda e alguns setores receberem de imediato os benefícios desta emissão gera a inflação. Fosse algo fácil de explicar teríamos ao menos um conceito que não fosse este único: **Inflação é o excesso de moeda em circulação**. E, daí?! Como bem se põe este questionamento quando se percebe uma indefinição ou um conteúdo para lá de vago. Como pode a moeda ser emitida em excesso? Excesso em relação a quê? Em relação ao Capital? Em relação à Terra? Só se for. Em relação ao Trabalho, não há moeda suficiente para que se diga moeda excedente. Só haverá inflação monetária se esta moeda em circulação não se vincula ou representa o Trabalho como de fato, no Brasil, não representa. Toda a moeda será inflacionária se sua emissão não atender às necessidades dos fatores de produção em ter um elemento de representação de valor para funcionamento do Mercado. Então, podemos dizer que será sempre inflacionária a moeda emitida ou disponibilizada que não atenda ao critério de valor econômico. Não é uma relação direta entre emissão e disponibilidades e sim entre emissão e uso/destino que se dá a esta emissão.

Dívida – Todos têm e muito poucos sabem explicar o que ela é e como ela se resolve. Ao nascer herdamos uma dívida de sangue impagável com os nossos pais. Depois, nascem os nossos irmãos e os pais aumentam seus créditos sem que os filhos dividam ou diminuam a dívida. A sensação de que, um dos irmãos ou irmãs, possam diminuir esta dívida é ilusão.

A dívida é uma obrigação pessoal, moral e intransferível. Podemos compensar esta dívida, mas toda e qualquer dívida é algo impossível de se quitar ou de se resolver. É esta a sensação que temos ao ouvir que devemos algo. É o que nos assusta e nos faz menos solidários porque não queremos estar comprometidos pessoal e moralmente. É esta a sensação que o "capitalismo" produz e reproduz. Compromissos financeiros ou negociais são nomeados como "dívidas". Através deste discurso ficamos impotentes e nos voluntariamos a uma servidão à medida em que ora nos perdoam e ora, novamente, nos liberam créditos e declaram que estes créditos representam novas "dívidas".

Empréstimos não representam dívidas. Empréstimos são créditos antecipados. São compensáveis no futuro. Se não pagos ou quitados não se convertem em dívidas de acordo com um conceito de fato moral. São créditos a receber pela outra parte cuja resolução dependerá, sempre, de perdão, de quitação ou de descontos pois os créditos que os vinculava, em geral, não se realizou.

Então, Dívida é um compromisso moral de vida e para ser perdoada por amorosidade.

Valores financeiros, de Capital, geram empréstimos e não dívidas.

Então Dívida é um compromisso de vida e para ser perdoada por amorosidade. Valores financeiros geram empréstimos e não dívidas.

Tributo – É toda a arrecadação instituída pelo Estado para atender necessidades globais de custeio ou de investimentos coletivos. Esta concepção é ampla e atende ao que desejamos expor por aqui. Sendo o Estado o único emissor da moeda ele tem que estabelecer regras para que os valores representativos para aquela sociedade circulem de forma a atender necessidades econômicas. Ou seja, o Mercado. Querelas, questiúnculas, informações deturpadas sobre quem paga e quem recebe o quê do Estado ou no Estado serão abordadas com mais profundidade no correr desta apresentação. Que fique registrado que Tributo é apenas parte de arrecadação da moeda emitida pelo Estado para manter regras de funcionamento do Mercado. Entretanto, fatores que determinam uma cultura ou privilegiam setores da economia ou definem um sistema econômico podem provocar deformações sejam elas na arrecadação dos tributos ou na emissão/valoração da moeda emitida. Este aspecto é cerne da proposição aqui apresentada e será devidamente abordada na continuidade do trabalho proposto.

Lucro – Juros – Renda

Lucro – Numa sociedade que privilegia o Capital e sua moeda serve para acumular Capital mais do que para fazer funcionar o Mercado e estabelecer valor de troca entre os seus participantes, o Lucro se torna objeto de desejo e aspiração de qualquer empreendedor. O Lucro representa para Economia e Contabilidade a diferença ‘em moeda’ obtida entre as Receitas e Despesas, Recebimentos e Pagamentos ou Vendas e Custos. Não importa tanto o que nomearmos. A diferença entre “A” e “B”, se for positiva e significar isso, ‘mais moeda’, significa Lucro. Regra para todos os teóricos de administração de economias particulares é que o melhor/maior lucro determinará a posição no Mercado e o grau de satisfação dos detentores de Capital porque assim tem suas posse aumentadas em razão de atividade econômica que, teoricamente deveria render mais do que a remuneração do capital para e por si mesmo, o Juros. Em algumas sociedades, como a brasileira, isso não deu muito certo. A atividade financeira, disponibilização de Capital conseguiu aliar o Lucro ao Juros criando uma sociedade ainda mais bizarra em termos regionais e na Economia Mundial, o fator Capital mantém ainda grande domínio.

Juros – $\text{Capital} \times \text{Taxa} \times \text{Período de tempo} = \text{juros}$. Ou seja: $j = C.i.n$. Então podemos dizer que as regras de atuais na sociedade permitem que o Capital agregue valor a si mesmo. Uma vantagem que não se permite a nenhum outro fator de produção da economia. Não vemos elemento Terra crescendo um pouco cada dia, para frente ou para os lados, ou ainda, para cima de ‘outras’ Terras do vizinho, assim como, não vemos o elemento Trabalho sendo valorado pelo ‘Não Fazer’. O Capital consegue esta proeza. Talvez seja a herança mais perversa que a humanidade recebeu da Era da Revolução Industrial. Como os detentores da moeda eram os detentores do Estado, comumente, este privilégio foi compartilhado muitas vezes mas, num certo momento houve a ruptura e particulares se adonaram de Capital e através da ‘reprodução autógena’ dos juros, aumentaram sem limite os seus domínios que hoje vão além dos Estados e sociedades. Os juros seja como política fiscal ou monetária por parte dos Estados, bem como, uma remuneração segura e sem risco real por parte do detentor de Capital contribui muito para a desestabilização da Economia, dos Mercados e da Riquezas Coletivas.

Renda – Apesar de certas inconfidências entre a teoria e prática, a renda, é tão somente o acréscimo de valor a um patrimônio qualquer em moeda ou algo que lhe seja equivalente representar. Quando pela simples existência de um fator de produção houver um ganho de valor ou, se houver um ganho de valor mediante uma atividade econômica empresarial, ou ainda, a descoberta de um tesouro ou um ganho sem um custo equivalente de recursos investidos, há a renda. Por caminho inverso poderíamos dizer que renda é aquilo que sobrou de um encontro de contas. Por exemplo: você deixou aplicado um capital em moeda e ele lhe rendeu JUROS. O capital retorna com mais valor e isso significa Renda (propriamente dito). Se você tem empreendimento e suas receitas superam suas despesas, você teve LUCRO. O Lucro é Renda (meios de produção empregados). Se você possui meios de Produção (TERRA) e, transfere o uso destes meios de produção a terceiros e em razão disso você mantém-se ainda proprietário do bem e recebe ALUGUEL. Você recebe valor em moeda por algo que continua em sua propriedade e isso significa Renda (bens móveis/imóveis). Se você recebe um Prêmio de Loteria ou um valor qualquer por algo que você fez ou produziu e isto excede as necessidades básicas de qualquer humano para prover a vida, teria descoberto um TESOURO. Isso significa Renda (TRABALHO seu ou de terceiros). Renda, enfim, é todo acréscimo de valor ao patrimônio de particular ou de empresas cuja produção objetiva acúmulo de Capital e não à manutenção da Vida ou corresponda à realização de um trabalho individual.

Justiça – Poder – Liberdade

Justiça – Devemos aqui mergulhar profundamente na essência de nossos valores. Ainda que muitas pessoas possam não saber aplicar Justiça, todas as pessoas sabem o que é Justo. Justo é aquilo que transferimos para terceiro decidir por nós ou, o que nos pedem para decidir e aceitando fazer juízo, decidimos. Quando abrimos mão de fazermos ‘justiça pelas próprias mãos’ num processo de construção social, transferimos ao Estado a ‘forma’ de fazer e distribuir Justiça, mas não transferimos ao Estado a competência de fazer juízos. Nenhum homem abriu mão de seus valores de Justiça para que a Sociedade decidisse quem passaria fome, quem poderia trabalhar, quem poderia desperdiçar recursos coletivos em seu único proveito. A Justiça é um valor inato. Todas as batalhas da humanidade se fizeram em busca da Justiça e a maior derrota tem sido a Injustiça Social fruto das idéias econômicas que dão valor ao Capital, à Terra e desvalor ao Trabalho. Não se faz Justiça quando o sistema econômico cria uma moeda que é insuficiente para estabelecer Justiça entre o esforço comum na produção de riquezas para uma nação. O jogo de palavras usado há séculos e mais ainda nos últimos 500 anos para privilegiar pessoas e grupos na sociedade não recebe credibilidade e não é suficiente para evitar por um lado a escassez e por outro, o desperdício de bens, de serviços, de trabalho e de vidas. Não há o que teóricos falam de Lei de Mercado. Não há comprovação factual ou científica de sua existência. Esta Lei de Mercado é lei de igual valor à: Lei de Sobrevivência ou Lei da Vida. Talvez então, para que não tenhamos que aplicar na correção dos valores econômicos sociais mediante uma ‘revolução’ devamos nós construir um pacto social baseado na Justa distribuição ‘nominal’ das riquezas e dos fatores de produção da economia valorando TERRA – CAPITAL – TRABALHO com uma moeda que represente estas existências para qualquer um.

Poder – Da mesma forma que todos percebem a Justiça, todas as pessoas se apercebem do significado de Poder. Na história da humanidade enquanto alguns sábios fazem aflorar os valores de nosso Consciente Coletivo, pessoas de menor juízo, por outro lado, buscam esconder significados ou ainda, dar outros sentidos àquilo que sabemos ser ou sabemos não ser disseminando dúvidas. Poder, num sentido de valor comum ao Homem não é alguma coisa caída do céu, salvo se for usado num sentido figurado como usualmente é feito. O poder da chuva, por exemplo. Talvez caia bem, esta chuva, para desconstruir o mito que se construiu sobre a palavra poder gerando imenso prejuízo à civilização. Poder deve significar tão somente a capacidade autônoma e consciente de ação mediante análise de objetivos. A chuva não determina o seu caminho, ela não determina o seu valor, ela não determina a sua intensidade, não acontece por sua vontade. Seres abstratos ou inanimados não realizam vontades, desejos ou escolhas. Não têm Poder, ou seja, capacidade de ação. O Poder é inato. O Poder é o ‘motor da sociedade’ e não a Economia. O verdadeiro Poder é apenas a capacidade de agir mediante escolhas. Por não termos efetuado escolhas de como agir, em outras palavras, por termos deixado de usar o Poder as ‘idéias econômicas’ tidas por ilustres homens foram se deteriorando até chegarmos as modernas e fantasiosas regras e leis de MERCADO, que hoje parece ser o Leviatã preconizado por Hobbes como o Estado. Se entendermos os significados das palavras naquilo que todos nós acreditamos em nosso íntimo nós daremos novo curso à história pelo Poder e não pelos simulacros que hoje são mitificados.

Liberdade – Talvez a confusão que reveste o termo liberdade aconteça porque não se é livre. Liberdade não é um modo de “ser” e sim um forma de “estar”.

Talvez a linguagem nos ajude no entendimento: “Sou uma pessoa. Estou aqui ou ali. Meus atos e desejos não implicam em quem sou, mas podem, ainda que não necessariamente devam, implicar em eu estar em algum lugar, estar em alguma situação ou sujeito a algum ambiente que determina se estou mais ou estou menos livre para me mover, para me expressar ou em conflito até comigo mesmo”.

Somente seres sencientes podem se dizer livres ou desejar mais ou menos liberdade. Por esta razão não há possibilidades de estender o conceito, seja ele qual for, para entes criados pela razão humana. Não há Mercado Livre. Não há Livre Comércio. Não há Livre Iniciativa ou quaisquer outras acepções associadas à liberdade sob aspecto econômico senão num discurso “capitalista” para defender a “liberdade de uns” em garantia ao “constrangimento de outros”, ou “de todos os outros”.

A Liberdade, então, não pode ser medida em unidades econômicas ou analisadas sob aspectos qualitativos, mas é uma referência quantitativa de quem somos e onde estamos num conjunto analisável. Quanto mais estivermos em condição de realizar o objeto de um desejo coletivo, mais livres estaremos sob a análise de aspecto econômico.

Coletividade – Solidariedade – Participação

Coletividade – Qual a diferença entre Coletividade e Sociedade, ou entre Coletividade e Comunidade? Responder uma questão fazendo uma pergunta pode indicar a resposta. A pergunta: “Qual a diferença?” significa que não são iguais Sociedade, Comunidade e Coletividade. Objetivamente, aqui desejo preferir o termo Coletividade pelo dinamismo e simplicidade de conteúdo do que os termos Sociedade e Comunidade que, incluindo uns, excluem outros, via de regra. Seria difícil compor um quadro de uma Sociedade Global ou de uma Comunidade Internacional. Entretanto, é pacífico declarar que os humanos formam uma Coletividade existente no Planeta Terra. Desta forma, creio que o ideal coletivo seja mais apropriado para demonstrar novas possibilidades de relacionamentos econômicos e para transformar a realidade em algo melhor e possível. A Coletividade é, então, um grupo qualquer em um ambiente qualquer em que indivíduos tenham noção do espaço e do tempo que os limitem e os determinem.

Solidariedade – Uma manifestação de empatia. Solidariedade gera uma corrente de sentimentos que busca superar desafios sejam emocionais, sejam econômicos, ou ainda, de riscos iminente afetando alguém ou alguma coisa. Frente a uma tragédia que aconteça em algum lugar. Frente a uma perda familiar ou profissional. Ainda sob risco a determinada pessoa ou grupo ou ameaças a animais ou monumentos é fácil sentirmos o disparo de uma ação de solidariedade para com a pessoa ou pessoas que precisam de apoio imediato. O sentimento gregário ou de pertencimento despertado por aquele evento nos motiva. A solidariedade, entretanto, é como um vento forte que acontece às vezes e não tem a natureza de permanência. Funciona, socialmente, como um pulso de adrenalina funciona num corpo animal. Uma explosão para atender necessidades imediatas e, regra geral, atende, entretanto, não dá solução ou encaminha resoluções. Mais do que eventos pessoais, nas tragédias que se abatem sobre grupos ou comunidades vemos mais este tipo de acontecimento. Roupas, água, alimentos, colchões e em seguida, o esquecimento.

A solidariedade revela ao mesmo tempo o desejo de reconhecimento social que temos e a declaração de nossa impotência.

Participação – Fazer parte de algum grupo ou lugar. Estar inserido em algum evento. A participação nos leva a sentimento atávicos de pertencimento. Do infinito. Ainda que não consigamos estabelecer no espaço e no tempo a dimensão de cada um de nós temos a certeza de ali sermos e estarmos. Não importa a condição em que estamos ou como somos. Homens ou mulheres. Não importa como nos sentimos em relação a gênero, a crenças, a cores e raças, em relação a biotipos. Todos nós nos sentimos com necessidades iguais de água, de ar, de alimentos, enfim, de vida e de afetos.

A participação é um conceito inclusivo. Todos os conjuntos são divisíveis e, por simetria e espelhamento através de nós mesmos, podemos perceber o conjunto refletido.

Este estudo se propõe a desenhar e demonstrar a viabilidade e razões de existência da Economia em que a participação de todos a defina e a mantenha em funcionamento sem criar desigualdades no que se refere a impedimentos de acesso às necessidades básicas de cada um de nós.

ECONOMIA PARTICIPATIVA é a nomeação feita para indicar que todos os nascidos vivos são partícipes na condição de cidadãos/acionistas da Empresa/Estado BRASIL S.A.

Neste estudo espero demonstrar a necessidade de distribuição de renda. Demonstrar a necessidade de resolver os conflitos criados por diferenças construídas em interesses pessoais e corporativos sem grandes rupturas. Demonstrar que a cultura de exploração capitalista em busca de lucro e acúmulo de capitais trouxe a Economia a um brete sem saída senão o estreitamento maior em seu fim.

Enfim, através da ECONOMIA PARTICIPATIVA poderemos somar TERRA, TRABALHO, CAPITAL e TECNOLOGIA interagindo em harmonia para desenvolver a PRODUÇÃO e aumentar o CONSUMO DE BENS e CONSUMO DE SERVIÇOS sem a perda dos vínculos de solidariedade e de humanidade.

Bem Coletivo – Direito Coletivo – Obrigação Coletiva

Bem Coletivo – A Caverna que antecede ao mito descrito por Platão é um Bem Coletivo. Um abrigo ao qual os homens se recolhiam, aonde se abrigavam e um ambiente que compartilhavam tendo como objetivo a segurança, o conforto e, em razão disto, todos contribuíam para o sucesso e sobrevivência do grupo. O Bem Coletivo tem esta função social. Uma área de preservação, de abrigo e que traga conforto a um grupo qualquer e disponível a todos em compartilhamento. O Estado/Empresa BRASIL S.A. pode ser comparada a esta “caverna primordial”. Por outros espaços no Planeta Terra temos centenas de outras cavernas anunciadas e reconhecidas que pertencem a outros coletivos. Estas outras “cavernas” não estão distantes ou desconectadas, mas apenas localizadas em espaços distintos e com diferentes hábitos, usos, costumes e leis. Para a Economia, significando o uso dos recursos de Terra e Capital, os Bens Coletivos não estão sujeitos a transferência para entes privados que restrinjam ou venham restringir ou determinar usos deste bens para atender interesses que não sejam de uma Coletividade que represente o domínio sobre este bem em uso. Cessão de Uso e Concessões são formas de conceder a grupos o usufruto sobre bens públicos por tempo determinado e condições determinadas tendo em vista, em primeiro lugar o atendimento das necessidades coletivas e não as necessidades do cessionário ou concessionário. O ganho econômico desta exploração deve atender ganho compartilhado de todos os envolvidos. Cedente e cessionário, concedente e concessão e para todos os usuários ou beneficiários.

Direito Coletivo – São aqueles direitos que a todos são reservados e a que todos estejam obrigados a respeitar para com os outros. Os direitos elementares de todos os humanos tais como direito à vida, direito à saúde, à educação, ao lazer, à segurança fazem parte da Declaração de Direitos que constam na Constituição/Contrato de BRASIL S.A. É, também, um Direito Coletivo o estabelecimento da forma de Gestão e dos limites que devem ter os Gestores quando estiverem no exercício de funções públicas. Uma Estrutura de Governo com eleições para todos os cargos com mandatos determinados, forma e qualificações necessárias para acesso a cargos de gestão pública, garantia de igualdade de condições para cargos de representação são determinantes de um Direito Público para administração desta Sociedade/Estado em que o reconhecimento e a participação de cada um é declarada e reconhecida como um direito inalienável de cada cidadão/acionista.

Uma reestruturação de toda a Estrutura de Representação do PODER de cada cidadão/acionista deve ser realizada e reconhecida por todos os representantes atuais em quaisquer cargos ou níveis da Empresa/Estado, principalmente, em razão de que não há de se exigir de uns aquilo que outros não exigem dos seus ou de si mesmos.

O Direito Coletivo impõe-se como uma norma geral imperativa e limitadora de alegáveis ou alegados direitos especiais em razão de heranças, privilégios, interesses pessoais ou, ainda, por sobre todos os alegados “direitos adquiridos” em qualquer tempo quando estes tais direitos importam em dar para alguns aquilo que não pode ser compartilhado, de forma equivalente, com todos.

O Direito Coletivo que deverá constar na Constituição da Empresa/Estado terá como fundamento e proposta harmonizar e conciliar os interesses de todos os acionistas/cidadão no que toca a participação representativa de todos e de cada um. Cada cidadão/acionista representa apenas um voto e um ser humano.

Obrigação Coletiva – Todos os acionistas/cidadãos, por conta de seus direitos e por conta, também, de sua participação e responsabilidades em relação à Empresa/Estado que pertencem tem o Dever Legal e a Obrigação Moral de zelar, cuidar para que o respeito ao conjunto e a cada um seja preservado. Todos os qualificados por faixa etária tem obrigação de votar/escolher quanto o direito de ser escolhido ou votado. Todos tem a obrigação de respeitar a representação escolhida pela maioria. Toda a minoria tem direito a ser respeitada e considerada em quaisquer decisões que envolvam causas novas. Todo indivíduo tem direito a sua manifestação singular e deve ser respeitado. Todo indivíduo deve respeitar o ambiente em que está, respeitar os demais acionistas/cidadãos presentes e respeitar a liberdade do outro quanto preserva e deseja respeito pela sua forma de estar. Obrigações Coletivas são impostas sobre todos os indivíduos de forma acordada, declarada e sem distinção de gênero, raça, credo ou biotipos respeitando as diferenças culturais, locais desde que elas não sejam conflitantes com os interesses gerais da Sociedade/Estado BRASIL S.A.

As cinco famílias

Um pouco antes de nosso tempo e um pouco depois de algumas transformações pelo vale da Humanidade, como o local era conhecido, isso aconteceu.

As pessoas se reuniam em famílias.

Uma vivia da terra, a outra dominava ofícios, a terceira dizia nada precisar, a quarta gostava muito de brincar e a última cuidava muito de sua casa e gostava de se organizar.

A família Terra sentia-se à vontade pois ela tinha a Natureza que a ajudava até que um dia, uma grande tempestade aconteceu.

A família Trabalho logo se pôs a ajudar e salvou tudo que se podia salvar. Juntas se abrigaram e perceberam que apesar do que havia se perdido tinham encontrado um lugar melhor para morar.

De visita pelo lugar a família da Capital encontrou a Terra e o Trabalho e pediu ali abrigo. Em troca para ficar ela tinha sal. Algo que ela juntou da beira do mar e resolveu compartilhar. De sal, não dá para se alimentar.

Quase ao anoitecer daquele segundo dia chegou mais uma família, a Inovação, que alegre e festeira e logo se pôs a tocar. Criou amizade e foi convidada a sentar. Antes, porém, deu corda numa caixa que trouxera e a mesma, por si só, começou a tocar.

As três famílias se encantaram e as quatro puderam conversar.

Cansadas ao final do dia, e prontas para repousar ouviram um ruído, um ganido e viram um bicho fugindo para deles se afastar. E em seguida viram a quinta família.

- Quem são vocês? Perguntaram...

- Somos os vigias. Dormimos durante o dia e a noite ficamos a cuidar. Nosso Estado é a vigília. Aqui estamos agora. Vocês já podem descansar.

Todos então estavam apresentados e cansados, descansaram e resolveram se ajudar.

Foi a história, entre tantas outras que, de meu pai, eu ouvi.

Quem quiser que conte outra. Esta história precisa continuar.

MOEDA E SUA FUNÇÃO

Apresentação:

A moeda é, apenas, uma representação.

A Moeda representa um valor específico de unidade de troca. Quanta moeda é preciso para se obter uma garrafa d'água, para um quilo de pão, para uma roupa, para um sapato, para um livro, um lugar para morar ou para pagar aquele medicamento necessário para a nossa saúde.

Para medir e podermos quantificar coisas temos as unidades: massa (peso), volume (litros), tamanho (metro) de forma simplificada e ainda os números (sistema decimal) para dar uma ideia destas coisas em relação de umas com as outras.

Para medir esforço (trabalho) criamos várias outras referências como: esforço, pressão, potência, intensidade, força, frequência, energia, temperatura, velocidade.

Ainda acompanhando necessidades humanas de quantificar para qualificar criamos unidades de tempo e para harmonizar as referências criamos relações entre as várias medidas. Ora quando no tempo a temperatura se altera, ora o quanto nos deslocamos por hora, por minuto ou por segundos.

Esta é a função das medidas.

A Moeda foi instituída como uma unidade de troca. Esta é sua função. Ela representa o CAPITAL como medida de quantidade tão somente. Não devemos cometer e não podemos cometer a besteira de dizer que o quilo, o metro representa a TERRA e tampouco que o esforço, frequência, energia representa o TRABALHO e, tampouco, que a velocidade em que as coisas se transformam representa a TECNOLOGIA.

Medidas são unidades quantitativas que podem, no conjunto, possibilitar análises qualitativas de como elas interagem, como elas se transferem e se transformam.

A quantidade de CAPITAL existente é medida em MOEDA em relação a sua quantificação. Em geral, hoje, se diz que o CAPITAL de alguém, de alguma empresa ou do ESTADO se referencia em sua MOEDA ou uma outra moeda qualquer em referência mundial.

O PIB – Produto Interno Bruto estimado para o Brasil em 2018 é de R\$ 6,7 trilhões. Ou US\$ 2 trilhões... Dependendo com quem estivermos a comparar. A medição quantitativa que a Economia faz é em Moeda. Depende do Estado e como ele está nomeando a suas relações de troca.

As unidades de medida ganham também apelidos. Algumas vezes para nos referirmos a uma quantidade de metros dizemos LONGE, ou a uma quantidade de peso nós apenas dizemos que é PESADO ou de volume, que é muito GRANDE.

Em relação à unidade de CAPITAL, a MOEDA, em geral usamos o termo DINHEIRO para indicar a falta dele, ou de Moeda. A falta de alguma coisa para trocar. Diferente das outras unidades de medidas de tamanho, de massa, de volume que apenas referencia alguma coisa em relação ao que nela está contido, a MOEDA ou DINHEIRO se referencia a alguma coisa que pode ser trocada por outra coisa.

Esta foi a grande transformação que a sociedade experimentou com a expansão das famílias e grupos sociais cada vez maiores. Ter alguma medida de referência para as relações de trocas seja no comércio internacional ou mesmo dentro de seu próprio território. Daí a invenção da MOEDA como unidade de troca. Mesmo que cada grupo tivesse criado a sua própria moeda, com o tempo, as comunidades se envolvendo e se integrando a moeda simplificou muito as formas em que se estabeleceram as relações pessoais. Não que esta simplicidade tenha resolvido os desafios de qualidade, mas serviu e serve até hoje de referência a medidas de Economia e de Riqueza para todas as nações. Quem tem uma boa distribuição de moedas tem um bom desenvolvimento econômico e social.

Houve um tempo em que não era tão necessário dividir a sociedade para que ela funcionasse. Os ciclos de cada grupo funcionava quase que naturalmente. Plantavam, colhiam, consumiam. Alguns grupos comerciavam e outros saqueavam. Alguns até começaram a pensar como se fortalecer e como se organizar. Aprendemos então que para mudar há que se transformar.

Guerras, doenças, fome foram ensinando pela dor alguns caminhos. Um aprendizado difícil. E o pior que não poucas vezes o medo era usado mais para a submissão do que para provocar um movimento de emancipação ante a ameaça. Tais relatos vinham mais do Mundo Ocidental já que as Índias eram Terras Distantes e notícias de lá, do Oriente, retratam uma cultura bem diferente da que ouvimos falar.

A história das cinco famílias pretende ser apenas um desenho dos Fatores de Produção e do Mercado.

Neste estudo, quatro famílias representam – TERRA, TRABALHO, CAPITAL e TECNOLOGIA - e a quinta família o MERCADO. Este “mercado” nada mais é o conjunto ESTADO.

Para que as famílias se integrem na ECONOMIA PARTICIPATIVA o papel do ESTADO ou do MERCADO, não se amplia ou se diminui.

A ECONOMIA CAPITALISTA vive do MERCADO/ESTADO e criou um discurso liberal que só serve se for para dar à família do CAPITAL vantagens que nega a todas as demais famílias. As famílias que vivem da TERRA, famílias que vivem do TRABALHO são totalmente desqualificadas e não devem nem ao menos ter direito à sobrevivência. A TERRA e o TRABALHO passa a não guardar valor, passa a não significar riquezas e meios de produção. Só serve se servir a família CAPITAL. E, se ela quiser. Se a família CAPITAL desejar acabar com a TERRA ou com o TRABALHO em algum lugar ela faz isso.

Com o desenvolvimento da família TECNOLOGIA tivemos um grande impulso na produção e no consumo com conseqüente aumento de sobrevivência, de interações, de rendas.

A família CAPITAL soube aproveitar esta inovação de forma mais efetiva. Usou a TECNOLOGIA para se fortalecer e ao mesmo tempo a subjulgou. Marcas, Patentes e outras formas de garantias se somaram à eliminação, física ou legal de qualquer grupo concorrente e assim chegamos aos dias de hoje.

Aquela família de vigias, a família ESTADO que viera ajudar foi envolvida por riquezas e manipulações pela família CAPITAL que assim dominou os discursos que, ainda irracionais, eram elogiados como bons e de resultado para todo o grupo.

Hoje percebemos a FARSIA e FRAUDE.

Considerando que a moeda é, apenas, uma representação e que sua MAIOR e MELHOR representação é o PODER (representado) para quem tem ou detém MOEDA todos demonstram respeito e por esta razão desejam ter o que lhes é costumeiramente negado.

Então, podemos constatar, até prova em contrário que:

1. Se TODOS tiverem MOEDA como uma unidade de valor para trocas, TODOS terão os mesmos direitos e a mesma representação social;
2. Se é verdade que a MOEDA é uma unidade de valor e portanto pode medir a RIQUEZA é também verdade que sua função real função não é acumular valores e sim realizar trocas;
3. A MOEDA como uma criação coletiva nasce com o ESTADO e não com o CAPITAL. Se o ESTADO representa TODA A COLETIVIDADE, esta MOEDA pertence e representa a RIQUEZA de TODOS para que possam viver, produzir, consumir e, também, acumular o que lhes sobrar de tempo em tempo;
4. A MOEDA de qualquer valor, na mão de qualquer um, não sofre qualquer restrição ou diminuição de sua representação;

EQUIVALÊNCIA

Apresentação:

A questão de equivalência é muito importante. Equivalência está para a matemática como semelhança e não como igualdade. Um triângulo retângulo de medidas 3 x 4 x 5 metros é semelhante a um outro medindo 30 x 40 x 50 centímetros. A equivalência da moeda deve guardar semelhança entre grupos e não igualdade.

Uma vida humana equivale a outra vida humana. Uma criança equivale a outra criança. Um jovem, um adulto ou um idoso equivale a qualquer outro jovem, adulto ou idoso.

Por esta razão a ECONOMIA PARTICIPATIVA busca distribuir de forma equilibrada e com o suporte da TECNOLOGIA a riqueza produzida por todos.

A atribuição de um CAPITAL INICIAL a todos os participantes é o valor que ficou estabelecido para este estudo como suficiente para permitir que a vida seja mantida com dignidade suficiente para que possam todos realizar trabalho ou preparar-se para executar uma função social ou mesmo usufruir uma vida após a idade além dos 65 anos.

Considerando os ciclos que os humanos estabeleceram para medir o tempo aproveitando as colheitas e como isso determinou os anos, os meses e a adaptação da economia o CAPITAL INICIAL deve atender este ciclo. Uma disponibilidade mensal e cíclica. Equivalente para todos.

Ao final do ano um balanço utilizando CONTABILIDADE poderemos avaliar o resultado produzido por todos. Uma parte realizará apenas a vida e as trocas para a produção de uma riqueza coletiva. Uma diversidade biológica, cultural e de valores e sentimentos numa progressão para o desenvolvimento da Humanidade.

Este é o estudo, o modelo e a experiência que busco avaliar.

DIMENSIONAMENTO

Apresentação:

A moeda é um valor instituído e reconhecido num ESTADO/MERCADO e é esta a dimensão geral em que ela se aplica.

Dividimos os MERCADOS/ESTADOS em interno e externo. Sobre o MERCADO EXTERNO e a COMUNIDADE DE NAÇÕES temos pouca possibilidade de transformações no momento. O Mundo ainda tem uma prevalência do CAPITAL e uma sustentação forte na ideologia “capitalista”.

A TECNOLOGIA rompe barreiras, entretanto ainda não estamos politicamente preparados para uma interação internacional, mas já experimentamos transformações na última décadas em nosso Brasil, em nosso MERCADO/ESTADO. Podemos avançar mais e novamente se desejarmos. A experiência de Distribuição de Renda aplicado pelos governos eleitos pelo povo em 2002, em 2006, em 2010 e em 2014 mostraram o caminho do desenvolvimento econômico.

Mais renda distribuída, mais consumo, mais produção e com isso maior riqueza para toda a sociedade. Se mantivermos o ciclo e aumentarmos a participação de todos na distribuição de renda teremos um retorno maior de produção, de consumo e conseqüentemente de renda e riqueza.

Para dimensionar a RENDA que o MERCADO/ESTADO disponibiliza e que “move” a economia utilizei como referência o Orçamento Geral da UNIÃO. A totalidade estimada pelo IBGE para a população brasileira em 2018 baseada no CENSO de 2010 que estima um total de 209.831.378 indivíduos distribuídos por gênero e faixas etárias.

Este modelo mostrou que aplicando as regras de Economia, de Direito, de Contabilidade ele funciona.

Funciona ainda que seja num processo híbrido com a existência de duas moedas. As distorções promovidas ao longo dos séculos desde o descobrimento no Brasil criou um tipo de ideologia “capitalista” diferenciada. Um “capitalismo” de excluídos em que destruir a concorrência é mais simples do que enfrentá-la ou desafiá-la.

Das Capitânicas Hereditárias onde foi fracionado o território brasileiro como se fosse uma coisa e distribuído estas partes/propriedades a “nobres” importados, das doações de áreas públicas para famílias e empresas, da usurpação de terras de povos indígenas, da validação territórios para grileiros, para posseiros, para latifúndios produtivos e/ou improdutivos há uma herança, ainda hoje, sendo transmitida por gerações de proprietários difícil de se resolver em um curto prazo, mas não impossível de se harmonizar e ser promovida por uma justiça social.

Da exploração do ESTADO/MERCADO criamos uma estrutura de representação de Poder que tornou agentes públicos em criadores de seus próprios privilégios abandonando qualquer possibilidade de entendimento de um MERCADO ou ESTADO capaz de funcionar sem ser totalmente transformado. Este processo poderá acontecer de forma violenta, como assistimos hoje este enfrentamento, ou de uma forma harmonizada com escolhas feitas por todos para determinar quem administra e de que forma será administrada a sociedade.

Da influência dos que detem CAPITAL nacional ou Internacional experimentamos a crueldade da ideologia “capitalista”. Intervenções em todo o projeto de governo que busca distribuir riqueza para os nacionais.

Através de influências pouco recomendadas num mundo em que DIREITO e CONTABILIDADE aliados à TECNOLOGIA podiam transformar e melhora a vida e o bem estar social dos brasileiros subverteram a ordem. Criaram cargos, dividiram ESTADOS FEDERADOS, dividiram e multiplicaram os MUNICÍPIOS de forma que o

CAPITAL pudesse comprar seus representantes, ainda que aparentemente eleitos pelo povo. Através destes representantes, desde o descobrimento e a partir da colonização e exploração do Brasil foi mantida a regra de exploração “capitalista” de exploração e acúmulo de riquezas por uns poucos e expropriação de todos os demais que foram declarados índios sem propriedade e sem alma, negros escravizados ou a ralé desterrada ou vinda como imigrantes para servir de mão de obra barata.

Através de discurso transformaram o Brasil numa TERRA que pertencia ao CAPITAL e o TRABALHO seria o reconhecimento do esforço animal domesticado, mesmo que este esforço fosse realizado por seus iguais.

Assistimos estas histórias reproduzidas pela MÍDIA subserviente através de novelas romanceadas em que a prevalência do CAPITAL determina os valores sociais e políticos. Não só isso. Assistimos em novelas uma “não crítica” dos costumes. Personagens corruptos, mentirosos, violentos e falsos são promovidos e “punidos” numa tela de televisão, entretanto, na vida real esta mesma tela se omite a realidade quando não, bem ao contrário, mostra o certo como errado e o errado como a única saída possível.

É neste ambiente que o estudo se processa e reconhece que para que ele seja aplicado há necessidade não só de vontade política, mas de um desejo coletivo que impulse mudanças para que ela possam acontecer.

Ainda bem que contamos com TECNOLOGIA.

O desenvolvimento de outras nações não passa por nossas vontades ou por consultas sobre o que desejamos para nós mesmos. Europa, Ásia, África, Oceania e outras nações da América traçam seus caminhos ainda que sob pressão internacional, sobre as quais, aqui se reproduzem ruídos de sucesso ou de insucesso de acordo com o que o CAPITAL e a ideologia “capitalista” nos permite compartilhar pelas MÍDIAS de sua propaganda quase que exclusiva.

Com TECNOLOGIA podemos identificar todos e cada um dos brasileiros e atribuir a cada um deles uma parte da riqueza nacional para que eles vivam e realizem o processo econômico.

Este estudo dá algumas sugestões e faz, também, algumas avaliações de cálculos.

Apesar da dificuldade que temos e que se terá em reconhecer o valor real de cada um dos indivíduos a ECONOMIA PARTICIPATIVA permitirá uma transformação revolucionária e transcendente. Podemos ultrapassar qualquer limite que o discurso do CAPITAL com sua ideologia “capitalista” criou e poderá criar.

O estudo e este dimensionamento se baseia na RAZÃO e na aplicação dela no processo de distribuição e de geração de renda e não na DEFORMAÇÃO de realidades e da DESRAZÃO em que hoje nos encontramos através de um massacre diário da MÍDIA empresarial que subverte valores em novelas, noticiários, na exploração da BOA FÉ religiosa ou profana de todos, transformando o brasileiro em apenas um consumidor de produtos ventáveis em prol da realização de indivíduos e de grupos de “capitalistas”, cuja única razão de existir é acumular CAPITAL, não importando se isto se realiza em nome de Deus ou de um suposto progresso social promovido em programas de domingo, onde se escolhe um eleito e se despreza toda a coletividade em prol de seu ganho, como apresentador de “histórias de sucesso” ou de piadas sobre situações constrangedoras que despertem o riso fácil e no imaginário possamos dizer: “que bom que não aconteceu comigo”.

É neste ambiente que precisamos realizar uma imersão racional e avaliar este estudo.

Estamos prontos para saltar da ECONOMIA do CAPITAL para uma ECONOMIA da TECNOLOGIA como determinante dos rumos a seguir para o BEM ESTAR SOCIAL DAS GENTES.

A ECONOMIA PARTICIPATIVA é uma sugestão para o MODELO BRASILEIRO.

Nos encontramos ante um desafio inadiável para nossa geração. Como que estivéssemos frente a uma erupção vulcânica, que é uma obra da Natureza, o instinto de sobrevivência e luta pela vida nos dá somente duas opções nesta hora. Saltar ou morrer.

Desejo que nossa escolha em seguir em frente e saltar seja a correta. De outra forma teremos mais um século de condenação e destruição. Para a HISTÓRIA é pouco. Para cada um de nós é uma sentença de morte.

CENÁRIO

A MOEDA

Nome: BEM

Equivalência: 1 REAL

Valoração: Sempre paritária B\$ 1 => R\$ 1

Apresentação:

A moeda é a representação de um valor e todas as coisas materiais e imateriais tem uma referência específica de unidade de troca.

A unidade de troca para este ensaio de uma modelagem social foi escolhida como BEM.

A escolha do nome BEM, para a moeda, tem uma função didática que quase que por si só revela a função que socialmente a moeda tem para executar. Uma unidade de troca que indica a quantidade que cada outro "bem" produzido, disponível e/ou ofertado tem num contexto econômico.

Assim como o dimensionamento do universo econômico tentam traduzir como "lastro" e referenciam múltiplas moedas em valor equiparado ao ouro, ao PIB (Produto Interno Bruto) ou a outras moedas indexando umas às outras, neste ensaio, a moeda BEM terá como "lastro-referência" a água.

O BEM, em relação à água como "lastro" guarda, de forma analógica, uma identidade que indica uma disponibilidade permanente e contínua. Indica, também, como no caso da água, a existência de um ciclo funcional. O ciclo da água é Chuva (distribuição), Circulação (rios, lagos, mares, etc) e Evaporação (retorno). O ciclo da moeda BEM se estabelece a partir da Distribuição, das Trocas e da Administração.

Tendo como referência a exploração de recursos minerais, no caso da água, tratada e distribuída no Estado de São Paulo pela SABESP temos um custo:

Tarifa mínima em torno de R\$ 45,00 em 2018, pela SABESP, para 10 m³ equivale a R\$ 0,0045 o litro de água tratada, considerando a captação, o tratamento, a distribuição, os tributos e a administração e a Margem de Lucro.

Considerado os custos, tributos, perdas na distribuição e margem de lucro que seriam reformulados para estudo neste ensaio entendo que UM BEM = B\$ 1 se referenciará economicamente à quantidade de 1.000 litros de água.

Todo valor que exceder esta relação, que neste caso representa o custo da água, será considerada como lucro no que se refere ao resultado econômico.

CAPITAL SOCIAL

Empresa:	BRASIL S.A.	2010	2018
Valor estimado:	1 B\$ BEM ANUAL B\$	1.689.508.669.500,00	3.379.017.339.000,00
Data Estudada:	2010 IBGE MENSAL B\$	140.792.389.125,00	281.584.778.250,00

QUADRO A

Faixa	População:	190.755.799	Acionistas	Atribuição 2010 de Moeda/Mês B\$ (3)	Atribuição 2018 de Moeda/Mês B\$ (3)	85
A	Faixa de 0 a 9	28.765.534	Cotistas	250	500	10
B	Faixa de 10 a 19	34.157.631	Cotistas	375	750	15
C	Faixa de 20 a 64	113.751.154	Cotistas	1000	1750	40
D	Acima de 65	14.081.480	Cotistas	500	1000	20

(3) uma referência específica de unidade de troca. Orçamento Geral da União 2010 **R\$ 1.766.021.794.352,00**
 População 2010: 190.755.799 Renda "per capita" US\$
Salário Mínimo 2010(1) R\$ 510,00 **PIB 2010** R\$ **3.675.000.000.000,00** **R\$19.265,00** **R\$ 1,76**

(3) uma referência específica de unidade de troca. Orçamento Geral da União 2018 **R\$ 3.506.621.082.632,00**
10% População Estimada 2018: 209.831.378 Abril Renda "per capita" US\$
Salário Mínimo 2018(2) R\$ 954,00 **PIB 2018** R\$ **6.784.800.000.000,00** **R\$32.334,53** **R\$ 3,42**
 Estimado 2,8% maior de que 2017 **Dolar em 15/04/2018**

QUADRO B

Renda "per capita" em 2010 por total de indivíduos por Faixas Etárias em R\$

Faixa	População:	190.755.799	Acionistas	Atribuição 2010 de Moeda/Mês B\$	Relação 2010 "per capita" %	85
A	Faixa de 0 a 9	1.253,00	Cotistas	250	19,95 %	10
B	Faixa de 10 a 19	1.582,00	Cotistas	375	23,70 %	15
C	Faixa de 20 a 64	1.267,00	Cotistas	1000	78,93 %	40
D	Acima de 65	5.117,00	Cotistas	500	9,77 %	20

(1) LEI 12.255/2010 (2) DECRETO 9.255/2017 ARREDONDAMENTO PARA 1/2 SALÁRIO MÍNIMO

Apresentação:

A construção de uma modelagem social precisa de dados para deles se produzir informação. Tomou-se por base o **Ano de 2010** considerando **Dados População** e **Dados Econômicos**.

O **QUADRO A** apresenta uma estimativa proposta por este estudo dividindo o conjunto social que compõe a empresa **BRASIL S.A.** Nesta proposta temos 4 (quatro) Faixas de "sócios" cotistas para as quais foi estipulado, a um custo de vida digna hoje, um valor que permitiria viver em solidariedade para a construção de uma Nova Economia que irá ser apresentada neste modelo.

O **QUADRO B**, por sua vez, apresenta o valor do **PIB no Ano de 2010** que, por sua vez, traduz o valor "per capita". Considerando a participação da população na faixa etária e prezando estas faixas chega-se a um valor mensal "per capita" apresentando a primeira distorção no tratamento de dados de forma global que por si só distorcem o universo econômico que se pretende representar.

Uma criança, na **Faixa A e B**, que se estima consumir em 2010, **B\$ 250,00 (19,95%)**, e **B\$ 375,00 (23,70%)** para sustentar a vida, na distribuição pelo PIB aparenta estar custando ou valendo **R\$ 1.253,00** e **R\$ 1.582,00**, enquanto seus pais que estima-se participar com **B\$ 1.000,00 (78,93%)** participam com **R\$ 1.267,00** e seus avós, cada um deles, ao invés de ter como referência **B\$ 500,00 (9,77%)** participam aparentemente e proporcionalmente com **R\$ 5.117** do "per capita" por Faixa Etária.

É o que se pretende transformar e corrigir para que haja possibilidade de, considerando as conquistas humanas, ter e manter uma sociedade economicamente ativa, sustentável e solidária.

SÓCIOS ACIONISTAS

GRUPO: Todos os nascidos no Território Nacional
Equivalência: Gênero, cor, credo ou opção política ou biotipo.
Valoração: 4 (quatro) Faixas Etárias

Fundamentação: LEI N° 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Publicada no DO de 11/1/2002)
Institui o Código Civil.

Código Civil.Brasileiro

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

PARTE GERAL LIVRO I
Das Pessoas

TÍTULO I
Das Pessoas Naturais

CAPÍTULO I
Da Personalidade e da Capacidade

Art. 1º Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

Art. 2º A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

Constituição da República Federativa do Brasil

TÍTULO I – Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui -se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político.

Parágrafo único . Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II – garantir o desenvolvimento nacional;
- III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e

regionais;

- IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I – independência nacional;
- II – prevalência dos direitos humanos;
- III – autodeterminação dos povos;
- IV – não intervenção;
- V – igualdade entre os Estados;
- VI – defesa da paz;
- VII – solução pacífica dos conflitos;
- VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X – concessão de asilo político.

Parágrafo único . A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

TÍTULO II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, nos termos seguintes:

- I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
- II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

...

AÇÕES PREFERENCIAIS E OUTRAS

QUALIFICAÇÃO:	Cada cidadão nato no Território Nacional representa uma cota individual
Equivalência:	Um cidadão brasileiro equivale a uma única ação preferencial.
Outras valorações:	Cidadão naturalizados e/ou estrangeiro residentes no Território Nacional equivale, também, a uma única ação ordinária.

Fundamentação: **Constituição da República Federativa do Brasil**

...

TÍTULO II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, nos termos seguintes:

...

Quanto à definição da participação de todos os brasileiros natos acredito que a primeira explanação do conjunto creio que esteja esclarecida para este estudo. Temos, entretanto, também indivíduos que pelas mais variadas razões vem solicitar cidadania, residência, asilo ou eventualmente podem estar em estudo, turismo ou passagem pelo Território Nacional.

Apesar de esta situação de indivíduos não nascidos no Brasil não ser tão facilmente mapeada pelo Estado, haja vista a sua extensão e complexidade de áreas povoadas, é a vida de cada indivíduo no Território Nacional tão valiosa tanto quanto a vida do brasileiro nato. Não vale mais ou vale menos quanto a ser humano e reconhecido civilmente.

A valoração de estrangeiros que se naturalizem, que sejam asilados ou ainda que optem por residência no Brasil terão a mesma participação no conjunto de acionistas ou agentes que os naturais. A diferenciação e analogia entre cotas e ações preferenciais ou ordinárias tem efeito apenas didático neste estudo e significa que os acionistas preferenciais tem alguns direitos de voto a mais do que os acionistas ordinários na empresa Brasil S.A.

Para evitar discursos que apenas aumentam e deformam a ideia que se pretende demonstrar a escolha feita de representar o Estado Brasileiro como uma Empresa de Sociedade Anônima é determinante pois, apesar de parecer um entendimento "novo" o cidadão comum consegue atribuir responsabilidade e imaginar melhor a administração de uma empresa do que de uma repartição pública.

Considerando que cada cidadão na forma deste estudo é um acionista - preferencial ou ordinário - e não mais um "simples" cidadão, todo aquele discurso de assistencialismo ou de paternalismo ou ainda de favores para os necessitados irá mudar. A empresa BRASIL S.A. terá que se reconfigurar. Terá que se adaptar ao mercado e assumir o modelo de Gestão que pessoas ditas empreendedoras cobram sem aplicar em seus ambientes organizacionais.

OBJETO SOCIAL

FUNDAMENTOS: A proposta de BRASIL S.A. está definida no Art.3º da Constituição.
Equivalência: Contrato Social de uma empresa equivale à Constituição do BRASIL S.A.
Outras valorações: Como o Contrato Social define a empresa, seus sócios, direitos e obrigações internas e externas, a Constituição faz o mesmo e exige respeito de todos.

O Objeto Social: Uma sociedade livre, justa, solidária com desenvolvimento compartilhado sem pobreza e com inclusão, reduzindo desigualdades e promovendo o BEM COMUM de todos os acionistas sem qualquer discriminação.

Fundamentação: **Constituição da República Federativa do Brasil**

...

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

...

Quando se tenta explicar a formação e a constituição de um ESTADO há várias tendências para explicar esta formação politicamente, sociológica e filosoficamente de forma que para o cidadão comum é um pouco mais difícil compreender do que a união de duas ou mais pessoas com objetivos comuns e bens comuns para empreender e compartilhar.

Duas pessoas comuns se unem em Casamento, em Sociedade Civil ou Comercial, ou ainda, em uma União Estável. Outras relações são totalmente independentes e não geram normalmente obrigações entre as partes e tampouco a solidariedade. Mais pessoas, principalmente quando não compartilham uma proximidade se unem em sociedades por ações e quando a identidade deles não precisa ser diretamente mencionadas diz-se: Sociedade Anônima.

Todos os cidadãos sabem, por experiência própria, as dificuldades em se ter uma boa gestão e/ou governo em qualquer sociedade. Entretanto, sabem todos, também, que os pressupostos de solidariedade, de liberdade de opinião, de justiça e de amorosidade é elemento permanente e principal de qualquer tipo de contrato social. No estudo aqui proposto não é diferente. Respeitada a dimensão do grupo, do patrimônio, a participação de todos é garantida plena a partir de sua constituição.

O estudo proposto não trata de criar uma nova forma de grupo social para atingir determinado fim. Não se trata de formar um grupo para algum tipo de conquista territorial ou para executar algum tipo de linchamento. Trata apenas de mostrar e demonstrar que é possível não o sonho, mas a execução daquilo que todos os brasileiros pactuaram para que todos nesta sociedade executassem e para que todos tivessem e tenham a mesma garantia na participação dos resultados que BRASIL S.A. venha produzir.

Contrário a todos os discursos que produzem e reproduzem os gestores desta Sociedade Anônima que é o Estado Brasileiro, se usarmos a visão de "empresa" ou de "empreendedor" veremos que há uma minoria que além de não produzir, criam privilégios em causa própria ou facilidades a grupos determinados em detrimento a todos os acionistas e, devido a falta de compreensão das regras mínimas desta sociedade, todos são envolvidos em um clima de angústia, de miserabilidade, de impotência e de insegurança tendo a vida amesquinhada e imaginam que o que recebem é um eventual favor.

Enfim, o estudo BRASIL S.A. se propõe a mostrar que o Objeto Social desta empresa descrito no Art. 3º de sua Constituição é objeto social permanente, é exequível, é justo e pode ser, assim como deve ser, aplicado para atingir os fins a que esta sociedade se propõe neste pacto contratual e social.

Fundamentação: **Art. 4º** A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I – independência nacional;
- II – prevalência dos direitos humanos;
- III – autodeterminação dos povos;
- IV – não intervenção;
- V – igualdade entre os Estados;
- VI – defesa da paz;
- VII – solução pacífica dos conflitos;
- VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X – concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

A missão de BRASIL S.A.

Praticamente, a MISSÃO está declarada no Art. 4º da Constituição/Contrato. Usualmente as empresas e pessoas gostam de declarar porquê se movem em busca de alguma coisa.

A MISSÃO de BRASIL S.A. se funda no desejo e na ideia que seus constituintes percebem como é necessário e útil estabelecer no conjunto social um objetivo comum para atender ao seu Objeto Social.

A empresa/sociedade BRASIL S.A. se formou a pouco tempo em relação a outras sociedades mundiais no conjunto de nações e, com a fusão de diversas raças, diversas crenças, diversos fluxos de migração e de imigrantes.

Considerando esta micigenação de povos, de raças, de crenças e, também, as imensas possibilidades da riqueza de território o BRASIL S.A. precisa, urgentemente, definir, conciliar e harmonizar sua posição e missão no contexto nacional e internacional.

Isto posto, este estudo sugere como MISSÃO de BRASIL S.A.

BRASIL S.A. tem como MISSÃO, em primeiro lugar, a prevalência dos direitos humanos visando a solução pacífica de todos os conflitos e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade em defesa da paz e harmonia social. Esta missão começa em casa. Todo o brasileiro tem no BRASIL S.A. sua identidade reconhecida, preservada e inviolável nos termos da Constituição. Nenhuma lei, nenhuma autoridade, nenhum governo poderá declarar medidas contra estas garantias.

Tal MISSÃO propõe corrigir a imagem que foi criada por falta de respeito humano aos cidadãos nascidos e que escolheram o Brasil como o seu novo lar e buscará trazer a todos os acionistas de BRASIL S.A. o orgulho de fazer parte de uma comunidade nacional que objetiva compartilhar internacionalmente todas as suas conquistas fundada no respeito humano e na independência dos indivíduos e à determinação dos povos em suas diferenças culturais .

FUNCIONAMENTO

Identidade:	Todos os sócios acionistas tem uma identidade exclusiva do nascimento à morte.
Equivalência:	Igualdade de direitos e obrigações fiscais
Outras valorações:	Como todo Contrato Social seus sócios reconhecem os direitos e obrigações internas e externas e o princípio de todas as sociedades que é a solidariedade.

O NIB: O NIB (Número Identitário Brasileiro) tem como objetivo permitir a inclusão e identificação de todo o brasileiro nascido com vida na sociedade BRASIL S.A. de forma exclusiva e identitária para, a partir dele, termos uma ideia exata, quantitativa e qualitativamente de como a empresa BRASIL S.A. está formada, considerando sempre o HOJE, e não nos reportando a medições de ontem ou uma projeção de desejos de um amanhã.

Este estudo pretende demonstrar por argumentos, a má fé, usada por uma conduta de exploração e subtração de bens comuns em uso e proveito próprio de grupos que dominando discursos e através de premiações mídias propagam uma ideia de que se você se esforçar tudo é possível, entretanto, para que isso fosse real ou para que isso seja real todo o modelo social precisa ser recomposto e todos os sócios tem que ser indentificados para receber direitos e ser responsabilizado pelas ações que toma para o bem da sociedade na qual todos e cada um tem igual parcela de direitos e obrigações.

Considerando que a formação de qualquer sociedade tem uma data de início. Considerando, também, por exemplo que os sócios em casamento podem ter diferentes faixas etárias, diferentes experiência e até mesmo diferentes gêneros.

Considerando que sócios, em sociedades civis ou comerciais ou industriais ou mistas, ou mesmo, em sociedades anônimas, tem diferentes naturalidades, diferentes faixas etárias, diferentes credos, cor ou gênero, a pactuação e o desejo em participar de um conjunto social torna TODOS como se fossem, apenas um indivíduo no conjunto sociedade, há que se considerar estas diferenças pessoais como um valor social agregado e não como uma distinção que se faz entre: Quem come e quem não come. Quem tem abrigo e saúde e quem não tem. Quem tem educação e lazer e quem será privado destes benefícios que toda a sociedade compartilha por ser o objeto/razão de sua existência.

Desta forma, o Patrimônio Pessoal havido em decorrência de Bens adquiridos através de trabalho, de prêmios especiais, será reconhecido e declarado e sofrerá tributação sobre Renda Acumulada. Por outro lado, todas as vantagens tidas e/ou obtidas a título de diferenciação de um sócio, para outro sócio, ou deste para todos os demais sócios em regras que não se aplicam a todos poderá ser declarada indevida e cessar o seu pagamento por parte da sociedade.

Como em toda a sociedade, ninguém é obrigado a participar dela, entretanto, se participa, está vinculado em igualdade de condições a todos os demais participantes e a sociedade BRASIL S.A. tem por fundamento que cada sócio tem uma cota de participação igualitária quanto a direitos e obrigações e proporcional à Faixa Etária em que se encontrem independentemente de gênero, naturalidade, crença, cor ou opção política ou mesmo ofícios ou valores agregados por experiência pessoal.

Desta forma fica estabelecido que há e haverá em uso e circulação duas moedas que são paritárias durante a transição e repactuação social.

A MOEDA BEM é de uso nacional e reconhecido para todas as transações de consumo e de necessidades e estará sujeita a uma única tributação de equivalente a 10% do valor de TODAS AS TRANSAÇÕES com a finalidade de gestão do mercado e de garantias de ordem econômica e social.

A MOEDA REAL é de uso nacional, também reconhecida para todas as transações de consumo com mercados do exterior e estará sujeita a uma tributação diferenciada que será classificada em razão DE PROPRIEDADE, DE TRANSFERÊNCIA DE BENS, DE CONSUMO, DE CAPITAL e DE COMÉRCIO EXTERIOR com a finalidade de gestão do mercado e de garantias de ordem econômica e social.

CUSTOS SOCIAIS

Definido o cenário, as formas de troca e de reconhecimento de valores econômicos e a titularidade exclusiva de cada sócio temos a possibilidade da empresa BRASIL S.A. funcionar e tornar-se uma empresa reconhecida por sua concepção e gestão.

Para este estudo tomamos por base o CENSO do IBGE de 2010 que é a referência da GEOGRAFIA SOCIAL e ainda que “a posteriori” sobre dados em que se analisa e se executa planejamentos para a Sociedade.

IBGE CENSO 2010

Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade BRASIL -

Mais de 100 anos	7.247	0,00%	0,00%	16.989	4
95 a 99 anos	31.529	0,00%	0,00%	66.806	4
90 a 94 anos	114.964	0,10%	0,10%	211.595	4
85 a 89 anos	310.759	0,20%	0,30%	508.724	4
80 a 84 anos	668.623	0,40%	0,50%	998.349	4
75 a 79 anos	1.090.518	0,60%	0,80%	1.472.930	4
70 a 74 anos	1.667.373	0,90%	1,10%	2.074.264	4
65 a 69 anos	2.224.065	1,20%	1,40%	2.616.745	4
60 a 64 anos	3.041.034	1,60%	1,80%	3.468.085	3
55 a 59 anos	3.902.344	2,00%	2,30%	4.373.875	3
50 a 54 anos	4.834.995	2,50%	2,80%	5.305.407	3
45 a 49 anos	5.692.013	3,00%	3,20%	6.141.338	3
40 a 44 anos	6.320.570	3,30%	3,50%	6.688.797	3
35 a 39 anos	6.766.665	3,50%	3,70%	7.121.916	3
30 a 34 anos	7.717.657	4,00%	4,20%	8.026.855	3
25 a 29 anos	8.460.995	4,40%	4,50%	8.643.418	3
20 a 24 anos	8.630.227	4,50%	4,50%	8.614.963	3
15 a 19 anos	8.558.868	4,50%	4,40%	8.432.002	2
10 a 14 anos	8.725.413	4,60%	4,40%	8.441.348	2
5 a 9 anos	7.624.144	4,00%	3,90%	7.345.231	1
0 a 4 anos	7.016.987	3,70%	3,60%	6.779.172	1
		Homens	Mulheres		

Definiu-se para este estudo 4 (quatro) Faixas Etárias, a saber:

Faixa	População:	190.755.799
A	Faixa de 0 a 9	28.765.534
B	Faixa de 10 a 19	34.157.631
C	Faixa de 20 a 64	113.751.154
D	Acima de 65	14.081.480

INFÂNCIA

Faixa A: De 0 anos até 9 anos

Equivalência: ½ SALÁRIO MÍNIMO

Esta criança, em regra geral, se encontra em ambiente familiar contando com os pais que colaboram com seu sustento e compartilham abrigo e, por esta razão, a criança tem necessidades menores de que um jovem adolescente, de que um adulto ou de que um idoso.

Fazendo uma avaliação empírica de necessidades básicas para que este indivíduo sobreviva ou viva dignamente na realidade BRASIL atual de 2018 o valor equivalente a ½ Salário Mínimo seria um valor real e necessário para este acionista.

Para fins de análise deste estudo este valor foi arredondado para R\$ 500 o que equivaleria a B\$ 500 na nova MOEDA cujo propósito é fazer a Economia funcionar e dar a todos os brasileiros os direitos e garantias que todos pactuaram ao assinar a Constituição.

Para avaliação do montante em comparação com o Ano de 2010 os valores equivalentes de R\$ e B\$ foram ajustados para R\$ 250 ou B\$ 250 que era o valor equivalente a ½ Salário Mínimo àquela época.

Faixa	População:	Acionistas	Pro-Vita	Atribuição de Moeda/Mês B\$	Atribuição de Moeda/Ano B\$
A	Faixa de 0 a 9	28.765.534	B\$ 250	7.191.383.500	86.296.602.000

Em valores equiparados em 2010, o custo deste GRUPO para toda a sociedade BRASIL S.A. resultaria no montante em reais de R\$ 86.296.602.000.

O discurso de que o Estado Brasileiro faz assistencialismo ou ainda que não tem recursos para atender as necessidades da Infância e tem obrigação legal de cuidar não teria mais aonde se abrigar.

Este valor no conjunto do Orçamento Geral da União está bem abaixo do valor planejado para execução das ações próprias do Estado/Empresa BRASIL S.A. e, sendo dispendido diretamente para cada um dos sócios acionistas permitiria que todos tivessem igual acesso a Educação, Saúde, Alimentação, Higiene, Vestuário e abrigo em suas famílias ou em locais de proteção da Infância.

O comparativo da realidade atual com a planejada para fins deste estudo será mais extensivamente abordada em ocasião posterior.

O termo criado para referenciar a parcela mensal a ser paga como Pro-Vita é uma analogia ao Pro-Labore que todos os sócios recebem mensalmente pelo seu esforço comum na sociedade.

ADOLESCÊNCIA

Faixa B: De 10 anos até 19 anos

Equivalência: ¾ SALÁRIO MÍNIMO

Este jovem adolescente, em regra geral, se encontra também em ambiente familiar contando com os pais que colaboram com seu sustento e compartilham abrigo. Entretanto, os jovens iniciam um processo de socialização com mais interatividade e independência que o o grupo anterior INFÂNCIA. Por esta razão, o jovem tem necessidades maiores de que uma criança e menores de que um adulto ou de que um idoso.

Fazendo uma avaliação empírica de necessidades básicas para que este indivíduo sobreviva ou viva dignamente na realidade BRASIL atual de 2018 o valor equivalente a 3/4 Salário Mínimo seria um valor real e necessário para este acionista.

Para fins de análise deste estudo este valor foi arredondado para R\$ 750 o que equivaleria a B\$ 750 na nova MOEDA cujo propósito é fazer a Economia funcionar e dar a todos os brasileiros os direitos e garantias que todos pactuaram ao assinar a Constituição.

Para avaliação do montante em comparação com o Ano de 2010 os valores equivalentes de R\$ e B\$ foram ajustados para R\$ 375 ou B\$ 375 que era o valor equivalente a 3/4 Salário Mínimo àquela época.

Faixa	População:	Acionistas	Pro-Vita	Atribuição de Moeda/Mês B\$	Atribuição de Moeda/Ano B\$
B	Faixa de 10 a 19	34.157.631	B\$ 375	12.809.111,625	153.709.339.500

Em valores equiparados em 2010, o custo deste GRUPO para toda a sociedade BRASIL S.A. resultaria no montante em reais de R\$ 153.709.339.500.

O discurso de que o Estado Brasileiro faz assistencialismo ou ainda que não tem recursos para atender as necessidades da Adolescência e tem obrigação legal de cuidar não teria mais aonde se abrigar, também.

Este valor no conjunto do Orçamento Geral da União está bem abaixo do valor planejado para execução das ações próprias do Estado/Empresa BRASIL S.A. e, sendo dispendido diretamente para cada um dos sócios acionistas permitiria que todos tivessem igual acesso a Educação, Saúde, Alimentação, Higiene, Vestuário e abrigo em suas famílias ou em locais de proteção da Infância e Adolescência.

O comparativo da realidade atual com a planejada para fins deste estudo será mais extensivamente abordada em ocasião posterior.

O termo criado para referenciar a parcela mensal a ser paga como Pro-Vita é uma analogia ao Pro-Labore que todos os sócios recebem mensalmente pelo seu esforço comum na sociedade.

MATURIDADE

Faixa C: De 20 anos até 64 anos

Equivalência: 2 SALÁRIOS MÍNIMOS

O brasileiro adulto tem uma condição diferenciada. Atingiu a maturidade. Pensa em constituir família e/ou começa uma vida independente em busca de realizações pessoais e coletivas.

Suas necessidades aumentam considerando-se principalmente a necessidade de um novo abrigo para poder ter sua família e vida independente de seus pais. Por esta razão, o adulto tem necessidades maiores de que uma criança, de que um jovem ou de que um idoso.

É responsabilidade do Estado/Empresa BRASIL S.A. dar trabalho e compartilhar com todos os recursos que todos produzem.

Fazendo uma avaliação empírica de necessidades básicas para que este indivíduo sobreviva ou viva dignamente na realidade BRASIL atual de 2018 o valor equivalente a 2 Salários Mínimos seria um valor real e necessário para este acionista.

Para fins de análise deste estudo este valor foi arredondado para R\$ 2.000 o que equivaleria a B\$ 2.000 na nova MOEDA cujo propósito é fazer a Economia funcionar e dar a todos os brasileiros os direitos e garantias que todos pactuaram ao assinar a Constituição.

Para avaliação do montante em comparação com o Ano de 2010 os valores equivalentes de R\$ e B\$ foram ajustados para R\$ 1.000 ou B\$ 1.000 que era o valor equivalente a 2 Salários Mínimos àquela época.

Faixa	População:	Acionistas	Pro-Labore	Atribuição de Moeda/Mês B\$	Atribuição de Moeda/Ano B\$
C	Faixa de 20 a 64	113.751.154	B\$ 1 000	113.751.154.000	1.365.013.848.000

Em valores equiparados em 2010, o custo deste GRUPO para toda a sociedade BRASIL S.A. resultaria no montante em reais de R\$ 1.365.013.848.000.

O discurso de que o Estado Brasileiro faz assistencialismo ou ainda que não tem recursos para atender as necessidades de Trabalho, Educação, Saúde, Segurança para qualquer adulto e tem obrigação legal de cuidar não teria mais aonde se abrigar, também.

Este valor no conjunto do Orçamento Geral da União está bem abaixo do valor planejado para execução das ações próprias do Estado/Empresa BRASIL S.A. e, sendo dispendido diretamente para cada um dos sócios acionistas permitiria que todos tivessem igual acesso a Educação, Saúde, Alimentação, Higiene, Vestuário, Segurança e abrigo em suas famílias ou em locais de proteção de todo o sócio/cidadão.

O comparativo da realidade atual com a planejada para fins deste estudo será mais extensivamente abordada em ocasião posterior.

O termo usado para referenciar a parcela mensal a ser paga como Pro-Labore é uma referência direta ao Pro-Labore que todos os sócios recebem mensalmente pelo seu esforço comum na sociedade.

Faixa D: Mais de 65 anos
Equivalência: 1 SALÁRIOS MÍNIMOS

O brasileiro idoso tem uma condição diferenciada. Atingiu a plenitude de sua função social. Constituiu família e cumpriu de uma ou de outra forma o melhor que pode na sua função social.

Suas necessidades são maiores do que as de uma criança ou de um adolescente, entretanto não seriam socialmente maiores do que um adulto que tem mais obrigações sociais e familiares. Considerou-se, também que a maior parte destes idosos compartilham o ambiente familiar ou estão abrigados em grupos em estabelecimentos que devem prover suas necessidades básicas com dignidade.

É responsabilidade do Estado/Empresa BRASIL S.A. dar trabalho e compartilhar com todos os recursos que todos produzem e produziram.

Fazendo uma avaliação empírica de necessidades básicas para que este indivíduo sobreviva ou viva dignamente na realidade BRASIL atual de 2018 o valor equivalente a 1 Salário Mínimo seria um valor real e necessário para este acionista.

Para fins de análise deste estudo este valor foi arredondado para R\$ 1.000 o que equivaleria a B\$ 1.000 na nova MOEDA cujo propósito é fazer a Economia funcionar e dar a todos os brasileiros os direitos e garantias que todos pactuaram ao assinar a Constituição.

Para avaliação do montante em comparação com o Ano de 2010 os valores equivalentes de R\$ e B\$ foram ajustados para R\$ 500 ou B\$ 500 que era o valor equivalente a 1 Salário Mínimo àquela época.

Faixa	População:	Acionistas	Pro-Vita	Atribuição de Moeda/Mês B\$	Atribuição de Moeda/Ano B\$
C	Faixa Acima de 65	14.081.480	B\$ 500	7.040.740.000	84.488.880.000

Em valores equiparados em 2010, o custo deste GRUPO para toda a sociedade BRASIL S.A. resultaria no montante em reais de R\$ 84.488.880.000.

O discurso de que o Estado Brasileiro faz assistencialismo ou ainda que não tem recursos para atender as necessidades de Saúde, Segurança para qualquer idoso e tem obrigação legal de cuidar não teria mais aonde se abrigar, também.

Este valor no conjunto do Orçamento Geral da União está bem abaixo do valor planejado para execução das ações próprias do Estado/Empresa BRASIL S.A. e, sendo dispendido diretamente para cada um dos sócios acionistas permitiria que todos tivessem igual acesso a Educação, Saúde, Alimentação, Higiene, Vestuário, Segurança e abrigo em suas famílias ou em locais de proteção de todo o sócio/cidadão.

O comparativo da realidade atual com a planejada para fins deste estudo será mais extensivamente abordada em ocasião posterior.

O termo criado para referenciar a parcela mensal a ser paga como Pro-Vita é uma analogia ao Pro-Labore que todos os sócios recebem mensalmente pelo seu esforço comum na sociedade.

QUADRO GERAL 2010

Considerada nesta análise os **Dados Consolidados de 2010**, temos:

Empresa:	BRASIL S.A.		
	Orçamento Geral da União 2010	R\$	1.766.021.794.352,00
	PIB 2010	R\$	3.675.000.000.000,00
	População 2010:	190.755.799 de habitantes.	
	Salário Mínimo:	R\$	510,00
	Renda Anual Salário Mínimo Bruto	R\$	6.120,00
	Renda "per capita" (índice econômico) Anual	R\$	19.265,00
	US\$ média em 2010	R\$	1,76
	US\$ média em 2010 (per capita) Anual	US\$	10.950,00

CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

QUADRO C

Faixa	População:	190.755.799	Acionistas	Atribuição de Moeda/Mês B\$	Atribuição de Moeda/Mês B\$	85
A	Faixa de 0 a 9	28.765.534	Cotistas	250	7.191.383.500,00	10
B	Faixa de 10 a 19	34.157.631	Cotistas	375	12.809.111.625,00	15
C	Faixa de 20 a 64	113.751.154	Cotistas	1000	113.751.154.000,00	40
D	Acima de 65	14.081.480	Cotistas	500	7.040.740.000,00	20

Orçamento Geral da União 2010	R\$	1.766.021.794.352,00
PIB 2010	R\$	3.675.000.000.000,00

Custo Mensal da Distribuição	R\$	140.792.389.125,00
Custo Geral da Distribuição de Rendas	R\$	1.689.508.669.500,00

Excedente em Investimentos	R\$	76.513.124.852,00
-----------------------------------	------------	--------------------------

Novo índice: RND (RENDA NACIONAL DISTRIBUÍDA)

Este índice indica o valor da Renda Básica Distribuída a todos os sócios.

E o índice: RNA (RENDA NACIONAL APLICADA)

Considerando a necessidade de uma aferição que realmente indique valores efetivamente aplicados no **Estado/Empresa BRASIL S.A.**, será estabelecido para este estudo o índice **RNA** que irá refletir o **VALOR GLOBAL** do Orçamento da União por **habitantes nas Faixas Etárias**.

QUADRO D		PIB "per capita" e RNA "per capita" em 2010 por total de indivíduos por Faixas Etárias em R\$					
Faixa	População:	Mensal PIB	Anual PIB	Mensal RNA	Anual RNA	GLOBAL RNA	85
A	Faixa de 0 a 9	1.253,00	15.036,00	601,90	7.222,79	207.767.411.320,00	10
B	Faixa de 10 a 19	1.582,00	18.984,00	760,33	9.123,90	311.650.809.481,00	15
C	Faixa de 20 a 64	1.267,00	15.204,00	608,84	7.306,03	831.069.343.659,00	40
D	Acima de 65	5.117,00	61.404,00	2.459,11	29.509,29	415.534.476.949,00	20
						TOTAL R\$ 1.766.022.041.409,00	

QUADRO GERAL 2018

Considerada nesta análise os **Dados Projetados de 2018**, temos:

Empresa: **BRASIL S.A.**

Orçamento Geral da União 2018 R\$ 3.506.621.082.632,00

PIB 2018 **2,8% a mais do que 2017** R\$ 6.784.800.000.000,00

População 2018 (Abril - IBGE 10%): 209.831.378 de habitantes.

Salário Mínimo: R\$ 954,00

Renda Anual Salário Mínimo Bruto R\$ 11.448,00

Renda "per capita" (índice econômico) Anual R\$ 32.335,00 (referência Abril/2018)

US\$ média em 2010 R\$ 3,42 Dolar em 15/04/2018

US\$ média em 2018 (per capita) Anual US\$ 8.600,00 Estimada em 15/04/2018

CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

QUADRO C

Faixa	População:	209.831.378	Acionistas	Atribuição de Moeda/Mês B\$	Atribuição de Moeda/Mês B\$	85
A	Faixa de 0 a 9	31.642.087	Cotistas	500	15.821.043.500,00	10
B	Faixa de 10 a 19	37.573.394	Cotistas	750	28.180.045.500,00	15
C	Faixa de 20 a 64	125.126.269	Cotistas	1750	250.252.538.000,00	40
D	Acima de 65	15.489.628	Cotistas	1000	15.489.628.000,00	20

Orçamento Geral da União 2010 R\$ 3.506.621,082.632,00

PIB 2010 R\$ 6.784.800.000.000,00

Custo Mensal da Distribuição R\$ 309.743.255.000,00

Custo Geral da Distribuição de Rendas R\$ 3.716.919.060.000,00

Excedente em Investimentos (Negativo) R\$ (210.297.977.368,00)

Novo índice: **RND (RENDA NACIONAL DISTRIBUÍDA)**

Este índice indica o valor da Renda Básica Distribuída a todos os sócios.

E o índice: **RNA (RENDA NACIONAL APLICADA)**

Considerando a necessidade de uma aferição que realmente indique valores efetivamente aplicados no Estado/Empresa **BRASIL S.A.**, será estabelecido para este estudo o índice **RNA** que irá refletir o **VALOR GLOBAL** do Orçamento da União por **habitantes nas Faixas Etárias**.

QUADRO D

PIB "per capita" e RNA "per capita" em 2018 por total de indivíduos por Faixas Etárias em R\$

Faixa	População:	Mensal PIB	Anual PIB	Mensal RNA	Anual RNA	GLOBAL RNA	85
A	Faixa de 0 a 9	2.102,00	25.224,00	1.086,00	13.032,00	412.359.677.784,00	10
B	Faixa de 10 a 19	2.656,00	31.872,00	1.372,00	16.464,00	618.608.358.816,00	15
C	Faixa de 20 a 64	2.126,00	25.512,00	1.099,00	13.188,00	1.650.165.235.572,00	40
D	Acima de 65	8.589,00	103.068,00	4.439,00	53.268,00	825.101.504.304,00	20

TOTAL R\$ 3.506.234.776.476,00

NECESSIDADES

ALIMENTAÇÃO

Apresentação:

O ser humano é onívoro e se adapta a várias fontes de alimentação.

Este estudo não tem por finalidade quantificar ou qualificar as necessidades alimentares de uma criança de 0 anos até 9 anos, de um jovem dos 10 anos aos 19, do idoso acima de 65 anos e tampouco o que vai comer qualquer um dos sócios de BRASIL S.A. que estão espalhados por todo o Território que pertence a empresa deles em igualdade de condições com os que aqui já estavam, ou são imigrantes ou emigrantes, ou ainda que são descendentes de pais “ricos” ou “pobres” no que estes signos representam detentores de meios de produção ou títulos de nobreza ou função social.

Alimentação é uma função que todo o ser vivo exerce até mesmo porque, sem se alimentar, ele deixa de ser vivo e portanto de viver.

Algumas situações adversas colocam plantas, animais e outros seres vivos humanos ou não em situações de extrema necessidade que podem comprometer uma espécie ou ocasionar que umas predem e destruam as outros sob um movimento próprio da Natureza.

O Homem Animal superou muitos limites da Natureza.

O Ser Humano transcendeu instintos e deu lugar a razão e desenvolveu empatia, solidariedade e amorosidade não só por seus semelhantes, mas também por espécies que escolheu preservar.

A escolha de alguns seres vivos para alimentação sejam vegetais ou animais foi uma opção de matriz de proteínas e nem um discurso tem consistência senão para escolhas pessoais e não para matriz coletiva de consumo de alimentos.

Certo é que não há justificativa alguma, razão alguma, direito algum que sustente que uns sócios comem e outros não irão comer numa sociedade em que todos tem igual identidade e direitos a viver e a sobreviver compartilhando uns com os outros as incertezas que o tempo presente reserva a todos em razão de escacez, de desastres naturais ou provocados por outros sócios, ou ainda em virtude de qualquer discriminação em razão de gênero, raça, credo ou opção política ou ainda mesmo, pessoal.

Por estas razões, ninguém deixará de receber B\$ “BENS” suficientes para uma alimentação digna e sustentável dentro de sua cota mensal de Pro-Vita ou Pro-Labore.

Apresentação:

Ao nascer todos os seres vivos encontram um grande desafio na Natureza que é a sobrevivência e a adaptação ao novo meio ambiente.

Para todas as espécies vivas, vegetal ou animal que tenham se desenvolvido na terra, na água, num útero ou em um ovo a questão primeira para iniciar o ciclo da vida é de Higiene e de Saúde.

O instinto animal provê quase que de forma natural os cuidados com cada recém nascido. O instinto e razão humana produziu cuidados para que a solidariedade nos partos e concepções fosse assistido por outros de sua própria espécie. Isto acontece mais entre humanos do que em outras espécies no reino animal.

Reconhecer o Direito à Vida de seus semelhantes ou, até mesmo de espécies que escolhe para criar, seja para compartilhar afeto ou mesmo para uma produção de rebanhos ou animais de consumo exige que todos e cada um cuidem de aspectos de higiene para que haja um desenvolvimento adequado daquele ser.

Se a Pecuária, a Piscicultura, a Suinocultura, a Avicultura e todas as demais culturas até mesmo a cultura agrícola que cuida da vida e reprodução vegetal trata com tanto cuidado a reprodução, saúde, higiene de tudo que produz, por qual razão o ser humano, um animal racional deve distinguir quem irá ou quem não irá atender ou cuidar em distinção de seus iguais.

Não somos uma cultura animal ou vegetal sobre as quais exercemos escolhas visando o melhor resultado ou produto. Não apoiamos embora muitos pareçam ser adeptos de eugenia ou de uma certa seleção baseada em critérios raciais, em critérios sociais ou mesmo em critérios grupais que acreditam ser dever destes estranhos no ninho humano eliminar o seu próximo que esteja próximo ou distante.

A Saúde e Higiene não é só uma questão biofísica. A Saúde e Higiene envolve componentes psicológicos e comportamentais.

Todos os sócios na Empresa/Estado BRASIL S.A. tem direito a recursos de Pro-Vita e Pro-Labore que contemple o necessários para os dispêndios comuns de Saúde e Higiene.

Casos excepcionais são e serão tratados de forma especial. Entretanto o Direito à Saúde e Higiene é um direito inalienável e compõem o valor a ser atribuído igualmente a todos os sócios/acionistas.

Apresentação:

“Quem tenta ajudar uma borboleta a sair do casulo a mata. Quem tenta ajudar um broto a sair da semente o destrói. Há certas coisas que não podem ser ajustadas. Tem que acontecer de dentro pra fora.” Rubem Alves

A educação é um processo de aprendizagem.

Algumas pessoas preferem certos modelos de educação, outras preferem outros modelos. Alguns acreditam que educar seja uma espécie de treinamento de alguém ou de algum ser vivo para o exercício de uma função social ou de interesse pessoal a se realizar.

Abstraindo, neste estudo, qualquer tipo de orientação dirigida ele reafirma a necessidade e direito de todos os sócios acionistas do Estado/Empresa BRASIL S.A. terem acesso à educação de forma compartilhada e socializada em que, diferentes grupos, compartilhem conhecimento para produzir novos saberes e técnicas.

O desenvolvimento social e econômico de qualquer sociedade/empresa depende da qualidade do conhecimento compartilhado através de processos de aprendizado. Alguns processos desenvolvem mais uma técnica. Outros processos desenvolvem a criatividade. Todos eles desenvolvem o ser humano em convívio social.

Já temos que a Educação é um Direito de Todos e uma obrigação da Sociedade/Estado para com todos os seus membros em nossa Constituição/Contrato Social então devemos prover isso não por vias indiretas que não poucas vezes se tornam insuficientes para dar acesso a todos os que precisam e merecem acesso em virtude de fase de experiências que desfrutam.

Todos os sócios acionistas, independentemente da Faixa Etária que pertençam devem ter provido em seus rendimentos de Pro-Vita ou de Pro-Labore a parcela correspondente a esta necessidade fundamental.

É preciso ter em mente que a diversidade de elementos que compõem esta sociedade BRASIL S.A. cria uma gama muito extensa de possibilidades que cabe aos interessados na educação prover.

No despertar de cada ser humano desperta também valores que se tornaram características pessoais de cada um deles.

Todos são humanos e sócios em igualdade de condições gerais básicas ao nascimento com vida.

Alguns serão artistas, outros serão justos, outros serão amorosos, outros estarão sempre presentes, outros poderosos, outros essenciais.

Outros serão verdadeiros, outros empáticos, outros conciliadores, outros observadores, outros transcendentais, outros educadores, outros imensuráveis.

Alguns outros ainda serão naturalmente pessoas humanas e farão, do discurso, realizações.

É o que somos e devemos compartilhar no aprendizado que a existência nos permite realizar.

Apresentação:

O enfrentamento da Natureza fez com que o homem buscasse cobrir seu corpo para aquecer ou se proteger. A cultura construiu também um processo de distinção ou adequação de vestimentas para eventos como batalhas, festas, dia a dia entre outros.

Aspectos culturais e religiosos também determinaram através do tempo uma certa forma de trajes que distinguiam gêneros, posições sociais, religiosas ou políticas.

Apesar de ter uma significação um tanto cultural de distinção de grupos sociais é inegável que todos os seres humanos estão vestidos e estes trajes tem um custo econômico para que seja aceita a pessoa em seu ambiente de representação. Este ambiente representativo pode ser uma festa, um ambiente de trabalho, um ambiente escolar ou ambiente em que o vestuário represente equipamentos de lazer ou esporte.

Ainda que este item necessário a todos os sócios/acionistas de Empresa/Estado BRASIL S.A. não corresponda uma parte determinante na quantificação de valor no Pro-Vita ou no Pro-Labore ela é parte integrante das necessidades humanas.

Como já foi mencionado anteriormente, este estudo não tem por objeto determinar o valor de cada necessidade aplicado a cada Faixa de Indivíduos e sim, tem o propósito de determinar que o vestuário é importante elemento na constituição e apresentação de cada um a cada outro.

Apresentação:

O lazer tem a finalidade de permitir ao outro e a si próprio experiências que envolvam deslocamentos físicos, áreas de afetividade, experiências em outras aventuras compartilhadas.

Como exemplo de lazer podemos citar viagens em que podemos ver outros lugares e rever locais de onde viemos, conhecer lugares que desejávamos visitar. Podemos, também, relaxar em atividades que envolvam a natureza sem termos que nos ocupar num estado de atenção ou tensão permanente. Podemos nos envolver um jogo lúdico qualquer, ou ainda, podemos curtir ambientes onde pessoas compartilhem arte em geral como cinemas, museus, teatros, competições... Podemos, inclusive, dispor de tempo para ler.

Enquanto estamos em atividade laboral ou em família, nos dedicando a esforços necessários para qualquer ser humano não estamos em uma situação de repouso que é necessário para evitar sobrecargas em cada um, por termos situações impossíveis de resolver num espaço curto de tempo. O lazer atua como um reabastecimento de energia vital para nos sentirmos capacitados para novos desafios ou rotinas, assim como, através do sono, nos capacitamos para mais uma nova vigília.

Ter ou não ter um tempo para lazer determina a nossa qualidade de vida e a capacitação para novas atividades criativas ou seguras no que rotineiramente estamos focados.

Todos tem direito a uma parcela que garanta o lazer e como cada um irá utilizar-se dela é de exclusiva responsabilidade de cada um. Pode ser que uns dediquem este lazer para desenvolver valores sociais ou seus talentos, ou que aproveite este tempo/valor para dedicar-se à seu ambiente familiar ou de grupo.

O quanto necessário ao lazer não é determinado neste estudo e considera-se que para cada Faixa Etária o valor já esteja cobrindo uma vida saudável e sustentada.

MERCADO

APRESENTAÇÃO

Temos que dar crédito ao sentimento comum e usual quando o ser humano se referencia à Mercado.

“Mercado é o ambiente em que se realizam trocas.”

Esta citação é a resposta que 99% das pessoas dariam para simbolizar o que a palavra “Mercado” representa.

Todas as variantes ou adjetivações de Mercado não pode mudar esta significação primária.

O que muito se diz de Mercado na verdade são deformações de sentido de “mercado” para que determinados fins sejam atingidos. Esta foi a criação de uma corrente na economia que atribuiu ao Capital um valor que não lhe é próprio.

O Capital, a Terra, o Trabalho e hoje, a estes se junta a Tecnologia são Meios de Produção.

Nem um ou nenhum destes elemento tem como fim o acúmulo ou a supressão dele no mundo da Economia podendo então se imaginar que tal conduta, acumulativa ou supressiva, seja inútil ao desenvolvimento da sociedade.

Ontem e hoje temos uma visão estranha e eu digo até mesmo que temos uma visão equivocada de mercado.

Temos que “mercado”, usualmente materializado, é um ambiente físico de trocas possíveis e não uma representação que a Economia faz do que Mercado é ou do que ele venha a ser.

Então, temos mercados, supermercados, farmácias, livrarias, bares, lanchonetes, lojas de roupas, lojas de sapatos, lojas de produtos de limpeza, empresas que vendem serviços e vendem lazer, vendem seguros e alguns ambientes vendem, inclusive, até sonhos. Vende loterias e vantagens dizendo que você deixando seu dinheiro parado, ou comprando outras moedas ou fazendo uma aposta você vai ganhar mais dinheiro estão entre os que vendem sonhos. Você até pode desejar e comprar, mas não receberá o produto desejado porque isso é feito para apenas explorar os seus desejos.

Estas situações de “mercado” cujo objetivo é apenas realizar trocas para acumular “capital” e explorar ao máximo o lucro possível recebeu o nome de “capitalismo”. Justificam os “capitalistas” estes “mercados” como uma liberdade de prática comercial e uma liberdade econômica em que o Mercado determina os preços e resultados econômicos.

Sob esta visão de “capitalismo” onde se busca o resultado econômico focando apenas o aumento de capital sem o correspondente aumento de produção/distribuição, para um consumo/necessidade e melhoria de qualidade de vida e uso de recursos criou e sempre estará reproduzindo o que chamam de “nichos” de exploração.

Este nicho de “mercado” atende o que o “capitalismo” propõe. Uma sociedade exploradora em que se incentiva o indivíduo a acumular bens, incentiva o indivíduo a ser uma figura egocêntrica e sem empatia que é a proposta “capitalista” de acúmulo pessoal de riquezas e não incentiva os indivíduos a compartilhar bens para que a sociedade possa progredir e todos possam usufruir a vida que é a proposta “socialista” em que o Mercado tenha e realize a função econômica própria.

Este estudo busca entender se ontem, hoje e amanhã os termos usados na Economia como: [uma ciência que estuda os fenômenos relacionados com a obtenção e a utilização dos recursos materiais necessários ao bem-estar](#) realmente esclarecem e/ou ajudam a esclarecer os seus significados.

Os termos a esclarecer são os Meios de Produção na Economia, o Modo ou Uso da Produção na Economia e os Resultados decorrentes da Produção Econômica no desenvolvimento social de qualquer comunidade é parte deste estudo.

Todo ser humano nasce com diferenças de gênero, originários de diferentes raças e micigenações, em diferentes ambientes culturais e religiosos, entretanto, nascem com valores que fazem parte de um conteúdo **psicobiológico**¹ herdado e transmitido pela espécie humana que irão se desenvolver num universo de oportunidades no qual todos devem ter acesso e tem direitos assegurados no contrato firmado pela Constituição ou no estudo aqui, assegurado pelo contrato da empresa BRASIL S.A.

Como se a vida fosse um grande jogo, e os nascido com vida fossem os jogadores, com espaços específicos e especiais para desenvolverem suas habilidades não há como se imaginar que uns tenham fichas para desenvolver suas potencialidades e criar oportunidades, de reconhecimento ou de crescimento pessoal e, a outros sejam negado todo e qualquer direito de participar deste projeto social que é a Vida.

Algumas pessoas, pelas mais diversas razões, criticam as pessoas com menos ou com nenhum recurso financeiro para manter sua família julgam serem elas especiais e tratam como “párias” e vítimas de suas (deles) escolhas os demais.

Nenhum valor reconhecem, nem por empatia e humanidade, naqueles que lutam, inclusive, para sobreviver com alguma dignidade, buscando alimentação, cuidando de sua saúde ou superando doenças, buscando algum tipo de experiência educacional e se vestindo com sobras de terceiros. Entretanto não assumem, embora vejam que tais outras pessoas só sobrevivem nesta condição sub-humana em razão de uma experiência econômica que é “capitalista” onde acumular é mais valioso para elas do que compartilhar o que o Mercado produz seja em bens ou em oportunidades.

A tendência de acúmulo de capitais e de meios de produção por alguns elementos pessoalmente ou através de empresas não determina a Sociedade como “capitalista”. O que vemos e ouvimos é que tanto particulares como empresas “capitalizam” lucros e “socializam” os prejuízos e, não poucas vezes, de forma escancarada e eivada de fraudes e corrupção transferem estes prejuízos “socializados” para todo o Estado/Empresa BRASIL S.A.

Entendendo o MERCADO como “ambiente em que se realizam trocas”, sem ampliarmos mais o conceito básico que temos hoje, com absurda clareza qualquer um sabe que: Sem que haja a moeda para troca em posse de quem tem necessidade de realizar trocas para se alimentar, para cuidar de seu desenvolvimento com saúde e higiene, para prover educação, vestuário e lazer não há como a Economia como ciência funcionar ou dar parâmetros quaisquer de desenvolvimento, qualidade de vida ou que tipo de sociedade, como modo ou finalidade da produção se realiza. Ou de modo e resultado Capitalista ou então de modo e resultado Socialista.

Bem. Eu não acredito que haja possibilidade de compartilhar um convívio social misto em que algumas atividades produtivas sejam “capitalistas” e outras “socialistas”.

Este tipo de invenção em que o Estado/Empresa BRASIL S.A., em um modo socialista, empreende em nome de todos os sócios infra estrutura, produz capital subsidiado, destina terra e emprega trabalho social em prol de atender sua Constituição e ao mesmo tempo elitiza classes distribuindo para funcionários públicos e particulares benefícios em modo capitalistas, apenas em proveito de uns o que nega ter para distribuir para outros, e os beneficiados neste acúmulo de capital se indignam com a repartição do esforço comum resulta neste ambiente que hoje vivemos e temos a clara e inequívoca percepção do erro e que só não colapsa em razão da Natureza Humana ser tolerante e passível de ser conduzida pela Razão ou pela falta dela.

¹ Como herança psicobiológica temos valores humanos que não precisam ser ensinados e sim que são despertados nas crianças podendo estas se desenvolverem mais num ou no outro valor, tais como: Amor, Arte, Poder, Justiça, Vida, Harmonia. Todos os humanos sabem o significado destes valores. Alguns preferem um aperfeiçoamento naquele valor que mais lhe parece prazeroso ou em que ele se sinta mais identificado.

EQUIPARAÇÃO DE VALORES

Para este estudo, então, serão consideradas algumas equiparações de valores que serão aplicadas, sempre, para análises, para dimensionamento e para determinar conjuntos que serão medidos para avaliação e análises de desenvolvimento proposto da Empresa/Estado BRASIL S.A.

1. A primeira equiparação é das MOEDAS que sempre será UM BEM igual a UM REAL.

A Empresa/Estado BRASIL S.A. não sofrerá uma ruptura com esta proposta criada para dar a todos os brasileiros uma Renda Nacional Distribuída RND em igualdade de condições para todos respeitado, apenas, a Faixa Etária de pertencimento/conjunto de indivíduos.

Não há condição de modificar esta equiparação.

A Moeda BEM será uma moeda cuja distribuição, função, uso atenderá as premissas socialistas de desenvolvimento social. Uma moeda de uso e consumo e não acumulativa. Uma moeda que atende objetivamente a proposta de Capital na Economia, ou seja, recursos na Economia que possibilitem a produção, distribuição e consumo.

A Moeda REAL continuará com sua referência Patrimonial preservada. Bens de Capital móveis, imóveis ou mesmo propriedade intelectual avaliadas em REAIS serão mantidos. Será a moeda que destacará o resultado capitalista já realizado e/ou o resultado que porventura se busque obter. Esta moeda capitalista que serviu de meio de acumulação de bens num processo em que a sociedade não participou dos resultados será tratado não como Capital na Economia e sim como Tesouro que terá uma imersão na Economia Geral com regras especiais de tributação e de validade.

Flutuações da Moeda REAL em relação a outras moedas internacionais e/ou em relação a inflação não produzirá variação em relação à Moeda BEM.

2. A segunda equiparação é que cada brasileiro ou brasileira tem UMA e APENAS UMA cota/ação.

Cada brasileiro nascido vivo é automaticamente titular de uma ação Preferencial ou Cota de participação na Empresa/Estado BRASIL S.A. independentemente do gênero, raça, cor, credo, origem familiar ou condição econômica.

Não há condição de modificar esta equiparação.

O fato de cada acionista/sócio estar numa determinada Faixa Etária para ter de receber a sua RND Renda Nacional Distribuída tem função meramente econômica e distributiva que poderá ser reavaliada ou ampliada.

O fato de determinados acionistas ou cotistas terem recursos ou bens em REAIS ou em moedas estrangeiras não dá a estes privilégios na distribuição da RND Renda Nacional Distribuída.

- 3. A terceira equiparação é que todos os estiverem no território da Empresa/Estado BRASIL S.A. na condição de NATURALIZADOS, ASILADOS terão equiparação ao brasileiro nato no que toca a RND Renda Nacional Distribuída sendo que todas estas situações demandam um processo de qualificação.**

Todos os imigrantes que na história recente e passada ajudaram e ajudam a Empresa/Estado BRASIL S.A. terão, em caso de naturalização ou asilo, direito a uma participação igual na RND Renda Nacional Distribuída e, quanto aos demais direitos civis, estes terão ou não direitos diferenciados como acionistas ordinários naquelas políticas que a empresa definir que lhes compete ou não.

- 4. A quarta equiparação será tributária. Um imposto Único sobre qualquer transação com a Moeda BEM.**

Haverá para efeito de GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, uma tributação ÚNICA em todas as transações num percentual equivalente a 10% do valor de compra, de aquisição ou de transferência da Moeda BEM.

Envolve esta tributação toda e qualquer transferência ainda que seja a título de empréstimo que seria ou será restituído ou sobre doações feitas em B\$ (BEM)

Todos os tributos tem uma razão de existir e este tributo servirá à Economia como um monitor do Mercado. Daquele Mercado que a Economia define como regulador de preços ou de interesses de qualquer coletividade.

- 5. A quinta equiparação é a igualdade de gêneros e sem qualquer distinção de opções por grupos nas Faixas Etárias. Cada indivíduo representa um acionista/cotista na Empresa/Estado BRASIL S.A.**

Conforme está contratado e consta na Constituição do Estado/Empresa BRASIL S.A. a distinção por Faixas Etárias é uma distribuição da RND Renda Nacional Distribuída com finalidade de atender necessidades de conjuntos sociais em razão, apenas de idade.

Sem qualquer necessidade de procedimentos especiais, o mês seguinte ao mês de aniversário fará a migração automática do valor respectivo à Faixa Etária ser remanejado e ajustado.

- 6. A sexta equiparação trata de que estabelecer que a RND Renda Nacional Distribuída equivale ao Direito à Vida e à Liberdade e não pode ser objeto de penhora, de confiscos ou de punições senão mediante processo juridicamente produzido na sociedade e jamais poderá se constituir em privações de necessidades nela previstas.**

Hoje vemos e temos muitas situações em que agentes do Estado criam situações de medidas punitivas como multas para submeter pessoas a processos de constrangimento ilegal e abusivo sem que haja justificativa adequada para tal conduta demonstrando quase sempre o arbítrio e abuso de poder de representação destes agentes.

Ainda que haja razões para qualquer tipo de medida restritiva de Direito deverá ser instruído processo de juízo sumário perante autoridade judiciária competente para tal. A punição financeira sobre a RND não poderá ultrapassar 10% do valor total e, também, se dividido em parcelas não poderá ultrapassar o valor equivalente a um mês no montante total do ano.

Caso seja um caso específico de violação em que o infrator se mostre negligente ou desinteressado no cumprimento da regra social a punição poderá ser convertida por multa em outros valores patrimoniais ou mesmo, por medidas de privação de liberdade.

7. A sétima equiparação é de bens sujeitos a aquisição por B\$ (BEM) por tributação exclusiva.

Todas mercadorias, bens e serviços prestados na sociedade para atender o consumo, conhecido como bens de uso serão definidos e estarão sujeitos à tributação exclusiva de 10%.

Por exclusão, bens de capital ou bens imóveis ou bens supérfluos ou de valor atribuído apenas pelo Mercado terão tributação diferenciada e no caso, se realizado com a Moeda BEM, haverá conversão de valores em uma Câmara de Compensação através da própria Empresa/Estado BRASIL S.A.

Outras eventuais a

PROJEÇÕES

FLUXO DE PRODUÇÃO

Talvez no início da jornada da ECONOMIA PARTICIPATIVA tenhamos que refazer a pergunta sobre quem nasceu primeiro. «*Quem nasceu primeiro? O ovo ou a galinha?*», ou “Quem inicia o processo econômico? A RENDA ou a PRODUÇÃO?”

Ambos elementos envolvidos na pergunta estão entrelaçados e totalmente dependentes um do outro. O ovo dependente da galinha e a renda dependente da produção. Não há um porquê produzir se não há renda para consumir, assim como se não há produção não há renda gerada. Da mesma forma, para de um ovo resultar numa galinha é preciso de um galo, de uma fecundação do ovo, de um período de incubação até que haja uma outra possibilidade de galinha. Não se responde uma gama de variáveis envolvidas num processo em uma simples resposta objetiva.

Talvez a apresentação dos fatores de produção TERRA-TRABALHO-CAPITAL e TECNOLOGIA possa dar uma explicação para a evolução temporal da Economia de forma Geral.

Precedendo todos os demais fatores de produção. A TERRA sendo considerado a existência de alguma coisa possível de se agregar a ela algum tipo de TRABALHO realizou uma primeira fase ou estágio da economia primitiva. Enquanto todas as coisas, TERRA, era de todos e nada era de alguém, o TRABALHO era de cada um e dele dependia a produção econômica e a sobrevivência da espécie humana.

Assim começou a sociedade a se desenvolver. Eu presumo. Impossível ir além da intuição para saber como os homens primitivos se alimentavam ou realizavam algum tipo de produção e trabalho individual ou coletivo. Certo é que havia plantas, animais por sobre a TERRA e estes eram os recursos disponíveis. Com algum TRABALHO podiam colher, caçar, pescar e mais tarde até cultivar e criar animais para seu consumo e até uma geração de renda.

Ao se estabelecerem em grupos desenvolveram, provavelmente, os seus primeiros mercados onde se trocava comida e outras mercadorias – peles, ferramentas – armas - por trabalho ou serviços. Nada diferente dos tempos modernos. A sofisticação hoje se dá apenas com o aumento das variáveis envolvidas. Hoje temos milhares de produtos ou mercadorias disponibilizadas, milhões de consumidores, uma força de trabalho quase infinita e, em razão da diversidade de interesses nas trocas e da impossibilidade em combinar tantas variáveis de valor para estas trocas foi instituído uma REPRESENTAÇÃO de VALOR a qual se deu o nome de MOEDA.

A função da MOEDA neste mundo mais complexo de relações de troca – MERCADO – é a facilitação dos negócios. É a MOEDA um padrão de referências de valor. A MOEDA está para a ECONOMIA PARTICIPATIVA exercendo a função de qualquer unidade de medida tipo: metro, litro, quilo atribuindo tamanho, volumes, densidade em produtos em escala numérica.

Neste mundo de representações a MOEDA conquistou um espaço de referência de valor.

No decorrer da evolução da humanidade tivemos milhares de anos em que a função de predador da Natureza e até mesmo predador de seus semelhantes a sociedade deu à MOEDA uma referência de valor fixada naquilo que era mais difícil de se obter e de ser mantida como uma representação de PODER.

Uma pessoa poderosa tinha mais representação à medida em que pudesse dispor de mais MOEDA fosse ela representada por ouro, prata, pedras preciosas, especiarias. Não precisava ser esta pessoa a mais forte, a mais inteligente ou até mesmo ser a mais capaz. Tinha que deter ela a maior quantidade de MOEDA que pudesse obter.

As histórias de Roma, da Grécia, mais do que as histórias Nórdicas ou do Oriente estabeleceram uma cultura de “ostentação” onde a representação de PODER se manifesta pela quantidade de MOEDA se acumulou. Na Cultura Oriental e na cultura Nórdica a representação de PODER se manifesta mais na tradição de valores pessoais que eram reconhecidos pelo grupo. Poderia ser a Força Bruta, poderia ser a inteligência e até mesmo uma visão de oportunidade de alguém capaz de agregar pessoas para legitimar alguma pretensão de posse.

Uma breve retrospectiva sobre o conteúdo histórico que recebemos na escola e pela vida, através de histórias contada por nossos pais, através de filmes, através de livros retrata os passos, tendências e interesses que nos envolvem e nos dirigem.

A Revolução Industrial, na cultura ocidental, deu partida à visão social e econômica que experimentamos hoje. Houve a conversão da MOEDA em CAPITAL como “o fator” determinante da produção. Ilustre homens explicaram e desenvolveram teorias econômicas dando suporte a uma transferência de renda de TERRA e de TRABALHO para o CAPITAL. Naquela época a TECNOLOGIA resumia-se apenas à mecanização e apesar de importante no processo produtivo não tinha “proprietários”. Hoje a TECNOLOGIA tem outra representação.

Antecedendo a Era Industrial, desde os primeiros tempos o homem como um ser empreendedor construiu ambientes para seu desenvolvimento pessoal e coletivo. Fez isso através de coletas de frutas e vegetais, através da caça e da pesca, através do cultivo e criação de animais e depois, através de viagens em que partiam para novas coletas, já desta vez, coletando cultivo e criações de outros povos através de saques e até mesmo através de capturas de outros povos levando-os à escravização e até mesmo transformando pessoas em mercadorias.

Todas as conquistas, fossem elas pessoais ou em nome de nações, tinham como objetivos exclusivo acumular valor. Os valores acumulados não eram valores morais ou culturais ou de conhecimento. Eram valores que representavam naqueles tempos a MOEDA ou quase como sinônimos, o CAPITAL.

Todo o acúmulo de valor moeda significa uma cultura de priorizar o CAPITAL a todos os outros fatores de produção que determinam o progresso humano. TERRA, TRABALHO e CAPITAL precisam estar em harmonia para que o Fluxo de Produção se estabeleça e qualquer grupo possa colher os resultados desejados.

O Capitalismo representa a valoração do CAPITAL independentemente dele estar servindo como elemento necessário ao Processo de Produção. Não atende a interesses da Economia. Não atende interesses macro ou micro econômicos.

O Capitalismo representa, também, uma cultura de favorecimentos, em que por conta de receber algum valor econômico agentes públicos, empresários, pessoas que possuem voz numa comunidade defendem uma vantagem pessoal ainda que ela traga prejuízo a toda a coletividade.

O Capitalismo representa, também, o desenvolvimento de mercados de negócios e de produtos (nichos de domínio) que beneficiem setores sociais ou determinados segmentos sociais mesmo que sua manutenção representem a exclusão da maioria dos consumidores ou ainda, que não permita que o MERCADO possa oferecer concorrência para melhorar a qualidade, a competição e o preço de qualquer produto ou serviço.

O Capitalismo representa a exploração de TERRA, de TRABALHO, o uso de TECNOLOGIA apenas voltado ao processo de acúmulo de CAPITAL e não a exploração de todos estes fatores voltados à PRODUÇÃO de BENS e de SERVIÇOS.

A ECONOMIA PARTICIPATIVA não é capitalista.

A ECONOMIA PARTICIPATIVA integra os fatores de produção de forma contributiva e propõe restabelecer a MOEDA como o fator CAPITAL em oposição a que, aparentemente, parece ter sido convertido o CAPITAL hoje, ou seja DISPONIBILIDADE ACUMULADA e LUCRO.

A ECONOMIA PARTICIPATIVA propõe:

1. A distribuição da RBU – Renda Básica Universal e/ou RBU Renda Básica Universal e/ou RND Renda Nacional Distribuída disponibilizando CAPITAL – MOEDA ao MERCADO;

2. A utilização de todos os recursos de Produção – TERRA – representado por todos os BENS disponíveis para a geração de Renda;
3. A utilização de TODO TRABALHO disponível para o desenvolvimento do BEM ESTAR SOCIAL;
4. O uso da TECNOLOGIA como ferramenta de melhoria nos processos de produção voltada ao BEM COMUM.

O FLUXO DE PRODUÇÃO será:

- a. FORNECIMENTO de recursos: RBU Renda Básica Universal e/ou ND Renda Nacional Distribuída;
- b. DESENVOLVIMENTO de produtos, de bens, de serviços com uso de tecnologia;
- c. DISTRIBUIÇÃO, CONSUMO e INCORPORAÇÃO de resultados das trocas em MERCADO;
- d. GERAÇÃO de RENDA e de RIQUEZA por participação e compartilhamento de meios de produção.

Para uma ECONOMIA PARTICIPATIVA esta é a proposta.

FLUXO DE TROCAS

Somente com RENDA e os acionistas/cidadãos/consumidores tendo em suas mãos MOEDA para realizar trocas é possível termos uma Economia funcional.

A ECONOMIA PARTICIPATIVA propõe uma mudança na apresentação da dinâmica funcional da sociedade e aqui vamos tentar demonstrar uma possível interação de trocas.

Iniciando o Processo na ECONOMIA PARTICIPATIVA através da Distribuição da RBU Renda Básica Universal e/ou RND Renda Nacional Distribuída temos o começo de uma revolução no Fluxo de Trocas de BENS, de SERVIÇOS que desejamos ou que precisamos garantir disponibilidade em nossas casa ou no Ambiente Social.

Primeiramente vamos garantir as Necessidades Básicas de todos os Acionistas/Cidadãos destinando recursos para SAÚDE, para EDUCAÇÃO, para ASSISTÊNCIA SOCIAL, para LAZER e para SEGURANÇA.

Estes recursos são/estão disponibilizados a TODOS os participantes desta economia. Por esta razão, ao mesmo momento em que se é CREDITADO a RBU Renda Básica Universal e/ou RND Renda Nacional Distribuída será DEBITADO os valores correspondentes a estes serviços à disposição de TODOS.

Os montantes distribuídos e arrecadados anualmente, estão na tabela abaixo:

ANUAL - RND RENDA NACIONAL DISTRIBUÍDA	B\$ 3.506.621.082.632,00	CONTRIBUIÇÕES DIRETAS - ANUAL	B\$ 1.357.979.997.462,00	38,73%
---	---	--	---	---------------

Estamos apenas num estudo e exercício de possibilidades decorrentes de uma visão moderna e participativa da Economia numa Empresa/Estado BRASIL S.A. O montante arrecadado e disponibilizado no primeiro dia do mês corresponderia:

MENSAL - RND RENDA NACIONAL DISTRIBUÍDA	B\$ 292.218.423.552,67	CONTRIBUIÇÕES DIRETAS - MENSAL	B\$ 113.164.999.788,50	38,73%
--	---	---	---	---------------

O montante que restará disponibilizado para uso dos acionistas/cidadãos está na tabela abaixo:

MENSAL - RND RENDA NACIONAL DISTRIBUÍDA	B\$ 292.218.423.552,67	CONTRIBUIÇÕES DIRETAS - MENSAL	B\$ 179.053.423.764,17	61,27%
--	---	---	---	---------------

Temos alguns ditados populares que não são tão verdadeiros, mas são repetidos como justificativas de falta de ação ou de aplicação pública de recursos orçamentários. O principal deles é: "O GOVERNO NÃO PODE GASTAR O QUE NÃO RECEBE". Se quiserem manter o discurso, no primeiro dia do exercício orçamentário, o GOVERNO/GESTOR terá apenas disponibilizados, de imediato, os recursos para SAÚDE, para EDUCAÇÃO, para ASSISTÊNCIA SOCIAL, para LAZER e para SEGURANÇA

Os demais recursos viriam no correr do mês, como a previsão orçamentária já traduz, através de arrecadação de IMPOSTOS, de TAXAS, de FINANCIAMENTOS, de MULTAS ou de LOTERIAS.

TODAS as trocas realizadas com a MOEDA BEM (B\$) produzirão ainda um Imposto Único numa alíquota de 10% independente de ser uma troca de moeda por BENS de CONSUMO ou de SERVIÇOS. Neste modelo, teremos ainda então uma contribuição coletiva para administração da Empresa/Estado BRASIL S.A. conforme tabela abaixo:

DISPONIBILIDADE MENSAL DA RND RENDA NACIONAL DISTRIBUÍDA	B\$ 179.053.423.764,17	MENSAL - IMPOSTO ÚNICO	B\$ 17.905.342.376,41	10,00%
---	---	---	--	---------------

Esta é a parte que a ECONOMIA PARTICIPATIVA, que não envolve em sua aplicação ou conceito o que uma única moeda trará para ser aplicado no MERCADO.

Enquanto se desenvolve a ECONOMIA PARTICIPATIVA tendo como referência a MOEDA BEM (B\$), ao mesmo tempo teremos a ECONOMIA PARTICIPATIVA baseada na MOEDA REAL (R\$) fazendo ajustes que se mostraram impossíveis de ser realizados numa economia capitalista que vivenciamos em que as distorções na distribuição de renda, na tributação de rendas e de bens, na atribuição de remunerações por parte de entes públicos sem qualquer equilíbrio e sem harmonia com a iniciativa privada.

É bem provável que resistências sejam apresentadas. Algumas delas por uma sensação de perda pessoal e tantas outras em defesa de interesses corporativos. Entretanto, se alguma destas resistências tiver qualquer tipo de contribuição que permita solucionar sem uma ruptura de relação social ou sem a perda total de privilégios organizados em favor de alguns contra todos devem ser ouvidas e aproveitadas se for possível.

Com relação as INTERAÇÕES e TROCAS entre as MOEDAS temos as seguintes, como principais, a saber:

A PARIDADE, A TROCA por EQUIVALÊNCIA, A INTEGRIDADE, A INDIVIDUALIDADE, A SEGURANÇA.

1. A PARIDADE;

- a. Cada REAL (R\$) equivale a cada BEM (B\$) numa relação de 1 para 1;
- b. Por conseguinte, as flutuações da MOEDA REAL (R\$), a moeda representativa de COMÉRCIO com outras nações e de representação de PATRIMÔNIO – RIQUEZA ACUMULADA – em relação à inflação ou ao câmbio, serão transparentes para a MOEDA BEM (B\$) e não representarão qualquer perda senão para o PATRIMÔNIO NACIONAL;
- c. Sendo a MOEDA BEM (B\$) uma moeda de troca agindo desta forma como o CAPITAL no processo de geração de bens e rendas na economia e não uma moeda de acúmulo e de especulação como é hoje a MOEDA REAL (R\$) ele estará restrita a uma EMISSÃO ANUAL e GLOBAL.
- d. Anualmente, por ser a MOEDA BEM (B\$) uma moeda TOTALMENTE VIRTUAL, em 31 de dezembro de cada ano ela fechará o seu ciclo de existência assim como os ORÇAMENTOS PÚBLICOS estão obrigados a fechar todas as suas dotações de receitas e despesas. Estando a ECONOMIA PARTICIPATIVA na MOEDA BEM (B\$) vinculada à RBU Renda Básica Universal e/ou RND Renda Nacional Distribuída será ela a REFERÊNCIA PRIMEIRA do ORÇAMENTO GERAL da UNIÃO.

2. A TROCA por EQUIVALÊNCIA

- a. Sendo instituída a RBU Renda Básica Universal e/ou RND Renda Nacional Distribuída como a remuneração possível e harmonizada de toda a RENDA NACIONAL ela institui uma nova referência de pagamentos por serviços a serem prestados “PRO LABORE” para todos os brasileiros que estiverem incluídos na FAIXA ETÁRIA “C” - idade entre 20 e 64 anos - que monta um total de 125.126.269 habitantes segundo projeção do IBGE baseado no Censo de 2010 para abril de 2018;
- b. Temos ainda pela RBU Renda Básica Universal e/ou RND Renda Nacional Distribuída como a remuneração possível e harmonizada de toda a RENDA NACIONAL um valor que se intitulará “PRO VITA” para todos os brasileiros que estiverem incluídos na FAIXA ETÁRIA “A” - idade entre 0 e 9 anos - que monta um total de 31.642.087 habitantes, para os que estiverem incluídos na FAIXA ETÁRIA “B” - idade entre 10 e 19 anos - que monta um total de 37.573.394 habitantes que é o investimento da nação para um futuro próximo e, também, para os que estiverem incluídos na FAIXA ETÁRIA “D” - maiores de 65 anos - que monta um total de 15.489.628 habitantes que representa aqueles que contribuíram pelas gerações anteriores e pelas criações anteriores em reconhecimento e abrigo social. De acordo projeção do IBGE baseado no Censo de 2010 para abril de 2018 estes três grupos representam o total de 84.705.110 habitantes;
- c. Em razão da RBU Renda Básica Universal e/ou RND Renda Nacional Distribuída ser creditada de forma direta, todos os pagamentos que eram feitos anteriormente serão convertidos e compensados nos valores que estiver sendo creditados em MOEDA BEM (B\$). Desta forma, pagamento de vencimentos, de salários, de pensões, de benefícios sociais a qualquer título, enfim, todos os PAGAMENTOS feitos a título de remuneração serão DEDUZIDOS

- AUTOMATICAMENTE das parcelas devidas e/ou creditadas em MOEDA REAL (R\$) em razão da EQUIVALÊNCIA e de já estar DISTRIBUÍDA em MOEDA BEM (B\$);
- d. Todas as TRANSFERÊNCIAS em MOEDA REAL (R\$) que forem inferior ao valor em MOEDA BEM (B\$) serão encerradas e os dados referentes àquele pagamento será vinculado ao código NIB Número Identitário Brasileiro atribuído no crédito da MOEDA BEM (B\$) para fins de eventual análise ou revisão de procedimentos;
 - e. O valor em MOEDA REAL (R\$) que exceder a compensação por MOEDA BEM (B\$) terá a denominação de “HONORÁRIOS” independentemente da categoria ou serviço que esteja sendo prestado ou remunerado, mesmo que esta parcela seja decorrente de benefícios de pensão, aposentadoria ou outro qualquer pago pela Empresa/Estado BRASIL S.A.;
 - f. Sobre a parcela da RBU Renda Básica Universal e/ou RND Renda Nacional Distribuída – PRO LABORE – não haverá quaisquer descontos previdenciários, de multas, de faltas ou qualquer outro que importe em prejuízo do valor integral da RBU Renda Básica Universal e/ou RND Renda Nacional Distribuída. Sobre a parcela de que exceder esta transferência de RENDA haverá tributação diferenciada a se instituir e, a princípio dentro de novas propostas de ajustes da ECONOMIA PARTICIPATIVA em andamento;
 - g. Considerando uma nova modulação para a ECONOMIA, de forma PARTICIPATIVA, teremos toda a população brasileira em aliança num pacto de contrato social e/ou constituição renovado elegendo os princípios e garantias hoje existentes e não realizados por razões de uma formulação capitalista de sociedade e de economia que ao invés de distribuir riqueza, acumula riquezas para um pequeno grupo de pessoas e distribui, ou socializa, os prejuízos, os danos e as incertezas do Presente e nas projeções de um amanhã. A transição por equivalência tem por fim possibilitar uma situação real em busca de maior Igualdade de Direitos e de Oportunidades;
 - h. A TROCA por EQUIVALÊNCIA irá desonerar todas as empresas PÚBLICAS e PRIVADAS, MICRO, PEQUENA e MÉDIAS EMPRESAS, enfim, irá desonerar toda e qualquer atividade econômica e, certamente, produzirá muitas alterações no mercado de trabalho, de produção de bens e serviços em seus preços em razão de novas relações que irá construir e administrar;

3. A INTEGRIDADE

- a. Toda a MOEDA BEM (B\$) disponível no dia 31 de dezembro será convertido em MOEDA REAL (R\$) passando a integrar o Patrimônio de cada indivíduo em qualquer FAIXA ETÁRIA;
- b. Considerando no estudo aqui proposto para a ECONOMIA PARTICIPATIVA com o uso da MOEDA BEM (B\$) como elemento de ajuste e transição de uma economia exaurida pelo sistema de exploração capitalista e a MOEDA REAL (R\$) representando o CAPITAL na Economia como elemento de representação de troca (moeda) teremos uma DISPONIBILIDADE LIMITADA de valor (CAPITAL/MOEDA) disponível para analisar estes resultados com recurso possíveis e disponíveis haja vista que TODOS participarão do PROCESSO DE PRODUÇÃO/DE CONSUMO E DISTRIBUIÇÃO/DE RESULTADO;
- c. A Empresa/Estado BRASIL S.A. determinará em razão de suas necessidades e interesses o valor total de MOEDA BEM (B\$) disponibilizada para o desenvolvimento da ECONOMIA PARTICIPATIVA para cada exercício fiscal futuro.
- d. Assim como a UNIÃO, os ESTADOS e os MUNICÍPIOS não CAPITALIZAM os valores orçamentários e usam estes valores para ativar a ECONOMIA sendo impossível imaginar qualquer ATIVIDADE ECONÔMICA sem o aporte de CAPITAL/VALOR que compõem o Orçamento Público a ECONOMIA PARTICIPATIVA com a utilização da RBU Renda Básica Universal e/ou RND Renda Nacional Distribuída irá pulverizar as possibilidades de desenvolvimento de novos produtos, serviços e estimular a criatividade pois haverá renda para aplicar na produção, para a distribuição e consumo.
- e. O contingenciamento que se deseja e recomenda aplicar na GESTÃO PÚBLICA através dos Orçamentos Anuais será aplicado para toda a Empresa/Estado BRASIL S.A. Desta forma evitaremos a questão de endividamentos, de situações sem recursos disponíveis, evitaremos

também a miséria, a apatia e o desamparo social que assistimos hoje e que afeta a maioria dos grupos de indivíduos.

- f. Para este estudo, levando em conta a totalidade de 209.831.379 indivíduos de todas as raças, de todos os credos, de todos os gêneros, de todas as origens e idades teríamos um CAPITAL a ser aplicado na ECONOMIA PARTICIPATIVA em MOEDA BEM = B\$ 3.506.621.082.632,00

4. A TITULARIDADE

- a. Para funcionamento da ECONOMIA PARTICIPATIVA é necessário a individualização de todos os participantes de forma que não reste dúvida as identidades de “JOSÉS” e de “MARIAS” não importando se somem dezenas, centenas ou dezenas de milhar em toda a área de abrangência da Empresa/Estado BRASIL S.A.;
- b. O NIB – Número Identitário Brasileiro permite o Cadastramento Imediato com um algoritmo de seriação exclusiva que acompanha o acionista/cidadão do nascimento até a morte podendo, inclusive, acompanhar o nascituro e procedimentos necessários à gestação de uma nova vida;
- c. Estabelecendo o processo da ECONOMIA SOLIDÁRIA numa dimensão finita de MOEDA BEM (B\$) necessária para a sustentação da vida com dignidade e proporcionando uma oportunidade igual a todos os acionistas/cidadãos poderá a ECONOMIA PARTICIPATIVA avaliar a geração de renda criada por aqueles que são empreendedores, que são criativos ou poupadores de forma calculada matematicamente com correção objetividade.
- d. O objetivo de qualquer orçamento público ou privado é a sua execução. Por esta razão e não por outras é feita a avaliação das despesas para a execução orçamentária de acordo com a valoração dos custos e resultados previstos. Num bom orçamento se prevê o equilíbrio entre receitas e despesas ou, em outras palavras mais adequadas à Contabilidade entre as ORIGENS e as APLICAÇÕES dos recursos previstos. Tendo previsto uma ORIGEM igual para todos pela ECONOMIA PARTICIPATIVA se espera que cada um faça a APLICAÇÃO integral do valor disponibilizado. Eventual resultado POSITIVO indicará um eventual acréscimo de renda individual, um resultado NEUTRO indicará o dimensionamento adequado do orçamento previsto e um resultado NEGATIVO será improvável pois a CONTABILIDADE não permite saldo negativo na CONTA CAIXA e o CREDITO da MOEDA BEM (B\$) se dará sempre neste tipo de conta contábil de disponibilidade imediata. Ninguém poderá gastar a MOEDA BEM (B\$) em montante que não lhe tenha sido creditado ou por “PRO LABORE”, “PRO VITA” ou através de “HONORÁRIOS” por transações entre acionistas ou “RECEBIMENTOS” por empresas em função de pagamentos por bens ou serviços prestados.
- e. O crédito MENSAL/ANUAL da MOEDA BEM (B\$) é pessoal e individual, a gestão destes valores que corresponderem as FAIXA A, FAIXA B e FAIXA D serão movimentados por representante legal, se for o caso, devidamente vinculado à conta que lhe corresponder movimentar pela qual será responsável como fosse o titular dela;
- f. O valor em MOEDA BEM (B\$) disponibilizado a cada sócio não pode ser objeto de confisco, de penhora, de bloqueios judiciais por se tratar de valor inerente à autonomia e liberdade de existência de seu titular.

5. A SEGURANÇA

- a. Um dos grandes desafios sociais, seja para a segurança de pessoas ou para a segurança de informações é a infinita possibilidade de cada agente desenvolver fórmulas de violar pessoas ou dados. Não há qualquer possibilidade de se impedir um ato que não se tenha previamente informação de como ele se dará. Por esta razão se criam regras de conduta dizendo o que se DEVE ou o que NÃO SE DEVE fazer já que o PODER FAZER ou a escolha de NÃO FAZER é subjetiva e impossível ser impedida de se manifestar. Por esta razão a atribuição de responsabilidades e de verificações de origens e autoria são medidas de segurança tomadas.
- b. A RBU Renda Básica Universal e/ou RND Renda Nacional Distribuída estará vinculada a cada indivíduo através do NIB – Número Identitário Brasileiro e desta forma temos a

Empresa/Estado BRASIL S.A. como FONTE dos recursos e cada NIB – Número Identitário Brasileiro representando cada indivíduo como a APLICAÇÃO dos recursos.

- c. Todas as TRANSAÇÕES entre indivíduos ou entre indivíduos e outras pessoas jurídicas sejam Micro Empresas ou empreendimentos de qualquer porte terão obrigatoriamente na transação a identificação da FONTE que paga e da APLICAÇÃO que identificará o recebedor daquela aplicação seja ela uma venda, uma prestação de serviço ou até mesmo uma doação se for o caso. Não haverá transferência de valores em MOEDA BEM (B\$) de forma anônima ou sem identificação positiva de para quem foi APLICADO o valor transferido. Isso é CONTABILIDADE e não importa o tamanho dos números ou a complexidade das transações. A Contabilidade é um processo BINÁRIO. Não existe DÉBITO sem CRÉDITO ou ORIGEM/FONTE sem APLICAÇÃO.
- d. A ECONOMIA PARTICIPATIVA por si só carrega o atributo de TRANSPARÊNCIA PÚBLICA já que envolve diretamente toda a Empresa/Estado BRASIL S.A. Isso não significa violação de privacidade. Muito ao contrário A INTEGRIDADE e A TITULARIDADE vai tratar como igual todos os indivíduos e desta forma irá definir quem é realmente detentor de alguma riqueza declarada e definida na sociedade ou quem apenas se intitula na posse de bens e de direitos que não são legítimos ou ainda que não lhe seja possível legitimar. Sem possibilidade de fraudes, roubos, apropriações indevidas ou ainda estarmos sujeitos a chantagens ou assédios financeiros.
- e. Se houver qualquer sustentação argumentativa de que é impossível administrar um universo limitado de valor entre uma quantidade definida e limitada de participantes independentemente das infinitas possibilidades de transações teremos que aceitar a total incapacidade que a TECNOLOGIA moderna tem desqualificando todas as Ciências Matemáticas e Humanas no desenvolvimento social.

FLUXO DE CRIAÇÕES

A ECONOMIA PARTICIPATIVA tem como objetivo primeiro permitir o funcionamento adequado da Economia como ciência e não como uma ideologia de capital ou social. Este estudo é uma demonstração de criatividade e de que a criatividade gera oportunidades.

A ativação de um MERCADO consumidor de mais de 209 milhões de indivíduos, a disponibilização de RENDA em MOEDA BEM (B\$) em mais de B\$ 3,5 trilhões de bens para trocas representa um TESOURO descoberto que compartilhado, irá permitir um acréscimo de RIQUEZA para a Nação e para TODOS que compartilha a identidade/sociedade na Empresa/Estado BRASIL S.A.

Desde a criação de uma obra de Arte, do desenvolvimento de ferramentas ou serviços disponibilizados para aproveitar o tempo, de e para terceiros, para tarefas novas que possibilitem ganhos de “HONORÁRIOS”, disponibilidade de se dedicar mais a tarefas coletivas, desempenho pessoal, criação de negócios, qualquer atividade que se dispuser a empreender pode ser realizada pois há um mercado totalmente aberto e inexplorado com a implantação de uma ECONOMIA PARTICIPATIVA.

No ciclo anual conhecido como ANO FISCAL que coincidirá com o ANO CALENDÁRIO as criações serão pagas em MOEDA BEM (B\$) ou em MOEDA REAL (R\$) por quem as tenha. Seja de uma forma ou de outra forma, todos os documentos de troca – transações – irão vincular o pagador através de NIB para NIB ou de CNPJ para NIB ou, ainda de NIB para CNPJ incidindo sobre a transação os Impostos, as Contribuições ou as Taxas que houver.

As TRANSAÇÕES com a MOEDA BEM (B\$) serão sempre virtuais haja vista que não existirá a MOEDA BEM (B\$) em meio impresso. A não impressão desta moeda está diretamente vinculada ao projeto de ECONOMIA PARTICIPATIVA e atende à SEGURANÇA, à TITULARIDADE e à INTEGRALIDADE que ela se propõe. Tendo necessariamente que em todas as transações declarem QUEM PAGA e QUEM RECEBE, ou a ORIGEM e a APLICAÇÃO esta MOEDA BEM (B\$) representará como meio de pagamento como se fosse um antigo cheque nominal ou um cheque administrativo com o benefício de ser transferido entre as contas automaticamente.

Esta atividade de trocas ocorrerá sempre através de TRANSAÇÕES ONLINE pode se utilizar de todo o sistema bancário ou de instituições de crédito já existente.

A ECONOMIA PARTICIPATIVA na sua criação não objetiva um espelhamento de uma outra sociedade e sim a instituição de uma BASE PRIMEIRA onde a sociedade se reconheça em sua totalidade. As interações criadas por uma economia totalmente desagregada das funções que deveria exercer que seria produzir pela soma de TERRA – TRABALHO – CAPITAL e TECNOLOGIA a Riqueza das Nações, que se transformou numa ideologia capitalista num processo de exploração de TERRA e de TRABALHO, usando inclusive, a TECNOLOGIA para apenas acumular sem qualquer limite o CAPITAL sem se importar com os danos causados a todos os acionistas/cidadãos de BRASIL S.A será recomposta numa visão PARTICIPATIVA.

Posso visualizar pelo modelo estudado que o FLUXO DE CRIAÇÃO irá produzir uma expansão geométrica na ECONOMIA PARTICIPATIVA com a geração de RENDA que anualmente irá demonstrar em resultados numéricos possíveis de contagem e de análise o aumento e dimensão da RIQUEZA DESTA NAÇÃO/EMPRESA.

FLUXO DE MANUTENÇÃO

Para funcionamento da ECONOMIA PARTICIPATIVA como uma Referência Básica e Padrão teremos que realizar ajustes sociais que abordamos no Título IV.

Todas as atividades de GESTÃO da Empresa/Estado BRASIL S.A. será mantida e as CONTRIBUIÇÕES, os IMPOSTOS e TAXAS servirão para a manutenção destas atividades e/ou a expansão delas para atender novas demandas sociais.

Todos os GESTORES responderão de forma mais direta para todos os acionistas/cidadãos e não haverá mais “gestores” sem que representem diretamente todo e cada indivíduo. Todos são remunerados pela totalidade dos mais de 209 milhões de acionistas participantes e quando e enquanto estiverem na função de gestor público, a todos e a cada um deles, devem respeito, obrigação e suas condutas tem que estar legitimamente declarada e alinhada a este interesse coletivo e não sujeito a suas convicções e vontades pessoais ainda que em razão de um cumprimento de mandato eletivo ou atribuição judicial.

A manutenção de valores pagos para agentes públicos e particulares a título de honorários terão que se ajustar à nova relação pactuada na ECONOMIA PARTICIPATIVA.

Já se mostrou, demonstrou e se comprovou que a Economia baseada no capitalismo que institui privilégios a determinados grupos e segmentos, principalmente para aqueles que manipulam a mídia, criam leis em benefício próprio, executam obras que lhes permitam ganhos pessoais indevidos e também, para aqueles decidem a Lei de acordo com as partes envolvidas e com ganhos que podem lhes render privilégios e irresponsabilidades tem que mudar para que haja JUSTIÇA e BEM ESTAR SOCIAL.

Para termos um FLUXO DE MANUTENÇÃO que permita a realização de um projeto de solução para o impasse resultante da experiência vivida por todos os acionistas/cidadãos de BRASIL S.A. precisamos mais do que mudar. Precisamos transformar e TRANSCENDER situações ditas como costumeiras, culturais, impossíveis de mudar ou mesmo que venham ferir interesses particulares e bem “protegidos” na sociedade.

Não há qualquer possibilidade de termos um FLUXO DE MANUTENÇÃO numa Economia Capitalista que tem demonstrado a falência de todos os pressupostos da ECONOMIA como ciência em desacordo com a proposta de uma ECONOMIA PARTICIPATIVA na solução dos impasses hoje existentes, a saber:

1. A CONCENTRAÇÃO DE RENDA numa proporção de 10% deter mais RIQUEZA do que 90% dos sócios;

ECONOMIA CAPITALISTA – Aumento gradual e contínuo desta desigualdade.

ECONOMIA PARTICIPATIVA – Diminuição gradual pela participação de TODOS na RBU/RND.

2. A FALTA DE FISCALIZAÇÃO resultando em sonegação e corrupção;

ECONOMIA CAPITALISTA – Total incapacidade de execução de uma fiscalização tributária acontecendo ela, apenas, em alguns grupos econômicos e/ou sociais atuando a fiscalização mais como agente de pressão, que muitas das vezes resolve a fiscalização através de “propinas” para não se multar ou tornar público o desvio, ou ainda, através de TRIBUNAIS DE EXCEÇÃO – Conselhos de Recursos Fiscais – Conselho de Recursos de Multas de Trânsito – Conselhos Diversos – ou, também ainda, com flagrante benefício de segmentos do JUDICIÁRIO em favor de determinadas pessoas e/ou grupos empresariais em TRANSAÇÕES de CONDENAÇÕES SIMBÓLICAS sem qualquer contrapartida social em reparação ao ilícito praticado.

ECONOMIA PARTICIPATIVA – Total interação da fiscalização com a EFETIVA CAPTAÇÃO da CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, dos IMPOSTOS e das TAXAS na ocasião da realização de toda e qualquer transação em qualquer uma das moedas em função da simplificação tributária assentada em CINCO CONTRIBUIÇÕES, SEIS TRIBUTOS e QUATRO TAXAS.

3. O “LIVRE” MERCADO;

ECONOMIA CAPITALISTA – O MERCADO como agente definidor de preços fundado na Lei de Oferta e de Procura atua apenas como um argumento de validação do capitalismo porque é fácil perceber que o tal MERCADO é um ambiente viciado e os preços são determinados pela aquisição de produtos que não foram ou serão tributados por uns enquanto outros terão que pagar pelos tributos indicados nos produtos. Flutua, também, este “livre” MERCADO na Economia Capitalista como um ambiente de eliminação de concorrências seja pela eliminação do outro numa disputa direta, por orçamento ou pregão colocando um preço subfaturado ou impossível de realizar com a perda do negócio que se pretendia realizar.

ECONOMIA PARTICIPATIVA – O MERCADO atuará apenas como um local de trocas onde TODOS os Produtos, os Bens e Serviços estão sujeitos as mesmas regras tributárias/fiscais e desta forma a Oferta e a Procura irá estabelecer o preço como um leilão permanente desde que haja interesse nas concorrências ou, em caso de produtos e serviços que sejam produzidos pela comunidade serão tabelados de acordo com a cessão ou concessão estabelecida por tempo determinado.

4. A TRANSPARÊNCIA;

ECONOMIA CAPITALISTA – A total falta de Transparência tanto na Administração Pública quanto na Administração Privada e, também, quanto a vantagens pessoais e ganhos reais ou atribuídos a determinados indivíduos com uma apologia de MERITOCRACIA que diz ser legítima a conquista de uma pessoa destacada como “astro” ou “especial” em determinado segmento tais como esporte, comunicação, tecnologia ou, ainda mesmo, em segmentos de gestão pública e/ou privada em razão de cargos de fachada instituídos para representação social.

ECONOMIA PARTICIPATIVA – Total Transparência porque TODOS os acionistas/cidadão são individualizados e identificados através do NIB para distribuição da RND e por consequência todos os pertences do indivíduo será identificado e validado. Qualquer discurso de invasão de privacidade é impróprio e inadequado e é revelador de que tal reclamante é ou age como um “fntasma” na economia capitalista violando regras que socialmente todos estão obrigados a cumprir. As atuais revelações de escândalos que encobrem roubos, desvios, manipulações de mercado, corrupção, propinas mostram e demonstram o resultado perverso de uma Economia que não é participativa.

5. O EMPREENDEDORISMO;

6. OUTRAS MOEDAS;

7.

FLUXO DE RESPONSABILIDADES

A moeda é a representação de um valor e todas as coisas materiais e imateriais tem uma referência específica de unidade de troca.

A unidade de troca para este ensaio de uma modelagem social foi escolhida como BEM.

As responsabilidades sociais guardarão as mesmas relações que hoje temos no senso comum. Cada um é responsável pelas suas declarações e atos.

Os Gerstores Públicos terão responsabilidades sociais por suas ações e omissões de acordo com as regras sociais existentes ou que vierem a ser definidas numa repactuação social.

Ninguém precisará ser perguntado se é para informar ou não se quer ou não quer registrar a sua transação seja ela qual for. As transferências em relação à moeda B\$ (BEM) é direta de conta para conta. Quem paga e quem recebe e o valor do Tributo nas Transferências são computados de imediato em um sistema tipo Contas Correntes do Pagador e do Recebedor. Sem intermediários. Sem necessidade de uma fiscalização mais pontual do que a fiscalização digital.

Algumas pessoas confundem privacidade com identidade social.

Todos ao nascer são socialmente identificados não só no ambiente familiar com Nome e Sobrenome, mas também socialmente, com uma Certidão de Nascimento. A responsabilidade desta declaração é do pai, da mãe, de alguém da família que apresenta no Registro Civil a DNV – Declaração de Nascidos Vivos ou a DO – Declaração de Óbito para que se inicie ou se extingam as responsabilidades decorrentes destes FATOS JURÍDICOS assim como durante a Vida podemos registrar os ATOS JURÍDICOS que realizamos sejam eles, Casamentos, Divórcios, Alteração de Nome, Registro de Gênero, Constituição de Empresas em cada tempo e local necessário para assumir e ou desassumir socialmente responsabilidades.

Nada muda. O que aparentemente poderá mudar é o FLUXO DE IRRESPONSABILIDADE que muitos denominam como “privacidade” não declarar valores havidos socialmente em razão de fraudes, roubos ou atividades ilícitas.

A proposta de uma ECONOMIA PARTICIPATIVA não é uma gestão na privacidade de cada um.

A proposta da ECONOMIA PARTICIPATIVA é que todos assumam a responsabilidade social e cada qual a sua responsabilidade privada naquilo que pretendem desenvolver em busca de suas conquistas.

O NIB – Número Identitário Brasileiro é o identificaador social de seus direitos e obrigações. Não tem a pretensão de ser um Documento Identitário e tampouco criar regras par qualquer tipo de associação. É um identificador que torna você uma pessoa inconfundível no conjunto social. É como você, declarando existir, o ESTADO/SOCIEDADE saiba disso e o reconheça verdadeiro e em razão disso, titular de direitos e obrigações inalienáveis que não, somente o seu nome.

Todos ganham numa sociedade justa, participativa e representando cada um no conjunto social.

Para que possamos transformar esta Sociedade voltada não ao acúmulo de CAPITAL e sim em uma opção de Vida comunitária teremos, certamente, que aprendermos mais sobre a responsabilidade pessoal, social e a distinção sobre o que é público e o que é privado seja em relação à família e/ou ao ESTADO.

RETRO ALIMENTAÇÃO SOCIAL (TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES)

Toda a estrutura de Empresa/Estado se funda em regras de controle que é a Base da Ciência Contábil: O Controle do Patrimônio. Seja o Patrimônio Pessoal, seja Patrimônio Coletivo ou Patrimônio Empresarial.

Uma reforma tributária se impõem para regular a Economia/Mercado. Não há como ter uma Economia que funcione se não houver uma regra social que estabeleça os limites do que se pode e do que se deve fazer e qual a contribuição social que se dará de retorno por um benefício obtido.

O descontrole que se percebe no modelo atual de Economia não é o que se deseja para o desenvolvimento da Empresa/Estado BRASIL S.A.

Ao mesmo tempo em que se simplifica o modelo de tributação para toda a Economia baseada na moeda B\$ (BEM), com uma tributação única e exclusiva, a parte Patrimonial e Comercial da Economia na moeda R\$ (REAL) terá tributação diferenciada em razão da relação estabelecida entre as partes, a saber: de Propriedade, de Produção/Comércio, de Comércio Exterior, de Renda e de Financiamento/Capitalização.

Todos os tributos tem uma razão de existir, tem seu fundamento e base de incidência.

Sobre esta nova modelagem na Economia teremos neste estudo: Tributos (Impostos e Taxas) e Contribuições Sociais, a saber:

A TRIBUTAÇÃO em MOEDA B\$ (BEM)

Este estudo se baseará numa tributação ÚNICA e com uma taxa EXCLUSIVA.

Tributo: Imposto Único de Consumo **IUC**

Extensão: Exclusiva e diretamente na fonte.

Fundamento: Imposto cobrado para fiscalização, controle , administração e gestão de todas as transações que envolvam a Moeda BEM (B\$)

Taxa: 10% sobre o valor de cada bem definido em unidade (**UM**), em volume (**LITRO**), em metragem (**METRO**), em peso (**QUILO**) ou e/ou em suas frações que estejam definidos como BENS ou SERVIÇOS de consumo necessário e cujo valor não ultrapasse em regra geral o valor equivalente a **B\$ 500** (quinhentos bens).

Base de Incidência: Todas as mercadorias e produtos de consumo necessários ou serviços necessários cujo valor padrão quantitativo em relação ao valor corresponda no máximo a **B\$ 50** (quinhentos bens) como regra geral ou que seja classificado o produto, o bem ou o serviços como essencial para todos os acionistas/cotistas deixando ao critério deles o interesse em adquirir ou usar.

A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL em MOEDA B\$ (BEM)

Este estudo também se utilizará de indicadores de Contribuição Social visando manter serviços públicos necessários ao BEM ESTAR da coletividade como: Saúde e Higiene, Educação, Assistência Social, Lazer e Segurança. Todas estas contribuições sociais são entendidas num sentido amplo e os percentuais de contribuição serão estabelecidos anualmente observando as respectivas Faixas Etárias podendo ocorrer nelas subgrupos intermediários,

1. CONTRIBUIÇÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE PÚBLICA

Contribuição: Contribuição Sistema Único de Saúde **CSUS**

Extensão: Todas as FAIXAS ETÁRIAS.

Fundamento: Esta contribuição é dirigida para Desenvolvimento, Gestão e Manutenção do Sistema Único de Saúde objetivando a prevenção de doenças, cuidados médicos e ambulatoriais, internações, cirurgias necessárias, terapias e medicação.

Índice: **10%** sobre o valor da **RBU Renda Básica Universal e/ou RND Renda Nacional Distribuída** para a **Faixa Etária A** e **Faixa Etária B** e **25%** sobre o valor da **RBU Renda Básica Universal e/ou RND Renda Nacional Distribuída** para a **Faixa Etária C** e **20%** **Faixa Etária D**.

Base de Incidência: Todos os contribuintes independentemente da **Faixa Etária** em que o contribuinte se encontre no índice definido.

2. CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA

Contribuição: Contribuição Sistema de Educação **CEDU**

Extensão: A **Faixa Etária A** e **Faixa Etária B**.

Fundamento: Esta contribuição é dirigida para Desenvolvimento da Educação Básica Infantil e Fundamental objetivando o aprendizado e o Conhecimento como forma de socialização e de criação.

Índice: **15%** sobre o valor da **RND Renda Nacional Distribuída**.

Base de Incidência: Todos os contribuintes independentemente da **Faixa Etária A, B e C** a partir de 4 anos de idade.

3. CONTRIBUIÇÃO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL PÚBLICA

Contribuição: Contribuição Sistema Assistência Pública **CASS**

Extensão: A **Faixa Etária C**.

Fundamento: Esta contribuição é dirigida para Desenvolvimento de Assistência Social e Programas de Moradia e Remanejamento de Espaços Públicos.

Índice: **5%** sobre o valor da **RND Renda Nacional Distribuída**.

Base de Incidência: Todos os contribuintes da **Faixa Etária C**.

4. CONTRIBUIÇÃO PARA O LAZER PÚBLICO

Contribuição: Contribuição Sistema de Lazer **CLAZ**

Extensão: A **Faixa Etária C** e **Faixa Etária D**.

Fundamento: Esta contribuição é dirigida para Desenvolvimento de Espaços Públicos para Lazer e Atividades Esportivas e Lúdicas.

Índice: **2%** sobre o valor da **RND Renda Nacional Distribuída**.

Base de Incidência: Todos os contribuintes da **Faixa Etária C e D**.

5. CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

Contribuição: Contribuição Sistema de Segurança **CSEG**

Extensão: A **Faixa Etária C** e **Faixa Etária D**.

Fundamento: Esta contribuição é dirigida para Garantia de Respeito e de Ordem Pública através de patrulhamento preventivo e mediação de conflitos referentes a posturas e condutas em Espaços Públicos em garantia dos Direitos e Garantias Individuais.

Índice: **3%** sobre o valor da **RND Renda Nacional Distribuída**.

Base de Incidência: Todos os contribuintes da **Faixa Etária C e D**.

A TRIBUTAÇÃO em MOEDA R\$ (REAL)

Este estudo se baseará numa tributação de IMPOSTO ESPECIAL com nomeações, razões, fundamentação e base de incidência DIFERENCIADAS, a saber:

1. IMPOSTO SOBRE BENS PATRIMONIAIS (Bens Móveis de Transporte e Bens Imóveis)

Tributo: Imposto Especial sobre Propriedade IEP

Extensão: Exclusiva e valor ANUAL podendo ser fracionada em 12 parcelas.

Fundamento: Imposto cobrado para fiscalização, controle, administração e gestão de todas as propriedades assegurando a posse, domínio e uso por parte do proprietário em respeito ao uso social e coletivo que a propriedade tenha.

Referência Bens Imóveis: 2,5% sobre o valor nominal de MERCADO atribuído anualmente ao imóvel considerando cada imóvel uma unidade descrita com suas dimensões e benfeitorias.

Referência Bens Móveis de Transporte: 10% sobre o valor nominal de MERCADO atribuído anualmente ao bem móvel que sejam meios de transporte, considerando cada bem móvel uma unidade descrita com suas características e pertences.

Base de Incidência: Todos os Bens Patrimoniais tais como: veículos, barcos, aeronaves, terrenos, propriedades urbanas ou propriedades rurais.

2. IMPOSTO SOBRE TRANSAÇÕES DE BENS (Transferência de Posses de Bens)

Tributo: Imposto Especial sobre Transferências IET

Extensão: Exclusiva e valor na fonte.

Fundamento: Imposto cobrado para fiscalização, controle, administração e gestão de todas as transferências de bens assegurando a legitimidade da posse, domínio e uso por parte do novo proprietário em respeito ao uso social e coletivo ou pessoal que o bem tenha.

Referência Bens Imóveis/Móveis: 10% sobre o valor nominal de MERCADO por ocasião da transmissão da posse ou do direito ao bem, considerando cada bem imóvel ou móvel uma unidade descrita com suas características, benfeitorias e/ou pertences.

Base de Incidência: Todos os Bens Patrimoniais tais como: veículos, barcos, aeronaves, terrenos, propriedades urbanas ou propriedades rurais de valor superior a B\$ 2.000 (dois mil bens).

3. IMPOSTO SOBRE COMÉRCIO EXTERIOR (Importação e Exportação)

Tributo: Imposto Especial sobre Transferências IEC

Extensão: Exclusiva e variável, valor tributado na fonte.

Fundamento: Imposto cobrado para fiscalização, controle, administração e gestão de todas as importações e exportações de bens ou serviços assegurando a legitimidade da posse, domínio e uso por parte do novo proprietário em respeito ao uso social e coletivo a que se destine.

Referência Comércio Exterior: % flexível determinado anualmente podendo ser aumentado ou diminuído em casos específicos com a finalidade de estabelecer uma regulamentação de preços de MERCADO considerando em cada tarifa um produto específico e suas variações e excessões.

Base de Incidência: Todos os Bens e Serviços com interesses econômicos de trocas em Importação ou Exportação.

4. IMPOSTO SOBRE A RENDA (Variação Patrimonial)

Tributo: Imposto Especial sobre Rendas IER

Extensão: Exclusiva e variável, valor tributado na fonte.

Fundamento: Imposto cobrado para fiscalização, controle, administração e gestão de todas as variações patrimoniais positivas decorrentes de comércio, de serviços, de criações reais ou intelectuais, de extrações minerais ou vegetais, ou ainda, oriundas de doações ou heranças pessoais assegurando a legitimidade do recurso obtido e/ou transferido que se incorpore ao patrimônio do novo proprietário em respeito ao uso social e coletivo a que se destine.

Referência Imposto de Renda: % em proporção ao ganho e, também, em função da relação de transferência ou aumento de patrimônio. A taxa será determinada anualmente podendo ser aumentado ou diminuído em casos específicos com a finalidade de estabelecer uma regulamentação de Justiça Social e regulação de MERCADO considerando em cada tarifa uma situação específica e suas variações e excessões.

Base de Incidência: Todos os Ganhos e Variações Patrimoniais realizadas com esta Moeda representativa do Patrimônio Pessoal e Empresarial em Geral.

5. IMPOSTO SOBRE FINANCIAMENTO (Variações Financeiras)

Tributo: Imposto Especial Financeiro **IEF**

Extensão: Exclusiva e variável, valor tributado na fonte.

Fundamento: Imposto cobrado para fiscalização, controle, administração e gestão de todas as variações patrimoniais que representem empréstimos, cauções, e garantias visando uma disponibilização imediata de valores financeiros para negócios ou aquisição de BEM PATRIMONIAL com a finalidade de garantir que recursos coletivos poupados estejam assegurados aos poupadores em caso de prejuízos ou inadimplência dos tomadores dos créditos disponíveis. Os valores eventualmente poupados na Moeda Social BEM poderão ser convertidas em Moeda de Capital R\$ mediante uma tributação exclusiva e especial sem se constituir RENDA e estar sujeita ao IER Imposto Especial sobre Rendimentos pessoais assegurando a legitimidade do recurso obtido que se incorpore ao patrimônio do novo proprietário em respeito ao uso social e coletivo a que se destine.

Referência Imposto Financeiro: % em proporção ao valor e, também, em função da relação de transferência de recursos e garantias de reembolso dos valores transferidos. A taxa será determinada anualmente com a finalidade de estabelecer uma regulamentação de Justiça Social e regulação de MERCADO considerando em cada tarifa uma situação específica e suas variações e excessões.

Base de Incidência: Todos os Financiamentos Públicos e Privados realizadas com esta Moeda representativa do Patrimônio Pessoal e Empresarial em Geral.

TAXAÇÕES em MOEDA R\$ (REAL)

Este estudo estabelecerá uma arrecadação tributária em que TAXA ESPECIAL com nomeações, razões, fundamentação e base de incidência DIFERENCIADAS serão cobradas de empreendimentos, a saber:

A. TAXA DE LICENCIAMENTO (Autorização de Atividades Regulamentadas)

Tributo: Taxa Especial de Licença **TEL**

Extensão: Exclusiva, fixa e de valor ANUAL.

Fundamento: Taxa cobrada para fiscalização, controle , administração e gestão de todas as atividades econômicas visando atender o BEM ESTAR COLETIVO direta ou indiretamente.

Referência Atividade e MERCADO: **Valor** atribuído em razão da Atividade, do Local e do Tamanho do empreendimento.

Base de Incidência: Todos as Atividades sujeitas à Autorização e Fiscalização por parte da Empresa/Estado BRASIL S.A.

B. TAXA DE HIGIENE E SAUDE (Fiscalização de Atividades Regulamentadas)

Tributo: Taxa Especial de Higiene e Saúde **TEH**

Extensão: Exclusiva, fixa e de valor ANUAL.

Fundamento: Taxa cobrada para fiscalização, controle , administração e gestão de todas as atividades econômicas visando garantias de HIGIENE E SAÚDE direta ou indiretamente.

Referência Atividade e MERCADO: **Valor** atribuído em razão da Atividade, do Local e do Tamanho do empreendimento.

Base de Incidência: Todos as Atividades sujeitas à Normas de Saúde e Fiscalização por parte da Empresa/Estado BRASIL S.A.

C. TAXA DE SEGURANÇA PÚBLICA (Fiscalização de Atividades Regulamentadas)

Tributo: Taxa Especial de Saúde **TES**

Extensão: Exclusiva, fixa e de valor ANUAL.

Fundamento: Taxa cobrada para fiscalização, controle , administração e gestão de todas as atividades econômicas visando garantias de SAÚDE E HIGIENE direta ou indiretamente.

Referência Atividade e MERCADO: **Valor** atribuído em razão da Atividade, do Local e do Tamanho do empreendimento.

Base de Incidência: Todos as Atividades sujeitas à Normas de Saúde e Fiscalização por parte da Empresa/Estado BRASIL S.A.

D. TAXA DE GARANTIA SOCIAL (Fiscalização de Atividades Regulamentadas)

Tributo: Taxa Garantia Social **TEG**

Extensão: Exclusiva, fixa e de valor ANUAL.

Fundamento: Taxa cobrada para fiscalização, controle , administração e gestão de todas as atividades econômicas e responsabilidades pessoais visando garantias de RESSARCIMENTO DE DANOS produzidos direta ou indiretamente.

Referência Atividade e MERCADO: **Valor** atribuído em razão da Atividade, do Local e do Tamanho do empreendimento ou do risco de dano possível.

Base de Incidência: Todos as Atividades empresariais e Atos possíveis de produzirem danos a terceiros. Um SEGURO SOCIAL para reparar danos a pessoas e comunidades produzidos por terceiros.

Toda estrutura social tem uma Missão e/ou uma Proposta.

A Proposta do ESTADO, desde seu início foi e é permitir o fortalecimento de seus membros, a melhoria das condições de vida, segurança, lazer, proteção social e possibilidades de melhorar o conjunto social, seja ele familiar ou estendido para grupos maiores de forma coletiva e individual.

Geralmente, é dado a cada um de seus membros um reconhecimento que, de certa forma, em uma representação em MOEDA de benefícios e vantagens.

A proposta da ECONOMIA PARTICIPATIVA não muda esta condição individual de fazer mais, criar mais, contribuir mais socialmente de acordo com a capacidade de cada indivíduo estejam agindo individualmente ou em grupos “empresas/empreendimentos”.

Há que se reconhecer que estamos numa “sociedade capitalista” onde privilegiar as diferenças e excluir o que não dá retorno financeiro é considerado um custo social a ser evitado.

Há que se reconhecer, também, que a “ideologia capitalista” não é uma teoria sustentável para a Economia Nacional e/ou Mundial se ela não mantiver na exclusão do Bem Estar Social a maior parte de seus membros.

A transformação que o estudo/proposta aqui tem como Missão é a construção de uma ECONOMIA PARTICIPATIVA que o proprio nome sugere e inclui TODOS PARTICIPANTES e não que continuemos em busca de alternativas de ECONOMIA SOLIDÁRIA - que é eventual e dependente de disponibilidades de seu participantes - ou outras variantes como ECONOMIA DE GUERRA ou outros nomes menos significantes e mais pomposos com o fim de criar ilusões sobre seu funcionamento e/ou resultado.

Aplicando as regras propostas para a ECONOMIA PARTICIPATIVA teremos:

1. Uma RBU – Renda Básica Universal e/ou RNA – Renda Nacional Atribuída a todos;
2. Um ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO que aplique a cota de cada um nas áreas que estão devidamente vinculados os interesses da coletividade;
3. Uma desoneração em toda a CADEIA PRODUTIVA em vista de que TODOS tem a RENDA assegurada;
4. A simplificação de toda a Estrutura do ESTADO tornando ele mais eficiente e atuante;
5. A dificuldade em se criar mecanismos de desvios de verbas públicas pois haverá transparência na distribuição e aplicação de recursos e todas as transferências públicas e privadas são registradas;
6. A criação de uma condição para a Economia fluir com o CAPITAL DE GIRO PESSOAL aplicado diretamente na distribuição da RBU – Renda Básica Universal e/ou RNA – Renda Nacional Atribuída;
7. A possibilidade de integração dos 5.570 municípios atribuindo a cada um deles a renda necessária para cada um de seus habitantes;
8. A possibilidade de uma renegociação de todas as Dívidas Públicas e Privadas em vista de uma nova realidade social.

Enfim, não há limite para a imaginação humana quando aplicada de forma responsável e voltada ao BEM ESTAR SOCIAL.

Esta é a razão da proposta e do estudo aqui apresentado.

PROJEÇÕES

RECONSTITUINTE

Todos os dias o Sol aparece no horizonte e atravessa o Céu do Leste para o Oeste independentemente do que esteja acontecendo na superfície ou na atmosfera da Terra. Sem depender do que cada um de nós esteja fazendo ou deixando de fazer, ao final do dia, o Sol se esconde no horizonte oposto e assim encerramos um dia e, temos a certeza de que, o amanhã será apenas a repetição do hoje.

O Presente é o que temos, o que fazemos e não o que fizemos, o que não fizemos, o que faremos ou o que deixaremos de fazer.

Isto posto, tendo uma ideia de funcionamento de alguma coisa permanente podemos realizar planos e planejamentos buscando melhorar as condições de Vida no ambiente que a Natureza nos permite viver e precisamos, então, Transcender os limites que nos oprimem e que nos desafiam.

Percebemos deslocamentos, percebemos novos lugares e oportunidades e temos que nos deslocar, temos que nos reinstalar em outros espaços e temos, também que aproveitar as oportunidades para evoluir.

Um Contrato Social ou uma Constituição nasce para estabelecer os objetivos e missões de quaisquer associados ou cidadãos visando estabelecer regras que tratem todos de forma igual em direito e que atribua a cada um competências determinadas quando no exercício da representação do conjunto de acionistas ou de cidadãos.

Temos na formação de qualquer sociedade ou Estado a criação de divisões específicas para gerir a sociedade que se define e se estabelece. No caso de empresas, temos uma representação do ciclo econômico. Áreas de Produção, de Distribuição, de Controladoria e de Desenvolvimento. Vamos nos fixar nestas áreas relevantes pois elas atendem bem uma similaridade com as áreas de gestão de uma empresa do tipo BRASIL S.A.

Para o funcionamento desta grande empresa BRASIL S.A. necessitamos de uma reengenharia social para atender aos fins que todos se propõe. Não há como aceitar por parte dos Gestores justificativas de mal funcionamento seja por razões de suas incapacitações ou de "problemas" (vícios) que tornaram o uma estrutura que deveria ser funcional num grande aparato de privilégios e de distorções funcionais para não termos que nos fixar na constatação de ser a Empresa/Estado, hoje, uma estrutura de corrupção e mal orientada.

A solução de problemas ou a resolução de desafios tem uma dinâmica própria e independente que hoje está desassistida. A mídia como um "fantasma" assume o protagonismo de mudanças sociais e, às vezes, ao saber de interesses inconfessos ou de Grupos alheios aos interesses coletivos.

Para imaginar o Estado/Empresa como um conjunto que guarde uma simetria com a Economia tendo em vista que a proposta de um e a proposta de outro se assemelha, ou seja, a produção, a distribuição, o consumo de bens e de serviços visando a produção de riquezas e o bem comum dos acionistas/cidadãos vamos estudar uma analogia entre os meios de produção e a sua representação na gestão privada ou pública.

Na representação da Economia temos: TERRA - TRABALHO - CAPITAL e TECNOLOGIA (meio que veio revolucionar e alavancar as relações econômicas).

Na representação da Empresa em Geral: PRODUÇÃO - DISTRIBUIÇÃO - RESULTADO e PESQUISA (de produtos, de mercados, de aceitação).

Na representação do Estado: LEGISLATIVO - EXECUTIVO - JUDICIÁRIO e MÍDIA (o já atribuído 4º Poder de forma agora reconhecida e nomeada publicamente).

Esta nova repactuação social em que TODOS se reconhecem iguais em Direitos e em Obrigações vai demandar uma nova ASSEMBLEIA CONSTITUINTE onde toda a sociedade irá repactuar de forma participativa e mediante o voto direto, aprovando o novo pacto constitucional por Títulos/Capítulos nas áreas de interesse que os defina para esta Constituição.

Esta nova pactuação poderá ser original e originária.

Original porque irá tirar da Norma Constituinte dezenas de artigos e até capítulos inteiros que devem pertencer a Códigos tipo: Código Tributário - Código Administrativo - Código Eleitoral - Código Trabalhista - Código Civil - Código Penal - Código Processual - Código de Saúde - Código de Segurança - Código de Educação como normas federais.

Original, também, porque irá criar um novo Poder na República que irá substituir a Função do Senado Federal, reordenar o Judiciário e dar mais competência aos cidadãos em suas comunidades e em todos os níveis de gestão pública. Não se trata do Poder Moderador onde a voz do Imperador falava mais alto e determinava resultados. Trata-se da voz, hoje, de todo o povo que se manifesta através da mídia falada, escrita, televisionada ou ainda através da mídia virtual. Este 4º Poder, hoje disputado pela Imprensa de forma genérica, é o Poder MÍDIA que está flutuando como um fantasma na condução de interesses coletivos mas totalmente desvinculados dos desejos da coletividade que não pode se manifestar de forma direta, ou mesmo através de uma representação direta. Este Poder MÍDIA envolve todas as formas de comunicação e será eleito como todos os demais representantes dos outros poderes com mandato prévio e com possibilidade de ter, também, seu mandato encurtado por decisão da maioria de votos que o eleger.

Será originária porque irá decretar uma nova linha de tempo em Direitos e Obrigações estabelecendo regras de transição para todos os atos já decididos e atos decidir cujo processo já esteja em trânsito para ser julgado. Como haverá uma nova repactuação as decisões judiciais poderão ser tomadas de acordo com a nova Constituição, no que a ela couber ou nos novos código no que a eles se aplicar.

Não é sensato, razoável, lógico ou racional qualquer alegação de que o Poder Executivo, de que o Poder Legislativo, hoje exercidos por períodos determinados, e até mesmo não é razoável ou racional aceitar qualquer alegação de que o Poder Judiciário não estejam, todos os TRÊS PODERES, preparados para a transição ou qualquer alegação de que o POVO não esteja preparado para gerir o seu próprio destino. Até mesmo o 4º PODER, a MÍDIA, não estaria a se desqualificar do exercício de uma atribuição que ela, por livre outorga se delegou.

As Funções Essenciais a Justiça, dispostas no Título IV da Constituição de 1988, que trata "Da Organização dos Poderes" , no Capítulo IV trata, em capítulo próprio as atribuições - Do Ministério Público - Da Advocacia Pública - Da Advocacia e da Defensoria Pública - que exercem a defesa de interesses coletivos de forma assemelhada a que a MÍDIA (Imprensa) se propõe fazer e às vezes até faz.

A exigência de se estabelecer e se pactuar este 4º PODER se faz necessário porque a coletividade, os acionistas/cidadãos de BRASIL S.A. precisam autonomia para protestar e se interpor, quando for o caso, em questões de conflito de interesses quando qualquer um dos outros poderes que devem ou deveriam estar em harmonia e em atuação de respeito à Constituição ajam em desacordo real ou aparente contra este Contrato Social de BRASIL S.A.

Com a aplicação das propostas de RND Renda Nacional Distribuída teremos mais de 125 milhões de brasileiros recebendo seu "pro labore". Não haverá necessidade de aportes de valores para remunerações novas. Haverá apenas deslocamentos de funções de um Poder ou de outro Poder para esta nova distribuição de poderes para a gestão da Empresa/Estado BRASIL S.A.

Hoje assistimos, ou sentimos a ineficácia do Estado no que toca a aplicação da Lei que cabe ao Poder Judiciário, na aplicação dos recursos públicos que cabe ao Poder Executivo e, também, no que toca a fiscalização e regramentos que cabe ao Poder Legislativo. Um novo Poder, que tenha autonomia e resolubilidade de um juízo de mediação e arbitragem, assim como que tenha a mobilidade de que dispõe todas as mídias poderá contribuir de forma determinante e definitiva na solução de conflitos e de necessidades de todos os acionistas/cidadãos de BRASIL S.A.

REORDENAMENTO JURÍDICO

Um novo pacto social nos remete a situações históricas em que se intuiu privilégios a grupos sociais ou em grupos determinados que afrontam as noções mínimas de equidade e de razoabilidade.

O imperativo de mudanças clama aos quatro cantos, entretanto, o viés viciado e viciante cria argumentos que dividem os interessados criando barreiras em que discursos se repetem num mantra de validação não daquilo que deve ser validado, mas de se validar tantos os acertos quanto os erros.

Uma sentença. Uma Lei ou qualquer norma menor deve ter seu valor e ser observada, entretanto, sabem todos que muitas sentenças, leis e normas foram editadas e proferidas apenas para dar uma garantia especial para alguns e não se aplicam a todos que estivessem ou estejam na mesma situação. Não se trata aqui de uma situação especial que se refira a um único indivíduo e sim de benefícios oferecidos e garantidos a um determinado grupo mesmo que tais benefícios se mostrem ilegítimos ou sejam insustentáveis no que diz respeito às possibilidades econômicas de serem mantidos.

Temos dois mantras que são repetidos pela maioria dos acionistas/cidadãos de BRASIL S.A.:

1. "Garantia do Estado de Direito";
2. "Direito adquirido".

Vamos tentar entender o que dizem estes "mantras", haja vista que nem um, nem outro dos repetidos ditos populares são respeitados e, ao mesmo tempo, sabendo do desrespeito em razão de um ordenamento jurídico confuso e com milhares de juízes por função ou de "juízes de ocasião" decidindo regras que se aplicam a uns, mesmo que violando preceitos da Constituição, replicam: "É um direito adquirido" mesmo que não aplicável a todos ou, até mesmo que, o privilégio não se aplique a ele mesmo que replica o mote.

Este estudo de uma possibilidade de transformação social que se molde nas relações econômicas criadas entre todos os acionistas/cidadão de BRASIL S.A. não busca determinar os caminhos para as diversas ciências que compõem o desenvolvimento humano. Entretanto, temos lugares comuns em incomuns que nos encontramos. Nos lugares comuns, TODOS tem percepções equiparadas e são sensíveis aos sinais que todo o conjunto dá de vigor ou de esgotamento. Hoje, ao olharmos para a quase totalidade dos conjuntos sociais podemos perceber o esgotamento de alternativas ao que se segue a sensação de impotência e de conformismo que se deposita em: "Não dá para mudar..." ou, ainda, "Sempre foi assim."

Nos lugares incomuns vemos pessoas ou grupos que, tentando mudar para melhor, são hostilizados e/ou marginalizados, tratados como bizarros, como utópicos e são excluídos de qualquer ambiente de relativa conformidade social, ao mesmo tempo em que, grupos que tentam aproveitar o pior para pregar e destruir conquistas sociais são estimulados e ganham destaque nas mídias mesmos porque para a MÍDIA, como hoje ela se encontra numa zona fantasmas, tanto faz promover ou combater segmentos sociais desde que ela "alegue" estar cumprindo o papel que deveria representar como o já mencionado 4° PODER.

Um reordenamento jurídico, na área que diz respeito ao PODER JUDICIÁRIO, elaboração de Códigos e apreciação da Legislação, não envolve necessariamente toda a coletividade dos acionistas/cidadãos de BRASIL S.A. porque é uma área técnica e, de certa forma, especializada. Tal reordenamento não significa o PODER LEGISLATIVO abrir mão de sua competência original de propor e votar as Leis e assim, legitimar as competências de um poder e, do outro poder, de forma harmônica.

Assim como os PODERES CONSTITUÍDOS, LEGISLATIVO e JUDICIÁRIO, o PODER EXECUTIVO deverá também se reordenar juridicamente seguindo a modelagem de constituição da Empresa/Estado BRASIL S.A.

Precisamos, urgentemente, de uma Sociedade Organizada e não enredada numa trama insolúvel de interesses de pessoas, de grupos, de regiões que desrespeitem os Direitos e Garantias que determinam a Constituição original da Empresa/Estado BRASIL S.A.

A emergência de um 4º PODER - MÍDIA - que se materializa na vontade e poder imanente de cada indivíduo e se projeta socialmente através dos meios de comunicação como vozes representativas é um fato social que precisa ser realizado.

Fundamentalmente é preciso esclarecer:

1. ESTADO DE DIREITO representa uma garantia de que os Pactos, atos e contratos são e serão respeitados;

A) Sempre que estiver de acordo com a LEI ATUAL e sua edição, trato ou contrato originário não entre em conflito com as regras para todos?

B) Sempre, ainda que, viole e contradiga a LEI ATUAL em razão de vícios ou privilégios estabelecidos na origem?

C) Sempre a partir de que todos os atos sejam saneados ou convalidados?

D) [A] e [C] estão corretas?

E) [B] está correta?

2. DIREITO ADQUIRIDO representa um direito para alguém e um ônus coletivo a ser reconhecido por todos e ser respeitado;

A) Sempre que estiver de acordo com a LEI ATUAL e não for um privilégio atribuído a um grupo em prejuízo a todos os demais?

B) Sempre que diga respeito somente a um direito pessoal e não cumulativo e sem vícios na origem?

C) Sempre a partir de que todos os atos sejam saneados ou convalidados?

D) [A] e [C] estão corretas?

E) TODAS estão corretas?

O reordenamento jurídico deve reescrever os códigos nacionais/federais e toda a legislação subsidiária deverá se adequar aos Códigos tipo: Código Tributário - Código Administrativo - Código Eleitoral - Código Trabalhista - Código Civil - Código Penal - Código Processual - Código de Saúde - Código de Segurança - Código de Educação como normas declaradas como infraconstitucionais.

Sem a Ordem Jurídica fica impossível o regramento de conduta social e compromete todo o funcionamento da Empresa/Estado BRASIL S.A.

REORDENAMENTO INSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil

TÍTULO I – Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui -se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político.

Parágrafo único . Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O TÍTULO III, DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO, em todos os seus Capítulos e artigos criou e validou inúmeras emendas constitucionais que contrariam os ditames que está expresso na razão de ser da Empresa/Estado BRASIL S.A. conforme descrito no Artigo 1º em respeito aos Incisos I até o V e de seu parágrafo único.

Algumas situações afetam e destoam completamente do sentido de Democracia e Direito, a saber:

1. A representatividade eleitoral não representa no BRASIL S.A. a identidade de UM CIDADÃO corresponde a UM VOTO. E, com a flexibilização desta representação por emendas constitucionais e/ou ajustes indevidos de interesses regionais ou corporativos. Por esta razão temos cidadãos com 1 voto, cidadão com votos que representam o seu voto até mil vezes mais votos do que outros cidadãos considerando votos na UNIÃO, nos ESTADOS, no DISTRITO FEDERAL e nos MUNICÍPIOS que geram toda esta sensação de uma DEMOCRACIA que não respeita a proporcionalidade de seus eleitores;
2. O PODER JUDICIÁRIO, por não estar representado por meio de ELEIÇÃO através de escolha popular no que compete aos TRIBUNAIS viola de forma implícita o que está disposto na constituição da Empresa/Estado BRASIL S.A. Isto gera uma desarmonia entre os PODERES da Empresa/Estado BRASIL S.A. que hoje vemos estampado publicamente;
3. A organização de ESTADOS da FEDERAÇÃO e de MUNICÍPIOS, conforme se ajustaram para se constituir criou uma representação que não atende às ideias de DEMOCRACIA e tampouco de DIREITO. Temos na FEDERAÇÃO que representa esta Empresa/Estado BRASIL S.A. milhares de MUNICÍPIOS que não tem qualquer condição de recursos para manter uma estrutura de gestão pública com autonomia e a eles se soma mais de uma dezena de ESTADOS FEDERADOS que não tem condição de manter os serviços essenciais que este Contrato/Constituição da Empresa/Estado BRASIL S.A. dispõe e obriga que sejam mantidos;
4. No parágrafo único do Artigo 1º, que determina a forma em que a empresa se constitui e deve se pautar há a menção implícita de que, cabe ao povo, através de representantes eleitos ou diretamente o exercício do poder. Este PODER aqui expresso é a capacidade de decidir e de decisão de cada indivíduo acionista/cidadão. O PODER de escolha que é negado embora expresso de forma clara e direta. Este 4º PODER implícito é o poder de MÍDIA entendido como mídia a forma de difusão e expansão de conhecimentos e de interesses compartilhados. A Imprensa e demais órgãos de informação geral percebeu e percebe isso e através de ferramentas que a MÍDIA

como manifestação direta de todos ou "ouvidos" faz o exercício indireto da representação popular sem estar devidamente autorizada para isso, mesmo porque, estabelecida em grupos econômicos com a finalidade de lucro, essencialmente, não é uma representação legitimada para o exercício de FISCALIZAÇÃO DIRETA em nome do povo.

Estas informações dificilmente deixam de ser constatadas... e mais dificilmente podem ser contestadas sem reafirmar que há um desrespeito flagrante no que dispõem e exige o DIREITO no cumprimento da regra de constituição da Empresa/Estado BRASIL S.A.

Para acertar estas situações há que se ter vontade ou assumir que não é a Empresa/Estado BRASIL S.A. uma estrutura de ESTADO DEMOCRÁTICO e de DIREITO.

Se, e tão somente se houver interesse em mudar não só a imagem que temos de nós mesmos em relação a organização política, mas também a forma em que organizamos a UNÃO, os ESTADOS da FEDERAÇÃO e os MUNICÍPIOS, nós poderemos pensar em mudar a forma de gestão administrativa.

Acredito que, fora alguns tipos de IMPOSTOS e TAXAS bem específicos e de âmbito local deveria ser previsto no MUNICÍPIO sem repasses, no ESTADO sem repasses ou, na UNIÃO sem repasses. Mesmo assim a TRIBUTAÇÃO será NACIONAL e a destinação, em casos específicos, direcionada diretamente ao MUNICÍPIO, ao ESTADO ou à UNIÃO para a gestão administrativa.

Todos os demais Tributos e Taxas seriam repartidos em terças partes correspondendo a cada unidade da Federação a parte que esteja sob seu domínio e competência tributária.

Situações especiais de GESTÃO ADMINISTRATIVAS devem ser objetos de TRATOS e CONTRATOS diferenciados e com tempo de execução, podendo ou não serem repactuados ainda que por quantidade indeterminada de vezes enquanto o interesse que foi objeto existir.

Cessões e concessões deverão ser revistas e seus termos não podem ser superiores a DEZ ANOS devendo neste período ser avaliada e, se for o caso, renovada ou cancelada, ou ainda ser cedida ou concedida para outra empresa administradora. Temos claro o uso indevido de transferência de interesses coletivos para a iniciativa privada não com um objetivo de melhoria de desempenho para USO COMUM e sim como estabelecimento de privilégios para grupos econômicos em detrimento de interesses de toda a coletividade ou de outras empresas interessadas em prestar o serviço, que, não poucas vezes, são subcontratadas em condições de obrigação de resultados sem a devida contrapartida de pagamento e lucratividade pelo que se obrigam em subcontratações.

Toda a comunidade de funcionários públicos, dos poderes já constituídos e a sociedade geral, diretamente como o 4º PODER - MÍDIA, percebe e discute e publica em jornais, rádios, televisões, meios de comunicação eletrônicos os desvios que a confusão de regras e a demora em esclarecimentos ao Judiciário e ao Legislativo, órgãos de fiscalização, provocam. Sem poder intervir pela inexistência atual de ferramentas institucionais para o 4º PODER flutuamos entre a indignação e a impotência ao percebermos que agentes público aproveitam a representação popular para agir de acordo com interesses pessoais e muito mal esclarecidos.

A regra que se expressa pela "TEORIA DA CAIXA D'ÁGUA" se materializa assim: "Não importa o volume que for colocado a disposição nesta CAIXA. A quantidade de desvios, furos, rachaduras nesta caixa jamais permitirá que, algum dia, ela atinja o nível necessário para a GESTÃO ADMINISTRATIVA exigida."

As UNIDADES da Federação precisam ser ajustada em conformidade com a constituição da Empresa/Estado BRASIL S.A repactuada.

Uma visão de ECONOMIA PARTICIPATIVA na qual todos os sócios tenham recursos suficientes e necessários para uma vida com dignidade a sociedade será transformada.

Se instituída a participação de todos os acionistas/cidadãos à RND RENDA NACIONAL DISTRIBUÍDA de acordo com a potencialidade de BRASIL S.A. visando atender as necessidades fundamentais de dignidade para todo e qualquer ser humano teremos a inserção no MERCADO de consumo, no MERCADO de produção e de trabalho, no MERCADO de serviços a totalidade dos brasileiros somando mais de 209 milhões de consumidores, mais de 50 milhões de estudantes, mais de 125 milhões de brasileiros com força plena de trabalho e de criação.

Tal evento, se realizado, irá provocar um deslocamento ainda não experimentado por qualquer outra Empresa/Estado.

Conforme apresentado neste trabalho na parte da Apresentação de Conceitos e na Parte I em que apresento a MOEDA que irá ser o meio de troca - CAPITAL - de todos não há que se dizer em CUSTOS de PRODUÇÃO/TRABALHO. Estes custos estão no ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO sendo que anualmente estão sendo direcionados para poucos e sem que os brasileiros Acionistas/Cidadãos estejam sendo na grande maioria beneficiados seja direta ou indiretamente.

O resumo atual de qualquer segmento da GESTÃO PÚBLICA, que seja analisado sob aspecto CONTÁBIL, ECONÔMICO, LEGAL, ADMINISTRATIVO só resultará em JUSTIFICATIVAS de que não se realizou PORQUE NÃO TINHA ORÇAMENTO, não se realizou PORQUE NÃO HAVIA RECURSOS, não se garantiu PORQUE NÃO FOI CONTRATADO CERTO, não se concluiu PORQUE NÃO HOUVE TEMPO.

Com recursos vinculados numa atuação de ECONOMIA PARTICIPATIVA estes assuntos fluiriam diretamente para os gestores responsáveis nas UNIDADES FEDERADAS e sem necessidade, no que diz respeito ao funcionamento dos serviços básicos de SAÚDE, de EDUCAÇÃO, de ASSISTÊNCIA SOCIAL, de LAZER e de SEGURANÇA de esperar a transferência de recursos. Todos os valores necessários para atendimento são diretamente descontados como contribuição direta a partir da RND para TODOS. Cada UNIDADE FEDERADA irá receber diretamente em conta e ao mesmo tempo do crédito a seus acionistas/cidadãos cadastrados. Além do que, o FLUXO DE TROCAS irá contribuir com 10% de impostos diretamente para as comunidades em que se encontre os consumidores.

Esta alavancagem social e econômica terá que ser assistida e acompanhada. Não há porque se discutir "contratações" adicionais haja vista que todos os maiores de 20 e menores de 65 anos estão recebendo seu "pro labore" devendo, em conta partida, exercer função social de trabalho/colaboração para com todos.

Esta demanda de atividades e análise e qualificação de cada um que ainda não estiver inserido na economia, agora ECONOMIA PARTICIPATIVA, demandará a criação de novos tipos de trabalho que possam se ajustar mais a capacidade de contribuição de cada um. Uns talvez se dediquem mais à cuidados de crianças e idosos, outros, por sua vez sejam aproveitados na Educação Infantil e Fundamental, outros na construção civil, na produção industrial, na segurança, na assistência ou na produção de serviços de forma que todos possam estar merecendo a sua participação social necessária.

Todas as pessoas que hoje já tem algum tipo de atividade e de pagamento por trabalho ou funções que exerçam para terceiros também terão a remuneração de seu "pro labore" social que será descontada da parte que hoje recebe desde que o seu rendimento ultrapasse o valor deste "pro labore", ou no caso dos maiores de 65 anos, a parcela que ultrapasse o valor "pro vita".

A parcela que exceder o valor da RND será considerado, para toda e qualquer função exercida como "honorários" assim como toda e qualquer parcela que pague qualquer bem ou serviço adquirido de pessoas físicas. Seja o pagador pessoa física acionista/cidadão ou empresas registradas para explorar atividades econômicas.

Ninguém receberá menos do que recebe hoje, entretanto, milhões de pessoas que não tinham acesso a qualquer benefício participativo na Empresa/Estado que pertenciam e pertecem BRASIL S.A. passarão a ter a sua RND garantida e igual ao que se estipulou necessário para todos de forma linear.

Ninguém irá perder e todos irão ganhar.

A sensação de que a melhoria do outro traz prejuízo a você que é uma "propaganda capitalista" em que aqueles que "acumulam capital" são melhores do que os que não acumulam... propaganda esta que não considera que "os que não acumulam" não tem sequer emprego ou condição de dignidade na vida é uma questão que socialmente será sentida. Entretanto, o desenvolvimento do processo da ECONOMIA PARTICIPATIVA irá corrigir os vícios sociais que foram marcados por violações profundas no respeito humano e que construíram a derrocada de um modelo "capitalista" de produção, de consumo e de geração de capital para uso de poucos em prejuízos da quase totalidade de acionistas/cidadãos na Empresa/Estado BRASIL S.A.

A coexistência de DUAS MOEDAS não gerará problemas, haja vista que esta é a única forma de transição possível de uma ECONOMIA de CAPITAL SELVAGEM para uma ECONOMIA PARTICIPATIVA em que o CAPITAL se torne apenas num elemento essencial da economia exercendo a função de TROCA que se realiza com a MOEDA.

Na PARTE II foi abordado a MOEDA e na PARTE III os FLUXOS, inclusive, o FLUXO de RETRO-ALIMENTAÇÃO da ECONOMIA PARTICIPATIVA que serão os IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES e TAXAS que incidirão de forma diferenciada sobre as DUAS MOEDAS. A MOEDA "BEM" (B\$) e a MOEDA "REAL" (R\$).

Assistimos diversas relações entre os Acionistas/Cidadãos da Empresa/Estado BRASIL S.A. onde algumas unidades da Empresa/Estado, em razão de sua representação numérica acabam abrindo mão de Impostos, Taxas e Contribuições ora em razão da dificuldade em cobrar tais Tributos e Contribuições, ora em razão de oferecer vantagens econômicas para que empresas se localizem em seu território para ajudar a sua economia.

O aparente benefício concedido a empresas através de isenções tributárias gerou ao longo dos anos desequilíbrios regionais e uma guerra fiscal que prejudicou a todos. Temos um sistema tributário cheio de compensações e vantagens e uma execução fiscal comprometida de tal forma com grupos econômicos fiscalizando a si mesmos que não é estranho ouvir a linguagem popular repetir que os pobres pagam impostos que os ricos não pagam. Como pobres devemos e podemos entender a grande massa de pessoas assalariadas de baixa renda e pequenas empresas e pequenos negócios.

Para um funcionamento da ECONOMIA PARTICIPATIVA é necessário não só a diminuição da legislação que torna impossível um estudo ou uma arrecadação tributária que permita a fiscalização e planejamento da gestão econômica. O que fazer? Para quem fazer, como fazer e porque repartir resultados com todos os sócios acionistas e também, sócios consumidores.

A manutenção de DUAS MOEDAS é uma proposta adequada e coerente para evitar uma ruptura social em razão de haver alguma justiça em recompensar alguns por seu trabalho, sua dedicação e riscos profissionais ainda que uma parcela significativa de agentes públicos e alguns outros empreendedores ou "astros" estejam numa situação econômica que seja ostensivamente afrontosa para todos os demais contribuintes que não só não tem emprego. Milhões não tem o que comer, não tem o que vestir, não tem aonde morar ou acesso à Saúde, à Educação, à Assistência Social, ao Lazer ou à Segurança.

Na MOEDA ATUAL (R\$) temos o GRUPO que está economicamente ativo ainda com todas as distorções que o Modelo Capitalista trouxe. Um modelo de acúmulo permanente de Capital que não volta para a Economia agindo desta forma como um desvio de função social que apenas estreita cada vez mais a possibilidade de desenvolvimento social, de segurança social e de participação social transformando pessoas em mercadorias para grupos econômico já fortalecidos e habituados a tirar tudo de todos para aumento de seu patrimônio. Nem é preciso citar os monopólios e cartéis que em algumas sociedades estão fiscalizadas pelos interesses mais coletivos entretanto, aqui no BRASIL S.A. gozam de autonomia e de proteção juridicamente compromissadas não com a Lei, mas com privilégios corporativistas.

Na MOEDA NOVA (B\$) temos, TAMBÉM, o GRUPO que está economicamente ativo e limitado pelas distorções que o Modelo Capitalista trouxe de forma que não conseguem com o trabalho sustentar a condição de ir trabalhar e são "recompensados" com "vale refeição", com "vale transporte", com "vale alimentação" para dar ao menos uma condição de servidão permanente e estimulada para sustentar aqueles que os exploram e dar uma aparente sensação de normalidade econômica e/ou social. Neste grupo temos a quase totalidade de trabalhadores e pequenos e micros empresários e quase a totalidade de profissionais autônomos. Talvez a metade deles consigam equilibrar suas contas mensais mas a grande maioria vive financiando o pouco que tem ou que precisa para sobreviver.

Na MOEDA NOVA (B\$) temos que somar, TAMBÉM, o GRUPO que está totalmente marginalizado na economia capitalista que vivemos e sem qualquer possibilidade de mudar a sua situação senão com uma mudança na própria ECONOMIA. Somente uma ECONOMIA PARTICIPATIVA em que todos tenham renda e por conseguinte, todos possam trabalhar e contribuir para a Empresa/Estado que são acionistas/cidadãos BRASIL S.A. pode e poderá fazer com que haja uma situação de BEM ESTAR SOCIAL com justiça e solidariedade gerando segurança e desenvolvimento social. Neste terceiro grupo temos bem mais de 1/3 de todos os acionistas/cidadãos de BRASIL S.A que somado ao segundo grupo deve totalizar uns 4/5 do conjunto BRASIL S.A. a se somar na ECONOMIA PARTICIPATIVA como consumidores, como produtores, como desenvolvedores e agentes ativos do desenvolvimento que está nos fazendo falta.

Como DIRETIVA ECONÔMICA, teremos:

1. Uma tributação direta para TODAS AS UNIDADES da FEDERAÇÃO e repartida em 1/3 para cada um dos GESTORES (União, Estado e Município);
2. A distribuição da RND Renda Nacional Distribuída de forma direta mediante crédito em conta virtual de cada um dos acionistas/cidadãos de BRASIL S.A. através do NIB - Número Identitário Brasileiro respeitando as FAIXAS ETÁRIAS e para TODOS;
3. Toda a RND será creditada no primeiro dia do mês e terá desconto automático diretamente vinculado para a aplicação devida no valor correspondente a cada FAIXA ETÁRIA definida para a Saúde, para a Educação, para a Assistência Social, para o Lazer e para a Segurança Pública. Todas as compras, aquisições, pagamentos realizados na MOEDA BEM (B\$) terá uma tributação única e exclusiva de 10% no local em que ela se realize (no endereço do consumidor ou onde ele se encontre para consumir diretamente).
4. A partir da adoção da ECONOMIA PARTICIPATIVA teremos somente TRÊS TIPOS de DISTRIBUIÇÃO de RENDA, a saber:
 - a. Pro Vita para TODOS os acionistas/cidadãos nas FAIXA A, FAIXA B e FAIXA D;
 - b. Pro Labore para todos os acionistas/cidadãos na FAIXA C;
 - c. Honorários para todos os acionistas/cidadãos no que exceder o valor da RND e terá que ser pago em MOEDA REAL (R\$) de fundo próprio até que se esgotem sem compensações. Apenas os recursos destinados a estes pagamentos poderão ser utilizados sem que sejam repostos senão por valores vinculados aos pagamentos que forem feitos.
5. Todos os recursos recebidos/distribuídos na MOEDA REAL (R\$) terão tributação diferenciada em razão dos bens ou do tipo de trocas a que estiver vinculadas em dois grupos de Tributo, a saber:
 - a. IMPOSTOS divididos em 5 Categorias, a saber:
 - a.1. IEP - Imposto Especial de Propriedade;
 - a.2. IET – Imposto Especial de Transferência;
 - a.3. IEC – Imposto Especial de Comércio (Importação/Exportação);
 - a.4. IER – Imposto Especial de Renda, e
 - a.5. IEF – Imposto Especial Financeiro.
 - b. TAXAS divididas em 4 Categorias, a saber:
 - b.1. TEL – Taxa Especial de Licenciamento;
 - b.2. TEH – Taxa Especial de Higiene e Saúde;
 - b.3. TES – Taxa Especial de Segurança;
 - b.4. TER – Taxa Especial de Responsabilidade.
6. A MOEDA BEM (B\$) será apenas virtual e a Empresa/Estado BRASIL S.A. terá uma CÂMARA DE COMPENSAÇÃO para trocar moedas caso seja necessário para aquisição de BENS que sejam valorados na MOEDA REAL (R\$) ou para operações de câmbio de moedas internacionais.
7. A EQUIVALÊNCIA entre as moedas será sempre mantida ainda que a MOEDA REAL (R\$) sofra efeitos de flutuação de Câmbio ou de inflação. Haverá sempre paridade entre as moedas.
8. TODOS OS BENS serão reavaliados para fins de validação de posse e de titularidade e serão ajustados através de um CÂMARA DE ARBITRAGEM para solucionar e ajustar pendências legais mediante arbitragem. Os ÁRBITROS serão ELEITOS por votação direta nas suas COMUNIDADES e integrarão o PODER JUDICIÁRIO como novo órgão de decisão.

9. O Sistema Bancário NÃO UTILIZARÁ a MOEDA BEM (B\$) senão como reserva de valores e somente poderá se remunerar sobre os valores que tiver transacionado pelas contas dos seus usuários no montante de 1% para qualquer tipo de atividade que realize. A conta em MOEDA REAL (R\$) irá se ajustando de acordo com os interesses de MERCADO agora determinado pela ECONOMIA PARTICIPATIVA e não pela visão capitalista de acúmulo de capital ou exploração de disponibilidades.

10. Todo o ano será feito uma análise geral de CONTAS em MOEDA BEM (B\$) de TODOS os acionistas/cidadãos e os valores disponíveis excedente além da disponibilização de cada FAIXA ETÁRIA e não declaradas em compensação serão transferidas para créditos em MOEDA REAL (R\$) AUTOMATICAMENTE. Todos os cidadãos e acionistas com PROPRIEDADES EM MOEDA REAL (R\$) deverão indicar a mutação de seu patrimônio pessoal. TODA a DECLARAÇÃO de RENDA e PATRIMÔNIO será individualizada e vinculada ao NIB – Número Identitário Brasileiro.

11. Como BEM ESTAR COLETIVO teremos através da ECONOMIA PARTICIPATIVA uma sociedade em que todos estão inseridos no processo de distribuição e de geração de renda, de produção e de distribuição de bens e serviços para consumo, de geração e de compartilhamento de RIQUEZAS geradas pela combinação de TERRA, TRABALHO, CAPITAL e TECNOLOGIA.

Empreendedorismo: *substantivo masculino*

ADM MKT

“disposição ou capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços, negócios.

iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças em empresas já existentes, ger. com alterações que envolvem inovação e riscos.”

Ao mesmo que temos o empreendedorismo como uma oportunidade de desenvolver atividades geradoras de renda, temos também, a atividade pessoal em buscar uma identidade social que gere renda como uma necessidade pessoal em razão de falta de trabalho. Numa economia capitalista de competição e lucro onde postos de trabalho são substituídos com facilidade por máquinas, por robôs, por processos tecnológicos que diminuem exponencialmente a necessidade de pessoas envolvidas em atividades que produzem e reproduzem lucro sem necessidade de compartilhar resultados.

Com a retração da ECONOMIA CAPITALISTA na parte que trata do fator TRABALHO na produção há um misto de sonho/fantasia a seduzir que pessoas voluntariosas se dediquem em buscar um espaço social na economia tentando perceber algum produto que o MERCADO necessite.

Na Economia Capitalista, em geral, o “empreendedor” passa a ser apenas um trabalhador com menos direitos e garantias do que aquele trabalhador que tem vínculo profissional reconhecido numa relação de TRABALHO/CAPITAL. Funciona, o empreendedor, como pessoa jurídica atuando muitas vezes única e exclusivamente como empregado sem direitos trabalhistas por prazos determinados ou indeterminados numa precarização ainda maior da atividade econômica.

Ao invés de inovadora e potencial aumento de renda a atividade de empreendedora numa economia fechada e viciada acaba sendo apenas uma tentativa de sobrevivência.

Toda a característica do Empreendedorismo fica por outro lado como uma realidade possível e talvez até desejada na ECONOMIA PARTICIPATIVA. Deixaria de existir a atividade empreendedora por necessidade e todos os empreendedores estariam investindo o melhor de sua criação e disponibilidade em oportunidades de contribuir socialmente com o desenvolvimento econômico e social com a possibilidade de geração de renda extra. Teria para quem produzir. Teria com quem trocar produtos ou serviços por moedas. Teria renda de Honorários agregada ao seu CAPITAL através de Trabalho realizado.

A ECONOMIA PARTICIPATIVA não é uma economia fechada ou de exclusão ou de reserva de mercados. É uma economia aberta de reconhecimento social pela dedicação e trabalho realizado para obter o resultado que busca economicamente.

Artistas de todas as ordens, voluntários de todas as ordens, prestadores de serviços, comerciantes, cuidadores, professores, pequenos e médios negócios tenderão a uma expansão de atividades pessoais de forma significativa e consolidada porque há quem consumir e moedas disponíveis para estas trocas.

É o que se espera da ECONOMIA PARTICIPATIVA.

A solução de um impasse econômico provocado pelo Capitalismo em busca de um MERCADO em que a economia seja um ambiente de trocas possíveis e não de negócios privados com o objetivo principal ou prioritário, o LUCRO.

O LUCRO, o JUROS, os BENS QUE GERAM RENDA não podem ser e não devem ser os motores da Economia Participativa e devem ser, somente, os resultados de um funcionamento social ajustado ao MERCADO e às Leis da Empresa/Estado BRASIL S.A.